

REF LR/A

EXCLUSIVO! Dep. Lúcio Hauer esclarece tudo sobre o Plano de Classificação

Completa reportagem com tabelas e demais informações na 4ª pág. do 1º cad.

NOVOS RUMOS

ANO II Rio de Janeiro, semana de 10 a 16 de junho de 1964 Nº 67
Diretor — Mário Alves Redator-Chefe — Orlando Bomfim Jr. Gerente — Guttemberg Cavalcanti

Lott em Brasília: VITÓRIA À VISTA EM 3 DE OUTUBRO



UMA grande concentração política, com o objetivo de ativar a campanha dos candidatos nacionalistas Lott e Jango, foi realizada em Brasília. Três governadores estaduais, ministros, dezenas de deputados e senadores, além do Presidente da República, participaram da reunião com os candidatos, que foi coroada com a realização de um grandioso comício com os «candangos» da Nova Capital. Do encontro resultou a promessa de Kubitschek e das cúpulas partidárias de lutar pela vitória de Lott-Jango, e a afirmação do Marechal Lott de que está certo de sua vitória, e em hipótese alguma deixará de lutar por ela. (Leia, na 3ª pág., a reportagem do enviado especial de NOVOS RUMOS a Brasília)

Govêrno de Kishi está cai não cai

MAIS de trinta milhões de japoneses já assinaram memoriais contra a ratificação do tratado de segurança entre o Japão e os Estados Unidos, que Kishi quer fazer aprovar antes da visita de Eisenhower, a 19 de junho. No dia 4 realizou-se em todo o país uma greve parcial da qual participaram mais de seis milhões de trabalhadores. Em sinal de protesto contra os métodos policiais empregados pelo govêrno para forçar a passagem do tratado no Congresso japonês, os 125 deputados socialistas renunciaram ao seu mandato. Esta é a situação política que reina no Japão, onde a maioria absoluta do povo está se manifestando contra a política belicista do govêrno Kishi, pau-mandado de Washington. Leia reportagem gráfica na última página do 2º caderno.



Esta pode ser a "Miss" Brasil

Texto na 6ª pág. do 1º cad.

EUA fazem «guerra do açúcar» contra Cuba

A VISITA do presidente de Cuba a cinco países da América Latina serviu de pretexto para o recrudescimento da campanha de ameaças e calúnias dos Estados Unidos contra a revolução cubana. Não podendo evitar que o presidente Doriácis Tarrado e sua comitiva entrassem em contato com os presidentes da Argentina, Uruguai, Brasil, Venezuela e México, o Departamento de Estado norte-americano e seus «leais amigos» na América Latina procuraram minar a solidariedade dos povos latino-americanos a Cuba e empurrar os governos a tomar posição contra o regime revolucionário de Fidel Castro, servindo-se da desculpa esfarrapada de «ameaça do comunismo internacional». Leia reportagem na 8ª página do 1º caderno.



— Será que a velha está defendendo o País de Almeida ou o vidro que está atrás d'ele?

«Hanna» encontra resistência

AS ricas jazidas de ferro brasileiro estão na iminência de serem transformadas em «minas cativas» dos trustes americanos. Se efetivados os planos monopolistas da «Hanna Co.» (e não faltam os vende-pátria para colaborar com o truste), a indústria extrativa de ferro do Brasil cairá sob a implacável dependência da siderurgia dos Estados Unidos; a Companhia Vale do Rio Doce, empresa de capitais mistos onde o Estado possui a grande maioria das ações, deixará de existir como empresa brasileira; e o imperialismo norte-americano se encastelará em mais uma posição importante no Brasil. (Reportagem na 2ª página do 2º caderno).

Dinheiro é o que não tem faltado

S'ERA' que a Light e a Bond & Share têm razão, quando afirmam pelos seus relatórios e pela boca do engenheiro J.R. Cothrin que o maior óbice para a expansão da indústria de energia elétrica reside na insuficiência de financiamentos? Evidentemente, não. Se há um setor da economia nacional que tem contado com vultosos recursos públicos, esse é o da energia elétrica. E em particular os dois trustes estrangeiros têm recebido uma verdadeira chuva de dinheiro dos cofres do govêrno. Na 8ª página, em reportagem sobre o assunto, é feito um levantamento de alguns dos recursos oficiais destinados à indústria de energia elétrica e aos dois trustes, em particular.

**LACERDA
FOGE
DO DEBATE
COM DARC
RIBEIRO**

Texto na 6ª pág. do 1º caderno

Haja o Que Houver

ALMIR MATOS

AL CALOROSA recepção encontrada pelo marechal Teixeira Lott em Brasília reveste um significado especial: o compromisso assumido pelas cúpulas dos partidos situacionistas de se integrarem definitivamente na campanha do candidato nacionalista. Esse foi o sentido mais importante das declarações feitas pelos srs. Amaral Peixoto e João Goulart, presidentes dos dois maiores partidos governistas, e pelo próprio chefe do Govêrno. Trata-se, sem dúvida, de um fato novo, que pode representar um significativo passo a frente na luta pela vitória, a 3 de outubro, da chapa que reflete as aspirações progressistas e democráticas do povo brasileiro.

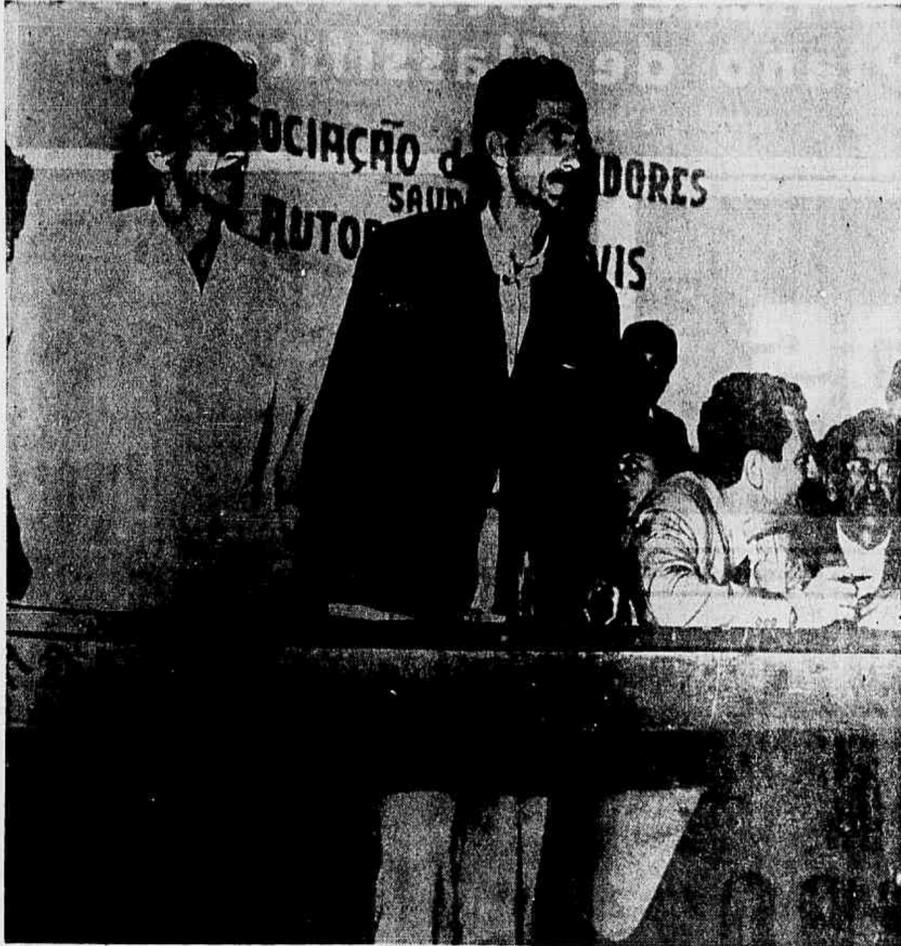
A VERDADE é que essa luta vinha sendo mantida, praticamente, apenas pelas forças mais identificadas com o movimento nacionalista e popular, contando para isso com a decisão mais de uma vez manifestada pelo próprio marechal Lott de não se curvar às manobras e negações insistentemente tentadas por grupos hostis do situacionismo. Essas forças deram, desde o começo, um magnífico exemplo de firmeza e honestidade, que alguns procuram ainda confundir com um suposto sectarismo. A esse «sectarismo» é que se deve, entretanto, a sobrevivência — em circunstâncias às vezes bastante difíceis — e a final consolidação das candidaturas de Lott e Jango.

CONVENCIDOS da necessidade de assegurar no próximo pleito presidencial a vitória do ex-ministro da Guerra, as correntes nacionalistas e o movimento operário jamais deixaram de desenvolver um tenaz esforço no sentido de trazer para a sua candidatura o apoio ativo de todas as forças que não querem ver o país andar para trás, para a implantação de uma ditadura pessoal e a total submissão aos trustes estrangeiros

— que seria o resultado inevitável da entrega do Poder a Jânio Quadros e Carlos Lacerda. A pressão exercida sobre as cúpulas partidárias, tão sensíveis à ação dos tibios e vacilantes a que se referiu o marechal em Brasília, tem precisamente esse objetivo: fazer com que a inércia até então dominante dê lugar a um trabalho dinâmico e eficiente, ao empenho real de contribuir para o triunfo de 3 de outubro.

OS NOVOS compromissos agora contraindo pelos partidos situacionistas com a candidatura Lott podem e devem significar um considerável avanço na campanha eleitoral. E o que se espera, através de fatos concretos. Não se trata, ao contrário do que insinua a imprensa janista, de exigir do sr. Kubitschek que saia às ruas, de comício em comício, pedindo votos para Lott. Até porque seria mera tolice atribuir a JK o poder miraculoso de uma decisão que não será dele, nem de ninguém, mas do povo. O que se exige é que os atuais compromissos se traduzam na integração efetiva dos partidos na campanha do candidato popular. E que as direções e os núcleos pedestes e trabalhistas, em todo o país, numa sólida aliança com o movimento nacionalista e as forças de esquerda, passem a travar seriamente a batalha eleitoral em cada município, em cada bairro, em cada empresa, num ritmo que se acelere dia a dia, suplantadas para sempre as «baldes manobras» que até aqui vinham entorpecendo a campanha.

CONSIDERAMOS por isso muito justa e oportuna a advertência feita pelo marechal: «Estou convencido de que a minha luta consulta os interesses da nação e dela não poderei afastar-me, haja o que houver». A firme atitude definida pelo candidato popular exprime, ao mesmo tempo, a determinação de todos os nacionalistas e democratas conscientes. E necessário marchar com todos — mas marchar de fato, para valer.



Os lavradores de Santa Fé do Sul realizaram uma reunião e decidiram enviar uma delegação a São Paulo para discutir com o governador os problemas dos camponeses ameaçados de despejo pelo latifundiário. A resposta de Carvalho Pinto foi a prisão de Jofre Correia Neto.

Antes da prisão

Jânio e CP Mandam Prender Líder Camponês

SÃO PAULO (da Sucursal) — O líder dos camponeses e dos trabalhadores agrícolas de Santa Fé do Sul, Jofre Correia Neto, está preso vítima de um processo instaurado pela polícia dos senhores Jânio Quadros e Carvalho Pinto.

O processo remonta às lutas travadas no ano passado, quando os arrendatários do latifundiário Zico Diniz lutaram bravamente pelo direito de continuarem nas terras que ocupavam, direito que lhes era assegurado pelo contrato verbal existente. De sua parte, o «coronel» apoiado pelo Estado e pela sua polícia política, procurava desalojá-los para transformar aquelas terras de cultura em pastagens para gado.

Em virtude dessa luta é que Jofre Correia Neto foi incriminado como incurso na Lei de Segurança. Houve depois um juiz bastante submisso dos ordens do governador do Estado e do coronel Zico Diniz para decretar sua prisão.

Agora, quando os lavradores, novamente ameaçados de despejo, travam a luta pela permanência na terra, a reação resolveu mandar prender Jofre, convencida de que assim lhe será mais fácil atingir seus objetivos.

A sorte de Jofre Correia Neto e, em grande medida, a dos arrendatários de Santa Fé do Sul, depende hoje do movimento de solidariedade. É preciso que as manifestações de protesto se façam ouvir em toda parte.

É necessário que em todos os municípios, em todas as cidades por onde passe o sr. Jânio Quadros se explique ao povo que esse mesmo cidadão, que tanto fala em democracia e liberdade da boca para fora, é um dos responsáveis pelos arbitrariedades cometidas contra os camponeses de Santa Fé do Sul e em particular pelo processo instaurado contra Jofre Correia Neto. Que se multipliquem os telegramas e moções ao governador Carvalho Pinto, protestando contra a aplicação da Lei de Segurança em São Paulo e exigindo a liberdade de Jofre Correia Neto.

Sindicato pede correção do processo

Protestando contra a prisão do líder camponês Jofre Correia Neto e ao mesmo tempo solicitando correção no processo contra ele instaurado, o Sindicato dos Metalúrgicos enviou um ofício do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, tomando como base o fato de que sua detenção constitui desrespeito à Constituição Federal. O ofício esclarece as circunstâncias de que se revestiu o processo instaurado contra Jofre Correia Neto, culminando depois com a decretação de sua prisão preventiva pelo juiz de direito da comarca de Jales.

Nos meios sindicais aguarda-se que o Tribunal atenda a solicitação, ao mesmo tempo em que se coordenam medidas para realizar uma campanha de grande vulto pela liberdade de Jofre Correia Neto, caso sua prisão seja mantida.

Mais um Golpe Contra a Previdência Social

O Senado, em uma de suas sessões plenárias, rejeitou, quando discutia o projeto de Lei Orgânica da Previdência Social, os artigos que determinavam a transformação da atual Fundação da Casa Popular em Instituto da Casa Popular. Os senadores entenderam, com essa atitude, a uma reivindicação dos trabalhadores, de inestimável importância para a vida dos IAPs.

Acontece, entretanto, que a Comissão de Redação Final num passe de mágica, engavetou a decisão do plenário do Senado, e restabeleceu, Regal e criminosamente, os artigos da Câmara que haviam sido rejeitados.

Diante dessa realidade conhecida pela Comissão de Redação Fi-

LIGHT: TRABALHADORES EXIGEM

Aumento Sem Novas Tarifas

Reportagem de ARMANDO FRUCTUOSO
Fotos de EDSON GOMES

Oito Sindicatos comandam no Estado do Rio, Guanabara, São Paulo e Santos a luta para elevar os salários de mais de 40 mil trabalhadores do Grupo Light. Representantes dos trabalhadores, do Governo Federal, dos Governos Estaduais e da Light concordaram, em princípio, com o estabelecimento de um acordo assegurando aos operários um aumento salarial de 38% e uma gratificação anual (Abono de Natal) na base mínima de 6 mil cruzeiros e máxima de 13.500 cruzeiros.

Pedra no caminho

Mas a Light, que nas campanhas salariais dos seus empregados fica sempre com a parte do leão, quer excluir do acordo os trabalhadores em carris urbanos da Guanabara, sob a alegação de que em dezembro terminará o seu contrato para a exploração dos serviços de bondes na Zona Sul da cidade. Os oito Sindicatos que comandam a campanha salarial, entre eles o de Carris Urbanos, decidiram, entretanto, em assembleia geral, que não aceitam a assinatura de nenhum ajuste unilateral. O lema de um por todos e todos por um congrega os 42 mil empregados da Light, que estão dispostos a irem a greve geral, em defesa de um acordo que beneficie a todos os trabalhadores, inclusive os de carris urbanos da Guanabara, que a Light quer excluir.

A Light não se contenta em explorar seus trabalhadores no serviço do dia-a-dia. Procurando aumentar seus fabulosos lucros ela utiliza-se da fome e das necessidades de seus empregados, pretendendo condicionar sempre o aumento salarial a um «reajustamento» das tarifas de luz, gás, telefones e bondes, sob a alegação de que os seus serviços são deficitários, apesar dos seus balanços publicados no Canadá revelarem de ano para ano um aumento considerável em seus lucros.

Sentindo que cresce a cada dia o descontentamento popular, face aos sucessivos aumentos de tarifas, a Light procura enganar o povo alegando que os aumentos são apenas para cobrir a elevação salarial de seus trabalhadores. Apesar de revoltados, os dirigentes sindicais dos empregados da Light sempre se viram obrigados a assinar tais acordos, sob pressão da empresa e do próprio Governo, que assinou em 1957 o Decreto nº 41.444. Esse Decreto diz que o Ministério do Trabalho só pode homologar acordos salariais para os trabalhadores em serviços públicos (Light), após ouvir os poderes concedentes, isto é, após ser aprovado o aumento tarifário.

Nas últimas assembleias, os trabalhadores do grupo Light e seus dirigentes sindicais manifestaram seu descontentamento e revelaram disposição para romper com o atual estado de coisas — Eles querem aumento salarial e não aumento nos lucros da Light.

Nas «mesas-redondas» realizadas no Ministério do Trabalho, reivindicaram que a vigência do aumento salarial a partir de 1º de Junho, sem nenhum condicionamento à vigência do aumento tarifário. Tanto a Light como o governo afirmam que a pretensão dos trabalhadores é ilegal, face às exigências do famigerado Decreto 41.444.

Exemplo de firmeza e unidade

A campanha salarial deste ano, para os trabalhadores em Carris Urbanos do Estado da Guanabara, tomou uma outra feição. Em dezembro de 1960 termina o contrato da Light para exploração dos serviços de bondes na zona sul. A empresa não quer mais renovar este contrato. Em 1965 terminará o contrato da Ferro Carril Carioca (Santa Teresa) e em 1970 da Cia. de Carris Luz e Força (do centro e zona norte). Deseja a Light dar no Rio o mesmo golpe que deu em São Paulo, com a formação da Cia. Mista de Trans-

portes Coletivos (C.M.T.C.). Em São Paulo a Light transferiu os bondes e os trabalhadores à C.M.T.C., ficando com as casas-de-carros (garagens) e com os postes. Esses bens que continuaram em seu poder, passaram a ser alugados a C.M.T.C. A energia elétrica também é vendida pela Light. Essa empresa, a título de indenização, recebeu, ainda, parcela considerável de ações da C.M.T.C. Hoje, ocorre o seguinte: os lucros da C.M.T.C. servem para pagar os dividendos das ações da Light, os aluguéis das casas-de-carros e dos postes e a eletricidade consumida pelos bondes. Os salários dos trabalhadores e os prejuízos, a Prefeitura é quem paga.

Desejando fazer o mesmo no Rio, a Light afirma que não assinará nenhum acordo salarial com o Sindicato dos Trabalhadores em Carris Urbanos. O polvo ianque-canadense quer que o Estado da Guanabara encampe os seus bondes, forme a C.M.T.C. do Rio, dê à si (Light) uma indenização de mais de 2 bilhões de cruzeiros. O aumento salarial dos trabalhadores, segundo a Light, deve ser dado pela nova Companhia.

Os trabalhadores em Carris não são contra a formação da C.M.T.C. do Rio. O que eles querem é que fiquem assegurados os seus direitos e que a Light cumpra os seus contratos até o fim, porque, então o serviço de Carris passará às mãos do Governo do Estado da Guanabara, sem nenhuma indenização. Com isso os trabalhadores defendem não apenas os seus interesses, mas o de todo o povo carioca.

Exigem também que o reajustamento salarial seja feito a partir de 1º de junho do corrente ano. Neste particular, a firmeza e a unidade reveladas pelos 42.000 trabalhadores do grupo Light (Rio, São Paulo e Santos) é um exemplo para os trabalhadores de todo o Brasil. Eles em suas assembleias sindicais, decidiram que não assinarão o acordo salarial com a Light, para os setes de gás, energia elétrica e telefones, se o mesmo não atingir também os trabalhadores de Carris. Estão inclusive prontos a irem a uma greve geral para defender seus companheiros da Carris. Se esta unidade, como tudo indica, prevalecer, os trabalhadores da Light conquistarão uma das suas maiores vitórias.



Elas não descansam

As telefonistas que saíram de uma campanha vitoriosa em defesa do seu horário de trabalho, incorporaram-se, logo, depois, ao movimento geral dos trabalhadores da Light, pela conquista de melhores salários.

III CONGRESSO SINDICAL NACIONAL DOS TRABALHADORES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Em aditamento à comunicação do dia 25 de maio do corrente ano, convocamos todas as Associações Profissionais, Sindicatos, Federações, Confederações e organizações dos trabalhadores do campo, comprovadamente existentes, a participarem do III Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, a realizar-se na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, de 11 a 14 de agosto do ano em curso, com o seguinte:

TEMÁRIO

- 1º) Situação econômica dos trabalhadores, custo de vida e a luta nacional, regional e local por melhores condições de vida;
- 2º) Reforma e melhoria da atual legislação social, adaptação às novas conquistas dos trabalhadores, fundamentalmente, da previdência social e do direito universal de greve;
- 3º) Reforma do atual sistema e estrutura sindical dentro do espírito do artigo 159 da Constituição, conquista da plena autonomia e liberdade sindical; relações do movimento operário e sindical nacional com outros países do mundo e criação e substituição de um organismo nacional que coordene, aglutine e dirija as forças dos trabalhadores de todo o país;
- 4º) Situação dos trabalhadores do campo e a luta por suas reivindicações e direitos, principalmente, por sua organização sindical;
- 5º) Os problemas nacionais e a posição do movimento operário e sindical;

Cada organização de primeiro grau (associações profissionais e sindicatos dos trabalhadores da cidade e do campo) poderá enviar qualquer número de delegados, mas terá somente direito a votos na seguinte proporção: 1 voto até 1.000 sócios ativos, 2 votos até 2.000; 3 até 3.000; 4 até 4.000 e 5 de 4.000 em diante. As federações não convocantes terão direito a 1 voto por grupo de 5 votantes de suas filiais que estejam presentes no Congresso. As delegacias que compõem os Sindicatos Nacionais terão o mesmo número de votos, dentro da proporcionalidade conferida aos sindicatos. Os sindicatos e federações nacionais e as confederações, convocantes do conclave, só terão direito a voz.

Na última sessão plenária será procedida a eleição dos membros diretores do organismo nacional que venha a ser criado no Congresso, de acordo com o 3º ponto do temário.

O Congresso terá início no dia 11 de agosto deste ano e se encerrará solenemente a 14 do mesmo mês. As comunicações de adesões e do número e nome dos delegados, bem como o material sobre o temário, deve ser enviado às Comissões Estaduais Pró-III Congresso, até o dia 25 de julho ou à Comissão Central Organizadora até 31 do mesmo mês.

Recomenda-se a constituição de Comissões Estaduais Pró-III Congresso, organizadas e compostas por membros de todas as entidades convocantes, com a missão de divulgar, debater os pontos do temário, preparar a delegação e angariar os meios financeiros para a viagem e estada dos delegados no Rio de Janeiro.

Toda a correspondência e consulta deve ser enviada à Secretaria da Comissão Central Organizadora do III Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, à Rua dos Andradas, nº 96 — 5º andar — Telefones: 23-0079 e 23-6201, Rio de Janeiro — Estado da Guanabara.

Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, 7 de junho de 1960.
Doutoriano de Holanda Cavalcanti, Ary Campista e Francisco Pinheiro das Chagas — pela C.N.T.T.; Sebastião Luiz de Oliveira — pela C.N.T.T.; Mario Lopes de Oliveira — pela C.N.T.T.T.; Huberto Mendes Pinheiro pela C.O.N.T.E.C.; Waldir Gomes dos Santos — pela Fed. Nac. dos Trabalh. Marítimos; Oswaldo Pacheco da Silva — pela Fed. Nac. dos Retirados; Felipe Ramos Rodrigues — pela Fed. Nac. dos Portuários; Jorge Coelho Monteiro — pela Fed. Nac. em Empresas Telefônicas; Ernesto Costa Pereira — pela Sind. Nac. dos Aeronautas e Othon Cândido Lopes — pelo Sind. Nac. dos Aeroviários.

Nota Sindical Campanhas Salariais

Há uma situação de angústia e de miséria sufocando a existência de milhões de trabalhadores brasileiros. Essa situação refletiu-se nos últimos dias de maio, em São Paulo, onde reuniram-se representantes das massas trabalhadoras dos Estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná, Guanabara e Rio de Janeiro.

De lá, do encontro com os paulistas, saiu um roteiro de atividades. É um roteiro que reflete a outra face da vida dos homens que trabalham em nossa terra, e faz reatuar o seu espírito indomito a sua confiança inabalável no futuro, e a sua disposição irrefreável de lutar por uma vida melhor.

Ficou decidido, em São Paulo, a promoção de uma Semana Nacional de Reivindicações, que terá início no próximo dia 11 e se encerrará no dia 21, com a realização de manifestações em todo o país. O objetivo principal da Semana é obter a aprovação da Lei Orgânica da Previdência Social e da regulamentação do Direito de Greve, com as emendas apresentadas pelos conclaves sindicais.

Mas, antes mesmo de se iniciar os sete dias de campanha maciça, já os trabalhadores de todo o país estão voltados para a luta pela revisão dos atuais níveis de salário-mínimo, e pelo reajustamento dos salários em geral. É essa luta, conjugada com as outras, que dará no próximo Congresso Sindical Nacional uma nova fisionomia. Fazendo do mês de junho um mês de campanhas reivindicatórias vitoriosas, os representantes das massas trabalhadoras chegarão ao seu próximo conclave em condições de formular novas reivindicações.

Os aproveitadores do atual regime de exploração reinante no país começam, desde agora, a «prever» a elevação «catastrófica» do custo de vida, em virtude das novas campanhas salariais. O Ministro do Trabalho e o próprio vice-presidente da República, sr. João Goulart, fazem coro com essa cantilena alarmista, que chega a influenciar setores ponderáveis da população e das massas trabalhadoras.

Os trabalhadores lutam por aumento de salários defendendo a sua própria subsistência. O custo da vida em São Paulo subiu 56,8% de janeiro de 1959 a abril de 1960. Na Guanabara a elevação foi de 50% no ano de 1959, e o preço da alimentação, segundo a revista «Conjuntura Econômica», subiu 71%. Em inúmeros municípios do Norte e Nordeste, os trabalhadores, com um salário-mínimo de 3 mil cruzeiros, passam longe das casas comerciais que ostentam mercadorias a preços mais elevados que os da Guanabara, onde o mínimo ainda é de 6 mil cruzeiros.

Esse enriquecimento brutal do custo da vida não foi em consequência dos míseros aumentos salariais. É sabido que, no Brasil, o preço da mão-de-obra gira em torno de 10% no custo total da produção. Isso significa que um aumento salarial de 100% poderá determinar, no máximo, uma elevação de 10% no custo das mercadorias. Mas não é isso que ocorre. Os aumentos salariais em 1959 não ultrapassaram o teto de 35%, entretanto, o preço do feijão subiu 350%, o da banana 100% e o do carne 50%. Por isso é que os trabalhadores decidiram desencadear, paralelamente a luta por melhores salários, uma campanha nacional contra a carestia e as suas causas reais.

Milton Azevedo

Panorama

Por Que Não Surge o Candidato?

Por que motivo as forças antilacerdistas da Guanabara não encontram ainda solução para o problema da escolha do seu candidato ao Governo do Estado? Os entendimentos se arrastam há muitas semanas, enquanto o adversário já se acha em plena ação, realizando uma desenfreada campanha plebiscitária em que se sabe serão gastos — dados por quem não é difícil imaginar — mais de 100 milhões de cruzeiros. É evidente que todo retardamento na campanha antilacerdistas implica numa vantagem para o chefe do Clube da Lanterna.

A principal causa dessa situação está em que as cúpulas dos partidos governistas e seus líderes — os verdadeiros e os mascarados — não se dispuseram ainda a colocar os interesses do Estado e do povo caribenho como o único critério autêntico a ser seguido no encadernamento da questão. Só isso pode explicar a existência, ainda a esta altura, de tão elevado número de candidatos a candidato, a tentativa de imposição de nomes e as ameaças, algumas abertas, de divisionismo. A superada política de clientela, o enriquecimento individual e as conveniências de grupo ou pessoais continuam a ter mais força para esses «homens públicos» do que a necessidade de dar ao novo Estado um Governo capaz de realizar uma política progressista e democrática, enraizada na estrutura das forças que se batem pela vitória da chapa nacionalista Lott-Jango.

É isso o que tem impedido, até agora, que se unam em torno de um candidato digno da confiança das grandes massas as forças políticas que, na antiga capital, se situam no campo oposto ao terrorismo entreguista do Clube da Lanterna, embora constitua essa unidade uma importante condição para ser imposta ao aventureiro Carlos Lacerda a esmagadora derrota que ele e seu grupelho precisam sofrer para que vá por terra, definitivamente, o mito de sua invencibilidade na Cidade Maravilhosa.

Quem impede, por exemplo, que se congreguem em torno do deputado Sérgio Magalhães os trabalhistas, os pesedistas e as forças populares? Antes de tudo, o seu próprio partido, onde pelo menos três possíveis candidatos disputam o reconhecimento oficial, para não falar nas especulações que envolvem a nomeação do próprio presidente petebista. E quem é responsável pelo rompimento das demarques se processavam entre os dirigentes do PSD e do PTB são as cúpulas desses mesmos partidos, aferradas ainda a processos políticos que nada têm a ver com os interesses verdadeiros do povo?

A posição dos comunistas no problema eleitoral da Guanabara tem sido objeto de comentários os mais desencontrados em alguns diários caribenhos. Há os que dizem que o PCB se opõe à candidatura Sérgio Magalhães, enquanto outros, dando largas à imaginação, afirmam que os comunistas são partidários da escolha do ex-prefeito Negrão de Lima. É muito clara, no entanto, a linha seguida pelo partido do proletariado. Os comunistas têm uma preocupação fundamental, a que — ao contrário do que sucede com outras forças políticas — subordinam tudo o mais: a necessidade de unir todos os adversários do lacerdismo para assegurar, com uma ampla margem de votos, a vitória de um Governo honesto e identificado com os anseios da população caribenha, capaz de enfrentar corajosamente frustres imperialistas como a Light (a cujo lado Lacerda se coloca abertamente) e de resolver problemas angustiantes como o abastecimento, o transporte, a habitação ou a escola pública — escola dos pobres de que Lacerda quer ser o cozeiro.

Os comunistas não apresentam qualquer reivindicação exclusivista mas, ao contrário, atuam sempre como um fator de unidade e, portanto, de reforço da coalizão, que precisa ser consolidada, de todas as forças opostas à reação antinacional e antidemocrática encarnada no Clube da Lanterna. Não há dúvida de que, também nesse caso, são os comunistas os que mais fielmente refletem as aspirações e interesses do povo.

Os caribenhos têm afinal, o direito de exigir dos partidos e dos líderes políticos que eles ponham de lado tudo o que é mesquinho e pessoal e se unam, para a luta e a vitória, em torno de uma candidatura que ponha por terra para sempre, a impostura do lacerdismo.

Almir Matos

LOTT EM BRASÍLIA

Integração Das Cúpulas na Campanha Eleitoral

RENATO ARENA, enviado especial de N.R.

Poucas horas após a chegada do Marechal Lott e sua comitiva à Nova Capital, na manhã de terça-feira, os diversos setores lotistas do governo e do PTB, ali presentes, já manifestavam franco otimismo quanto à efetivação da anunciada integração das cúpulas partidárias e do próprio governo na campanha dos candidatos nacionalistas. A recepção no Aeroporto já fora muito concorrida e calorosa; toda a cúpula nacional pesedista, cinco ministros de Kubitschek (Falcão, Ananias, Pinotti, Batista Ramos e o recém-nomeado Ministro da Agricultura Barros de Carvalho), quase todos os deputados e senadores dos partidos situacionistas, além de considerável número de políticos estaduais (o Brasília Palace Hotel, superlotado, registrou a presença de 200 personalidades, chegadas de quase todos os Estados; para o encontro com Lott) e de populares acolheram o Marechal à descida do avião. Logo depois, uma reunião com o comando pesedista na residência do Ministro Falcão e o almôço no Palácio Alvorada iriam tornar definitivo aquele otimismo dos círculos lotistas.

O discurso do Presidente Kubitschek, pronunciado então, diante de uma centena de convidados, não desmereceu os prognósticos que se tinham formado em torno dele. O Presidente repetiu quatro vezes, de diversas maneiras e sempre procurando maior ênfase, o seu apoio à candidatura Lott-Jango, e sua disposição de empenhar-se pela vitória dos candidatos nacionalistas em 3 de outubro. Disse que muito deve ao seu ex-Ministro da Guerra e ao Vice-Presidente da República

nos sucessos que vem obtendo no governo e lembrou que, não fosse a coragem e a decisão patriótica do Marechal Lott, em 11 de novembro de 55, não teria sido sequer a possibilidade de governar.

O Ministro Amaral Peixoto, no comício realizado à noite, na «cidade livre», manifestou de maneira ainda mais categórica a disposição da cúpula pesedista de integrar-se na campanha de Lott. Referindo-se a uma notícia divulgada na imprensa, que anunciava o surgimento em Brasília de setores «juscelistas» recomendando o voto em branco em 3 de outubro, o chefe pesedista taxou tal versão de mentira deslavada de intrigantes oposicionistas, e aproveitou a oportunidade para desautorizar e condenar de modo formal e veemente toda e qualquer manifestação semelhante de juscelismo e continuismo. E afirmou, para os 30 mil «candangos» que assistiram ao comício, que a melhor demonstração de apoio ao Presidente Kubitschek é trabalhar pela eleição de Lott-Jango.

Jango pressionado

Não foi contudo apenas a cúpula pesedista que manifestou em Brasília a disposição de renunciar às hesitações e esperanças continuistas que lhe eram atribuídas, e de empenhar-se na campanha do Marechal. Também a direção do PTB e, em particular, o Sr. João Goulart, teve oportunidade de desmentir, nos contatos políticos e nos pronunciamentos públicos, as dúvidas que se levantavam sobre a sua atuação na campanha eleitoral.

O Presidente do PTB foi procurado por membros do chamado «grupo compacto» (o grupo nacionalista da representação petebista na Câmara) que reclamaram dele, especialmente, uma enérgica tomada de posição em relação aos «comitês Jango», que têm sido formados em São Paulo e no Paraná, e em cuja formação se tem anunciado o estímulo e o apoio pessoal do candidato à Vice-Presidência na chapa de Lott. O fato de que o próprio Marechal Lott, em seu discurso no almôço do Alvorada, se tenha sentido na obrigação de condenar expressamente os «tíbios e hesitantes» que trabalham a seu lado, na campanha, serviu como grande reforço a essa pressão dos lotistas do PTB, no sentido de obter de Jango uma posição mais vigorosa e inequívoca. O Presidente do PTB, entretanto, contestou veementemente qualquer participação sua no caso dos «comitês J-», e prometeu um pronunciamento público a respeito disso, para breve.

Sucesso de Lott

Apesar de mostrar-se, como vimos, preocupado com a articulação dos que o apóiam, o Marechal Lott provou em Brasília estar verdadeiramente «embarado» na campanha eleitoral, e perfeitamente seguro de sua vitória. O enorme sucesso popular de sua excursão por dezenas de municípios mineiros, de onde ele chegava, confirmou a profunda penetração da sua candidatura nacionalista no seio do povo, e obrigou a se calarem os últimos que ainda o julgavam um candidato «pesado» e difícil. O Marechal pôde assim apresentar-se com uma segurança e uma tranquilidade que, aliadas à sua já famosa simplicidade, muito impressionaram aos que o ouviram e grangearam-lhe sucesso, tanto nos atos públicos, como nos contatos políticos. Em

sua visita ao Congresso, na tarde de terça-feira, por exemplo, rodeado pelos Srs. Ranieri Mazzilli, José Maria Alkmin, Bento Gonçalves e dezenas de outros parlamentares e jornalistas, no Gabinete da Presidência, ele pôde expor longamente suas idéias sobre alguns «problemas básicos do país — sobretudo educação, desenvolvimento agrícola e industrial — demonstrando conhecimento detalhado da economia nacional e prendendo sempre o vivo interesse dos presentes.

A mesma segurança foi mostrada pelo Marechal Lott nos dois discursos que pronunciou em seu primeiro dia de Brasília — no Palácio da Alvorada e no comício da «cidade livre». No primeiro, ele afirmou a convicção de que a sua candidatura corresponde aos supremos interesses nacionais, e que, por isso, se baterá por ela «até o fim» e «haja o que houver», com a mesma coerência com que tem defendido as suas posições de defesa da soberania nacional e da legalidade democrática, desde o 11 de novembro; e conclamou os que já lhe hipotecaram apoio a arregaçarem as mangas e entrarem de corpo inteiro na campanha, pois a vitória será da nação.

Tanto no Palácio da Alvorada, como na «cidade livre», o Marechal expôs longamente a sua posição quanto à política externa que pretende dar ao país. Disse que temos de partir do fato de que o mundo está atualmente dividido entre duas grandes potências, para compreender a necessidade de fortalecer nosso país, de tal maneira que nos tornemos «não apenas despojos» de uma eventual guerra, mas uma força atuante, falando em pé de igualdade com as demais potências no tratameto dos problemas internacionais.

Intensificação da campanha

Com a participação do Presidente e do Vice-Presidente da República, de três governadores (Erizola, Roberto Silveira e José Feliciano), e de todas as figuras mais representativas das direções do PTB e do PSD, o encontro de Brasília promete corresponder às esperanças dos que o apresentam como o sinal de um vigoroso e vitorioso impulso à campanha dos candidatos nacionalistas às próximas eleições. O enorme sucesso do comício realizado terça-feira à noite, em frente à sede do Sindicato dos Trabalhadores em Construção Civil de Brasília, com a participação maciça e entusiástica da grande maioria dos construtores anônimos da Nova Capital, foi a confirmação do encontro, e a prova de que só o que está faltando para a vitória de Lott-Jango é o interesse das cúpulas, pois o povo já compreendeu a necessidade dessa vitória.

Domingo: Prestes Falará em Catumbi

No próximo domingo, dia 12, os nacionalistas de Catumbi realizarão um grande comício de propaganda da chapa Lott-Jango. O ex-senador Luis Carlos Prestes será um dos oradores dessa manifestação, que terá lugar às 20 horas, no Largo de Catumbi.

Lott-Jango promoverá, das 20 às 24 horas, uma animada festa junina. Haverá «ensamentos» e dança de quadrilha. A festa será realizada na sede do comitê, rua Ana Neri nº 1035. Os convites podem ser encontrados na sede do comitê ou na avenida Almirante Barroso 90, sala 616.



Grande multidão homenageou entusiasticamente o marechal Lott quando de sua chegada a Brasília. Já no aeroporto o candidato das forças nacionalistas foi festejado por milhares de pessoas e pelas autoridades. A população da Novacap mostrou que já escolheu o futuro presidente.

Festa no planalto

SANTO ANDRÉ

Visita de Ministro Foi Jornada Pró-Lott

SANTO ANDRÉ — 5 P. — junho — A visita do Ministro do Trabalho, sr. João Batista Ramos, a este município, realizada no último domingo de maio, constituiu-se em uma vigorosa

manifestação dos trabalhadores em defesa de suas reivindicações mais gerais e imediatas, ao mesmo tempo que uma brilhante jornada pró-Lott.

Consultados a respeito dessa visita, os dirigentes dos Sindicatos locais fizeram questão de exigir que houvesse plena liberdade de os trabalhadores transmitirem ao Ministro seus sentimentos e reivindicações; e, em segundo lugar, que estivesse também presente a senhora Edna Lott, que goza de grande prestígio aqui.

8 memoriais

O salão do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria Metalúrgica reorganizava, por isso mesmo, de trabalhadores quando chegou o Ministro. Nada menos de oito memoriais foram lidos: um reivindicando salário Mínimo de 10 a 11.000 cruzeiros (de acordo com a evolução do custo de vida nos próximos meses), outro exigindo que o IAPI construisse prédios para trabalhadores nos imensos terrenos que possui no município, um terceiro favorável à criação do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Borracha deste município, e ainda pelo direito de greve, pelo direito de sindicalização do trabalhador rural, etc. O sr. João Ba-

tista Ramos comprometeu-se a atender estas reivindicações nas próximas semanas e, no mais tardar, dentro de poucos meses.

A chegada de Da. Edna Lott ao enorme salão do Sindicato foi uma verdadeira apoteose à bravo líder nacionalista e à candidatura do marechal.

Pronunciamento

A certa altura, um operário perguntou ao ministro do Trabalho se era ou não partidário da candidatura Lott (entre os amigos do sr. Batista Ramos de Santo André encontram-se diversos janistas). O Ministro disse então que, como deputado e cidadão, era inteiramente favorável à candidatura do Marechal Lott, declaração essa que despertou nova tempestade de aplausos.

A assembleia no Sindicato seguiu-se recepção na Câmara dos Vereadores e um grande banquete, em que tomaram parte 1.400 pessoas, banquete esse que foi consagrada manifestação nacionalista e pró-Lott.

As 18 horas encerrou-se a jornada com um grande comício realizado nas Casas Populares em que falaram, entre outros, Da. Edna Lott e o vereador Jurandir Alessio

Fora de Rumo

Paulo Motta Lima

O bom-senso atravessou penosamente corredores do Hamarati, varou reposteiros e atinou preconceitos misteriosos. Em seus estudos sobre o desenvolvimento do intercâmbio comercial, o Ministério do Exterior registra de estabelecer o comércio direto com a China. A beira do Lago dos Cisnes já se ouvem, com um forte de novidade, confissões, se bem que arrepiadas e limitadas, em torno da velhíssima norma segundo a qual a política não deve influir nas relações de comércio como barreira intransponível.

Na fala de Vasco da Gama ao Samorim, sobre as possibilidades de intercâmbio de Portugal com a Índia, já o navegador dizia:

E se queres com pactos e lincas De paz e de amizade sacra e nua. Comércio consentir das abundâncias Das fazendas da terra sua e tua...

E pena que algumas normas tão antigas só a duras penas consigam impressionar os especialistas do Ha-

marati. Mas não devemos ter pessimistas. O Hamarati atulido pode dar lições de sabedoria ao «New York Times», que aponta a visita de Khrushchov a Cuba como um ataque aos Estados Unidos e ao presidente Eisenhower. Então, mesmo depois da queda de Batista, ainda se julga, nos Estados Unidos, que Cuba é uma colônia americana? Mas esses rancores colonialistas atingem o nuzo exatamento quando do norte-americano Van Cliburn arranca aplausos e lágrimas de emoção das platéias de Moscou, interpretando Tchaikowski. Também nos Estados Unidos há duas correntes de vida. A do «New York Times», ao mesmo tempo que se afina com a concepção imperialista, lembra a ferocidade dos homens da caverna. A etapa seguinte é a do ódio zoológico dos fascistas. O homem transformado em besta.

resistência, em defesa de seus territórios ameaçados de grilagem. Nas casas de terragem aumentou a procura de garrafas e espingardas. Diz uma notícia: «Nunca se viu tanta venda de armas em Palmital». O vigário Inocente Orés, por sua vez, observa: «Conheço muito bem o povo de minha paróquia. Se a justiça não achar uma maneira rápida de nos livrar dessa situação, os nossos irmãos às últimas consequências».

Diante desse quadro geral, que reflete apenas os fatos de um comício de semana, JK dança em Brasília uma valsa lenta, cozinhando em água morna a chapa Lott-Jango. Com que fim? Eis aí o tipo perfeito da dolorosa interrogação. Sylvestre Bonnard, em soliloquio, fazia esse espécie do auto-crítico: «Bnard, tu sabes decifrar os velhos textos, mas não sabes ler no livro da vida». Que dizer dos valistas que não decifram textos nem leem no livro da vida?

EXCLUSIVO!

Dep. Lycio Hauer esclarece tudo sobre o Plano de Classificação

O Significado da Vitória

Deputado LYCIO HAUER

A aprovação do plano de classificação representa, inevitavelmente, uma vitória do funcionalismo, que há vários anos pugna por tal medida, muito embora a mesma seja mais um valioso instrumento de administração de pessoal, nas mãos dos governos, do que uma reivindicação da classe.

O plano aprovado não é aquele que o funcionalismo esperava, nem o de que a administração necessita. É, porém, o melhor que se conseguiu obter, como resultado dos interesses divergentes e, por vezes, contraditórios. Representa um grande passo, apesar de seus defeitos, que consistem, principalmente, não na classificação propriamente dita, mas no plano de remuneração que a acompanha, consubstanciado em tabela de vencimentos totalmente superada pelo alto custo da vida. Basta dizer que está ela graduada de 6 mil a 25 mil cruzeiros, valores monetários não condizentes com o atual preço das utilidades e que muito cedo — no que toca ao vencimento inicial — serão ultrapassados pelos novos níveis do salário mínimo.

Mas, afóra esse grande defeito, reais são os benefícios que advirão do plano aprovado: consagrado está o princípio constitucional, universalmente aceito, de "igual trabalho, igual salário"; valorizado será o trabalho profissional especializado dos artífices e operários do serviço público, que sairão do regime de salário mínimo em que se situam atualmente e irão, de início, na pior das hipóteses para o oitavo grau da tabela de vencimentos; valorizado, também, ficará o trabalho técnico e técnico-científico; pelas novas linhas de acesso, estará, realmente, assegurado o princípio de carreira no serviço público; foi dada maior objetividade ao sistema de promoção por merecimento, embora ainda persista o seu aspecto subjetivo; foram extintas todas as funções de extranumerários, inclusive do pessoal aos mesmos

equiparados por diversas leis, transformadas aquelas funções em cargos de funcionários (grande benefício de ordem jurídica); foi adotado o instituto da readaptação, pelo qual os servidores desviados há mais de dois anos das suas verdadeiras funções serão enquadrados nas funções que venham exercendo, ou haviam exercido há mais de cinco anos, ressalvado o direito de opção (se outros benefícios não houvesse, só este instituto da readaptação valeria para glorificar o plano); pela chamada especificação de classes, definidas serão as diversas atribuições deferidas a cada cargo, etc., etc.

Assim, é o plano de classificação uma grande conquista de ordem jurídica. Não é um aumento ou reajuste de vencimentos, conforme muitos pensam irguentemente e muitos de má fé asseguram. Conquistada a etapa jurídica, é evidente que, mais cedo ou mais tarde, o funcionalismo marcará para uma modificação da tabela superada, única forma de compensar o pequeno e em alguns casos nenhum benefício de ordem financeira que advirá do plano de classificação.

Com a aprovação do plano, atingiu-se, vitoriosamente, uma das metas do funcionalismo, pela qual tanto se lutou. Foi uma vitória arrancada a duras penas, foi uma vitória do funcionalismo organizado, foi uma vitória da União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil (UNSP), foi uma vitória da Coligação das Associações Pró-Classificação (CAC). Fortaleceram-se e se prestigiaram, portanto, para novas lutas e vitórias, as organizações do funcionalismo, muitas delas nascidas no decorrer da própria luta. A aprovação do plano significa, pois, o coroamento de uma luta organizada e de uma ação unificada, que servem de exemplo.

Os servidores públicos estão de parabéns.

ISTO BENEFICIARÁ O FUNCIONALISMO

READAPTAÇÃO: GRANDE CONQUISTA

É o seguinte o texto aprovado:

DA READAPTAÇÃO

Art. 43. Será readaptado o funcionário que venha exercendo, ininterruptamente, e por prazo superior a 2 (dois) anos, atribuições diversas das pertinentes à classe em que for enquadrado, ou haja exercido estas atribuições, até 21 de agosto de 1959, por mais de 5 (cinco) anos ininterruptos.

Parágrafo único. Ao funcionário fica assegurado o direito de optar pela situação decorrente do enquadramento, dentro do prazo de 180 dias.

Art. 44. Caberá a readaptação quando ficar expressamente comprovado que:

- I — o desvio de função adveio ou subsiste por necessidade absoluta do serviço;
- II — dura pelo menos, há dois anos sem interrupção;
- III — a atividade foi ou está sendo exercida de modo permanente;
- IV — as atribuições do cargo ocupado são perfeitamente diversas e não apenas comparáveis ou afins, variando somente de responsabilidade e de grau;
- V — o funcionário possui as necessárias aptidões e habilitações para o desempenho regular do novo cargo em que deva ser classificado.

Art. 45. A readaptação será feita por decreto do Presidente da República, mediante transformação do cargo do funcionário, após pronunciamento da Comissão de Classificação de Cargos.

§ 1º A readaptação não acarretará redução de vencimentos.

Art. 46. A readaptação produzirá efeitos a contar da data da publicação do decreto no Diário Oficial e não interromperá a contagem de tempo para perfazer o triênio.

Art. 47. Após a implantação do novo sistema de classificação, respeitadas as exceções previstas nesta lei, será responsabilizado o Chefe de Serviço, sob pena de demissão, ou destituição da função, que conferir a qualquer servidor atribuição diversa da pertinente à classe a que pertence. Em caso algum poderá tal fato acarretar a reclassificação do funcionário ou sua readaptação; determinará apenas a correção da irregularidade, mediante retorno do funcionário às atribuições do seu cargo.

Art. 48. É facultado aos servidores públicos reclamar à Comissão de Classificação de Cargos, no prazo de cento e vinte (120) dias, contra sua classificação ou enquadramento, feitos em contrário ao determinado nesta lei.

EIS A NOVA TABELA DE REMUNERAÇÃO

ANEXO III
TABELAS DE RETRIBUIÇÃO
A — VENCIMENTOS DE CARGOS EFETIVOS
REFERÊNCIAS HORIZONTAIS

NÍVEIS	Referência Base	RAZÕES							
		I	II	III	IV	V	VI	VERTICAL	HORIZONTAL
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
18	25.000,00	26.075,00	27.150,00	28.225,00	29.300,00	30.375,00	31.450,00	3.000,00	1.075,00
17	22.000,00	22.975,00	23.950,00	24.925,00	25.900,00	26.875,00	27.850,00	2.000,00	975,00
16	20.000,00	20.875,00	21.750,00	22.625,00	23.500,00	24.375,00	25.250,00	2.000,00	975,00
15	18.000,00	18.775,00	19.550,00	20.325,00	21.100,00	21.875,00	22.650,00	1.500,00	775,00
14	16.500,00	17.200,00	17.900,00	18.600,00	19.300,00	20.000,00	20.700,00	1.500,00	700,00
13	15.000,00	15.625,00	16.250,00	16.875,00	17.500,00	18.125,00	18.750,00	1.000,00	625,00
12	14.000,00	14.575,00	15.150,00	15.725,00	16.300,00	16.875,00	17.450,00	1.000,00	575,00
11	13.000,00	13.525,00	14.050,00	14.575,00	15.100,00	15.625,00	16.150,00	1.000,00	525,00
10	12.000,00	12.475,00	12.950,00	13.425,00	13.900,00	14.375,00	14.850,00	1.000,00	475,00
9	11.000,00	11.450,00	11.900,00	12.350,00	12.800,00	13.250,00	13.700,00	1.000,00	450,00
8	10.000,00	10.425,00	10.850,00	11.275,00	11.700,00	12.125,00	12.550,00	1.000,00	425,00
7	9.000,00	9.400,00	9.800,00	10.200,00	10.600,00	11.000,00	11.400,00	500,00	400,00
6	8.500,00	8.875,00	9.250,00	9.625,00	10.000,00	10.375,00	10.750,00	500,00	375,00
5	8.000,00	8.350,00	8.700,00	9.050,00	9.400,00	9.750,00	10.100,00	500,00	350,00
4	7.500,00	7.825,00	8.150,00	8.475,00	8.800,00	9.125,00	9.450,00	500,00	325,00
3	7.000,00	7.300,00	7.600,00	7.900,00	8.200,00	8.500,00	8.800,00	500,00	300,00
2	6.500,00	6.775,00	7.050,00	7.325,00	7.600,00	7.875,00	8.150,00	500,00	275,00
1	6.000,00	6.250,00	6.500,00	6.750,00	7.000,00	7.250,00	7.500,00	—	250,00

OBSERVAÇÕES: a) Sobre a referência Base serão contadas as gratificações adicionais por tempo de serviço e outros, que continuam em pleno vigor; b) O funcionário perceberá, ainda, Cr\$ 500,00 de salário-família; c) O funcionário que, depois do enquadramento estiver percebendo mais do que a referência base, avançará horizontalmente, situando-se na referência horizontal mais alta; d) Os triênios não retrogem; e) Os menores de 18 anos receberão a metade do nível 1.

SINTESE DA NOVA SITUAÇÃO DO FUNCIONALISMO (Principais cargos)

SERVIÇO	NOVOS CARGOS	NÍVEIS DE VENCIMENTOS	
Administração, Escritório e Fisco	Almoxarife	14 e 16	
	Armazenista	8 e 10	
	Assistente Comercial	12, 14 e 16	
	Oficial de Administração	12, 14 e 16	
	Escriturário	8 e 10	
	Correntista	7	
	Escrevente - datilógrafo	7	
	Ag. Fiscal do Imp. Consumo	14 a 18	
	Ag. Fiscal do Imp. de Renda	14 a 18	
	Ag. Fiscal do Imp. Aduaneiro	11 a 18	
	Ag. Fiscal do Imp. Selo	14, 16 e 18	
	Coletor	15 a 18	
	Escrivão de Coletoria	12, 13 e 14	
	Guarda Aduaneiro	9	
	Técnico de Mecanização	14 e 16	
	Téc. Aux. de Mecanização	9 e 11	
	Taquigrafo	14	
	Estenodatilógrafo	11	
	Datilógrafo	7 e 9	
	Técnico de Administração	17 e 18	
	Assistente de Administração	14 e 16	
	Tesoureiro	17 e 18	
	ARTIFICE	Pedreiro	8, 9 e 10
		Canteiro	7
		Pintor	1, 9 e 10
		Aprendiz	1
		Calafate	8 e 10
		Compositor (gráfico)	8, 9, 10 e 12
Gravador		8, 9, 10 e 12	
Estereotipista		8, 9, 10 e 12	
Compositor mecânico		8, 9, 10 e 12	
Encadernador		8, 9, 10 e 12	
Impressor		8, 9, 10 e 12	
Tipógrafo		8, 9, 10 e 12	
Paginador - Pautador		8 e 10	
Carpinteiro		8, 9, 10 e 12	
Carpinteiro Naval		8, 9, 10 e 12	
Marceneiro		8, 9, 10 e 12	
Riscador Naval		8 e 10	
Entalhador		8 e 10	
Lustrador		8 e 10	
Alfaiate		8, 9, 10 e 12	
Eletricista Enrolador		8, 9, 10 e 12	
Eletricista Instalador		8, 9, 10 e 12	
Eletricista Operador		8, 9, 10 e 12	
Artífice de Aparelho de Telecomunicação		8, 9, 10 e 12	
Artífice de Vitane e Polemo		8 e 10	
Correiro e Sapateiro		6, 8 e 10	
Entelador e Estofador		8 e 10	
Afinador de Metais Preciosos		8, 9, 10 e 12	
Impressor de Valores		8, 9, 10 e 12	
Medalhista		8, 9, 10 e 12	
Galvanoplasta		8, 9, 10 e 12	
Cunhador de Moedas		8, 9, 10 e 12	
Estampador		8, 9, 10 e 12	
Bombeiro Hidráulico		8 e 10	
Mecânico Operador		8, 9, 10 e 12	
Mecânico de Aeronaves		8, 9, 10 e 12	
Mecânico de Aparelhos e Instrumentos		8, 9, 10 e 12	
Mecânico de Armamento		8, 9, 10 e 12	
Mec. de Motores a Combustão		8, 9, 10 e 12	
Mecânico de Máquinas		8, 9, 10 e 12	
Mecânico Repuxador		8, 9, 10 e 12	
Mecânica Fresista		8, 9, 10 e 12	
Torneira Mecânica		8, 9, 10 e 12	
Ajustador Mecânica		8, 9, 10 e 12	
Retificador Mecânico		8, 9, 10 e 12	
Artífice de Explosivos	8, 9, 10 e 12		
Caldeireiro	8, 9, 10 e 12		
Chapeador	8, 9, 10 e 12		
Ferreiro	8, 9, 10 e 12		
Serralheiro	8, 9, 10 e 12		
Soldador	8, 9, 10 e 12		
Fundidor	8, 9, 10 e 12		
Modelador de Fundição	8 e 9		
Funileiro	8, 9, 10 e 12		
Lanterneiro	8 e 9		
Farramenteiro	8 e 9		
Mestre (em geral)	13 e 14		
COMUNICAÇÃO E TRANSPORTES	Assessor Postal - Telegráfico	17 e 18	
	Postalista	12, 14 e 16	
	Carteiro	10, 12 e 14	
	Estafeta	7 e 9	
	Agente Postal	9 e 11	
	Operador Postal	6 e 8	
	Telegrafista	12, 14 e 16	
	Teletipista	9	
	Inspeção de Linhas Telegráficas	16	
	Manipulante de Telégrafo	10	
	Aux. de Tráfego - Telegráfico	6	
	Guarda-Fios	10 e 12	
	Condutor de Malas	7, 8 e 10	
	Telefonista	6 e 7	
	Vendedor de Sêlos	1, 10 e 12	
Mestre Arrais	12		
Condutor Maquinista	12		
Condutor Motorista	12		
Motorista	8, 10 e 12		
EDUCAÇÃO E CULTURA	Bibliotecário	12, 14 e 16	
	Aux. de Bibliotecário	7	
	Inspeção de Alunos	9 e 10	
	Arquivista	7, 9 e 11	
	Redator	16, 17, e 18	
	Revisor	12, 14 e 16	
	Inspeção de Ensino	16 e 17	
	Professor Catedrático	Cr\$ 40.000,00	
	Prof. de Ensino Superior	18	
	Assistente de Ensino Sup.	17	
	Prof. de Ensino Agrícola Técnico	17	
	Prof. de Ensino Ind. Técnico	17	
	Prof. de Ensino Secundário	16 e 17	
	Prof. de Ensino Agrícola Básico	16	
	Prof. de Ensino Ind. Básico	16	
Prof. de Ensino Pré-Primário e Primário	11		
Técnico de Educação	17 e 18		
GUARDA, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	Assistente de Educação	14 e 16	
	Zelador	7 e 8	
	Serviçal	5 e 6	
	Servante	5	

SINTESE DA NOVA SITUAÇÃO DO FUNCIONALISMO (Principais cargos)

SERVIÇO	NOVOS CARGOS	NÍVEIS DE VENCIMENTOS
GUARDA CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	Guarda Sanitário	5, 7 e 9
	Guarda	8 e 10
	Chefe de Portaria	13
PROFISSIONAL	Porteiro	9 e 11
	Auxiliar de Portaria	7 e 8
	Desenhista	2, 14 e 16
	Fotopomtrista	12 e 14
	Eletrotécnico	13 e 15
	Delineador	12 e 13
	Técnico de Laboratório	12 e 14
	Laboratorista	8 e 9
	Tecnologista	12 e 14
	Auxiliar de Enfermagem	8, 10 e 12
TÉCNICO CIENTÍFICO	Atendente	7
	Enfermeira - Auxiliar	8
	Obstetiz	11, 12 e 14
	Operador de Raios X	9
	Inspeção de Físicas	12 e 14
	Inspeção de Previdência	17 e 18
	Inspeção de Trabalho	17 e 18
	Engenheiro Agrônomo	17 e 18
	Astrônomo	17 e 18
	Químicos	17 e 18
GUARDA, CONSERVAÇÃO E LIMPEZA	Atuário	17 e 18
	Contador	17 e 18
	Cientistas em geral (Botânico, Físico, etc)	17 e 18
	Economista	17 e 18
	Técnico de Economia e Finanças	17 e 18
	Arquitetos	17 e 18
	Engenheiros (em geral)	17 e 18
	Médicos (em geral)	17 e 18
	Cirurgião Dentista	17 e 18
	Veterinário	17 e 18
POLICIAL	Enfermeiro	17 e 18
	Estatístico	17 e 18
	Ascensorista	5
	Messenger (não os do DCT)	1
	Trabalhador	1
	Censor	17 e 18
	Perito Criminal	17 e 18
	Escrivão de Polícia	11, 12, 14 e 16
	Delegado de Polícia	Cr\$ 36.000,00
	Comissário de Polícia	17 e 18
PROFISSIONAL	Deletive	10, 12, 13 e 15
	Guarda Civil	8, 10, 12 e 14
	Guarda de Presídio	8, 10 e 12
	Perito de Valores	17 e 18
	Observador Meteorológico	10 e 12
	Insp. de Caça e Pesca	11 e 13
	Insp. do Trigo	11 e 13
	Técnico Rural	11 e 13
	Mestre Rural	8
	Operário Rural	6
Capataz Rural	3	
Auxiliar Rural	3	
Gravador Artístico	13, 14 e 16	
Classificador de Pedras	11, 12 e 14	
Classificador de Produtos Animais e Vegetais	12, 14 e 16	
Técnico de Contabilidade	13 e 15	
Datiloscopista	13, 15 e 17	

Notas Sobre Livros

Morreu Pasternak, e sua morte faz avivar a imprensa reacionária a lembrança do «caso» suscitado pelo contrabando editorial do Dr. Jivago, proeza praticada por empresários capitalistas do mundo ocidental, cristão e decadente, sob o alto patrocínio do Prêmio Nobel.

Tivemos ocasião de tratar do assunto, aqui mesmo, e desde o início fizemos ver que o «caso literário» do Dr. Jivago era uma coisa e outra coisa o «caso político» do Prêmio Nobel concedido a Pasternak. É certo que não havia separação estanque entre um caso e outro, mas não é menos certo que, em dado momento, sua feição política degenerou e distanciou-se de sua feição «literária» — e distanciou-se por vias tortuosas, maliciosas, dolorosas. Do ponto-de-vista editorial soviético, o romance fora colocado em termos corretos e amistosos pela redação da revista Novy Mir. E é claro que nesses termos a questão podia ser resolvida a contento de ambas as partes. Desde porém que Pasternak, de boa ou de má fé, forneceu os originais do livro a uma editora capitalista estrangeira, e que esta última, a serviço da reação mundial, colocou o Dr. Jivago em termos de provocação política anti-soviética — aí a coisa mudou de figura, tomando aspecto essencialmente político, e teve então de ser resolvido politicamente. Tudo isso é claro como água limpa.

O objetivo da reação, ao agitar com tamanha fúria o «caso» Pasternak, consistia precisamente em turvar a água para os seus fins de provocação anti-soviética, tudo dentro do esquema da guerra-fria dirigida pelo Departamento de Estado. Os cornacas do Departamento de Estado, através de seus agentes no mundo capitalista, esbaldaram-se então na exploração anti-comunista do «caso».

Mas o tempo passou, o Dr. Jivago foi esquecido, e Pasternak, recolhido à sua vila nos arredores de Moscou, ficou a moer e remoer na solidão, melancolicamente, a amarga experiência que seus amigos e confrades do mundo anti-soviético lhe propinçaram sob a forma de Prêmio Nobel.

Agora, com a morte do escritor, tentam os porta-vozes da reação reavivar o «caso». Envenenaram seus últimos anos de vida; ajudaram o câncer a matá-lo; tentam ainda explorar o seu cadáver.

O Globo, por exemplo. O Globo, jornal americano em língua portuguesa, órgão eschacado do entreguismo e do anticomunismo, teria necessariamente de participar do coro fúnebre da difamação entoadado sobre o túmulo do Dr. Jivago. O comentarista Marinho chorou como carpilheira de ofício.

Junto com as lágrimas de crocodilo, o vespertino marinho deixou pingar, sobre os leitores incautos, algumas gotas concentradas da mais presunçosa imbecilidade literária que é possível imaginar. Lê-se, com efeito, no seu elegante editorial consagrado ao morto que Pasternak foi nada menos que — «um Tolstói singularmente dinamizado por uma consciência massacrada de Kafka». Ou então que Pasternak foi — «um Gorki pre-revolucionário».

Eis aí um exemplo da coisa que se transforma dialéticamente no seu contrário: o elogio fúnebre, metido da carga bestiológica do seu conteúdo, virando pesado castigo post-mortem.

Não há Dr. Jivago que possa sobreviver a tamanhos desparafusos literários. O Globo, chorando o defunto Pasternak, atou em óleo. Isso a sua triste glória jivagiana.

Astrojildo Pereira

Respeito Aos Menores

Abra-se um jornal e se tiver havido qualquer ocorrência na qual esteja envolvida uma criança ou um jovem, vejamo-nos os retratos. É espantoso, ou melhor, é criminoso. Outro dia uma moedinha saiu de casa para o colégio de noite; caiu numa farrá tremenda, embriagou-se, foi parar no Distrito Policial. Os jornais publicaram sua fotografia, bêbada, os traços fisiológicos transformados pelo álcool e o pior: para que seja bem visto seu rosto, apareceram nos retratos duas mãos segurando-lhe a cabeça e o queixo. Mãos de enfermeira? Então até nisso colaboraram todos? Sôzinha ela não se deixaria fotografar, por menos ou mais bêbada que estivesse. O fotógrafo contou ao com a colaboração alheia. De quem? Por que, a quem interessa o esbanfatoso retrato?

O Código de Menores proíbe muitas coisas que jamais são respeitadas por todos aqueles que deviam fazê-lo, se não pelo respeito humano, ao menos pela obrigatoriedade que a lei exige. Um desses desrespeitos, talvez o pior, o mais criminoso, é a publicação dos retratos de menores nos jornais. Um ladrão, um assassino, qualquer criminoso (e não discutamos aqui quem é ou não é criminoso) pode esconder o rosto; a polícia consente. Os fotografos raramente obtêm uma boa fotografia dos chamados «indigitados indivíduos», mas uma criança, essa é agarrada e fotografada de qualquer maneira.

Quando um caso desses ocorre e se tem vontade de gritar, de protestar, perguntamo-nos: a quem dirigir nossos gritos e protestos? a quem? Pois não há um Código de Menores? Por que então ele é desrespeitado? A quem interessa a liquidação dessas crianças, muitas delas resvalando socialmente pela primeira vez? Essa menina de dezessete anos que se embuchou e caiu na farrá, não poderá ser um dia uma esposa exemplar, uma digna mãe de família? Por que liquidá-la nos dezessete anos quando sua vida nem sequer começou? Por que muré-la para toda a vida por uma bobagem? Triste, dolorosa bobagem, é certo, mas nem por isso menor bobagem.

Os jornais caricões estão ultimamente tão cheios de crimes de crianças e jovens que parecem até jornais lanques. Crianças fugindo de casa, crianças roubando, crianças matando, crianças sofrendo. Uma delas, outra moedinha declarou que preferia morrer a viver com a família. Onde anda a família? Tivessem essas crianças a família no que ela representa de ternura, compreensão e lições de dignidade e com certeza os crimes infanto-juvenis não seriam, como andam sendo, cotidianos.

As crianças infelizes não precisam de caridade nem de piedade; o que lhes falta é amor e compreensão. Elas precisam também, e muito, serem respeitadas. Respeitemos as crianças; essa deve ser uma tarefa obrigatória dos adultos, principalmente os governantes.

Encido

Tópicos Típicos

No suplemento do «Jornal do Brasil» (4-6-60), Mário Pedrosa escreve sobre o italiano mussolinista Burri, pintor — ou antipintor, como diz Pedrosa — cujo estilo já está se tornando conhecido pelo nome de burritismo. Trata-se daquele «artista plástico» que brilhou na 5ª Bienal de São Paulo, expondo telas rasgadas, furadas, queimadas, violentadas e remendadas com peças íntimas femininas.

O venerando cronista Pongetti, coltado, foi mexer com quem não devia e levou uma ripada de criar biêho. Meteu-se a meneschar o compositor e cantor Juca Chaves e este respondeu dizendo que o cronista estava «na menopausa literária».

Newton Freitas, por sua vez, «homenageou» Graciliano Ramos em «Mundo Ilustrado» (25-5-60), dizendo besteiras que devem ter feito o velho Graça estremecer de horror em seu jazigo. Lá pelas tantas, ruminava o Newton:

«Quando apareceu CAETES, o público se escandalizou pela precisão, a qualidade e estilo do livro (...) Escrever bem, era quase uma audácia naquele momento, e o público chegou a perguntar-se se escrever bem não excluía profundidade e sentido popular».

Realmente, para um indivíduo como Newton Freitas, que coloca aquela virgula entre «Escrever bem» e «era quase uma audácia», deve ser chocante um texto bem escrito.

Aos personagens de Nelson Rodrigues, Corção inspira a necessidade de «chacais horrendos», «nostalgia de excrementos». A Light, no entanto, só deve inspirar ternura e gratidão. Quinta e sexta-feira da semana passada, o frêgo sexagenário chora, desesperado, as injustiças que o «seruê» povo brasileiro pratica contra o inocente triste. E, com os olhos ainda úmidos, encaminha-se para o quicê do Galotti, ali na rua Marechal Floriano.

Chamando Marcos Konder Notta de Marcos Konder Reis, e Coschiatti de Coschiatti, o repórter Haroldo Holanda, de «Mundo Ilustrado», acaba por concluir que a escultura do monumento em homenagem aos pracinhas brasileiros mortos na segunda guerra mundial, no atêrro da Glória (escultura que não tem caráter representativo, segundo o próprio escultor) é um avião feito de arame. E se é um novo tipo de arame, mais grosso que a «grus-sina» de Hafeleda, que não reconhece no material da escultura um bom e sólido vergalhão de ferro.

Completamos nos nossos leitores que se buscarem não são infelizes. Ainda não foram libertados os sininhos do Ayala. Ajudem o atíno pectado.

Pedro Severino

VIAGEM DE JUSCELINO A PORTUGAL: COMPROMISSO COM A DITADURA

Os turistas voltam de Lisboa encantados:

— Que cidade bonita e limpa! Que organização! Portugal é mesmo o jardim da Europa a beiramar plantado!»

Mas não vêem, por sob a limpeza física da capital dos portugueses, toda a imundície moral do governo de Salazar, a mais antiga ditadura do mundo atual.

É justamente com essa sujidade que o presidente do Brasil vai se comprometer em agosto, mês para o qual se prevê sua viagem a Portugal, onde, além do ridículo papelão de co-anfitrião nas comemorações henriquinas — sentar-se-á ao lado do almirante Américo Tomás, presidente fantoche daquela ditadura — irá tratar da regulamentação do insultuoso Tratado de Amizade e Consulta, que jaz esquecido há sete anos, os homens brasileiros envergonhados de fazê-lo vigorar.

O que é Portugal

No dia 28 de maio de 1926 a noite escura de um regime ferocemente ditatorial abateu-se sobre a terra de Camões, mercê de um golpe militar. Desde então, e cada vez mais, as liberdades e suas idéias afins passaram a ser um mito para os portugueses.

Há trinta e quatro anos não há eleições livres em Portugal. O funcionamento da chamada Assembleia Nacional chega a ser engraçado, apesar de triste. Sua composição é de títeres praticamente nomeados pelo ditador. Pois bem, apesar disso, o governo salazarista vive promulgando decretos-leis que, na maioria dos casos, independem de qualquer ratificação da Assembleia. E o ridículo: não obstante a verdadeira farsa dessa câmara, as intervenções dos parlamentares são, muitas vezes, censuradas antes de sua publicação no Diário das Sessões.

A elaboração da Constituição portuguesa (1933) constitui um caso ímpar. Sem Assembleia Constituinte, foi ela votada em plebiscito. Havia três possibilidades de voto — a favor, contra e abstenção. Na apuração, foram considerados de acordo os que votaram a favor e os que se absteram!

Uma das atividades mais intensas em Portugal é a censura, que atinge todas as formas de pensamento: jornais, revistas, livros, rádio, televisão, teatro, cinema, conversas telefônicas (!), correspondência particular (!!), enfim, sempre que um português pensa ou diz qualquer coisa é vigiado. A Comissão de Censura, composta de oficiais do exército, depende diretamente da presidência do Conselho, isto é, de Salazar.

Não há liberdade de associação nem de reunião. A repressão de todas as manifestações ou movimentos de opinião pública que não sejam de apoio ao ditador assume proporções indescrevíveis. A greve é considerada crime e, como tal, punida com penas que vão de dois a oito anos de prisão celular.

Pensar é crime

O ditador, com toda a sua autoridade no assunto, estabeleceu o seguinte princípio educacional para o país:

— Ler, escrever e contar bastam para a maioria dos portugueses.

Não é por acaso que, malgrado as mistificações estatísticas, os números oficiais acusam em 42% o nível de analfabetismo no país.

Segundo os dados do último recenseamento português, 81% dos jovens entre 12 e 14 anos têm ocupação definida, ou seja, trabalham. Os que estudam são considerados, para efeito legal, desocupados, figurando como inativos. O que vale dizer: para o governo de Portugal, estudo é sinônimo de vagabundagem.

Portugal é comandado por uma sigla: PIDE. Trata-se da famigerada polícia que tudo decide. Sua interferência no terreno cultural é de tal ordem que um professor só é nomeado com o beneplácito policial. A competência dos médicos que vão servir em hospitais também é examinada pela PIDE. Ninguém faz pesquisa científica sem o seu prévio consentimento.

No que diz respeito às associações culturais e recreativas, a situação é idêntica. Seus dirigentes só podem tomar posse com a sanção oficial. Se a opinião da polícia é desfavorável, adeus associação.

Os cadernos da PIDE estão repletos dos nomes dos homens de pensamento de Portugal. As perseguições são ferozes e corriqueiras (vide recente prisão do intelectual Aquilino Ribeiro), obrigando ao exílio todos os de idéias avançadas, progressistas.

Por que ir lá

É a um país dessa espécie que pretende ir o presidente Juscelino Kubitschek, como representante de um povo amante da liberdade, ao qual só inspira revolta a situação de seus irmãos portugueses violentamente perseguidos.

Na Declaração assinada em Santiago do Chile, o governo brasileiro concordava em que «a existência de regimes antidemocráticos constitui uma violação dos princípios em que se funda a Organização dos Estados Americanos (...) a perpetuação do Poder, ou o exercício deste sem prazo determinado e com manifesto propósito de perpetuação são incompatíveis com o exercício da Democracia».

Então, se essa é a sua opinião, que fazer em Portugal? Trata-se de um lugar que, enquanto perdurar a situação atual, não deve ser visitado nem em termos de simples cortesia, de vez que qualquer manifestação de simpatia ao governo é um insulto ao povo português.

Pois bem, além da bufonaria de co-anfitrião, o presidente Juscelino vai ratificar um Tratado que diz, em seus dois primeiros artigos:

1º — «As partes contratantes, tendo em mente reafirmar e consolidar a perfeita amizade que existe entre os dois povos irmãos, concordam em que, de futuro, se consultarão sempre sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum.»

2º — «Cada uma das altas partes contratantes acorda em conceder aos nacionais da outra tratamento especial, que os equipare aos respectivos nacionais em tudo que, de outro modo, não estiver diretamente regulado nas disposições constitucionais das duas Nações, quer na esfera jurídica, quer nas esferas comercial, econômica, financeira e cultural, devendo a proteção das autoridades locais ser tão ampla quanto a concedida aos próprios nacionais.»

Sem o rebuscamento da linguagem oficial:

Art. 1º — Fica o Brasil obrigado a dar seu apoio às aventuras colonialistas do governo português em Goa e na África, obrigado a concordar com os crimes contra a liberdade dos povos oprimidos. Ficam os dois governos obrigados ao apoio conjunto ao Departamento de Estado norte-americano.

Art. 2º — Os portugueses que para cá vierem terão todos os direitos garantidos aos cidadãos brasileiros na exploração de nossas riquezas, gozando de todas as liberdades que entre nós existem. Ficam garantidos aos brasileiros que forem a Portugal todos os vexames a que são submetidos os portugueses pela feroz ditadura salazarista.

Aliás, já temos um exemplo bem marcante dessa disposição das autoridades portuguesas.

Em recente excursão pela Europa, a Companhia teatral de Maria Della Costa submeteu o texto da peça que iria encenar em Lisboa à Comissão de Censura. Aprovado o texto, o espetáculo foi montado.

Elementos fascistas, em comum acordo com os homens da lei portuguesa, tumultuaram a sessão, impedindo que a Companhia levasse a cabo seus propósitos de difusão artística. Não contentes com isso, trataram de tornar insuportável a permanência de nossos artistas no país, obrigando-os a recorrer à Embaixada para sair da terrível situação.

Não vá, presidente

Em janeiro desse ano, São Paulo foi sede da 1ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos e Perseguidos Políticos de Portugal e Espanha.

O conclave contou com o apoio praticamente unânime das personalidades e dos povos da América do Sul — apesar de a triste figura fascista de Armando Falcão ter desejado impedir a sua realização.

O que aconteceu em S. Paulo bem reflete os sentimentos do povo brasileiro, que não pode, de modo algum, concordar passivamente com a viagem do presidente.

O presidente da Conferência Pró-Anistia foi um dos brasileiros que melhor conhecem Portugal, posto que lá esteve algum tempo à frente de nossa Missão Diplomática. Pois

com toda a sua autoridade, o embaixador Alvaro Lins — que foi há pouco homenageado pelas delegações à Conferência com o título de «amigo número um dos povos ibéricos e campeão das liberdades públicas», em banquete de 640 talheres, ao qual compareceram deputados, líderes políticos de diversos partidos, desembargadores e outras figuras de relêvo, e onde foram lidas, entre outras, mensagens do deputado Abreu Sodré, presidente da Assembleia Legislativa de S. Paulo, e do escritor Sérgio Milliet, presidente da União Brasileira de Escritores (seção de S. Paulo) — manifestou-se contra a ida do presidente Juscelino a Lisboa.

Igual procedimento teve Maria Della Costa, que, tão logo saltou do navio que a trouxe da Europa, dirigiu um apelo ao presidente da República para que ele não fosse presépio do atual regime português.

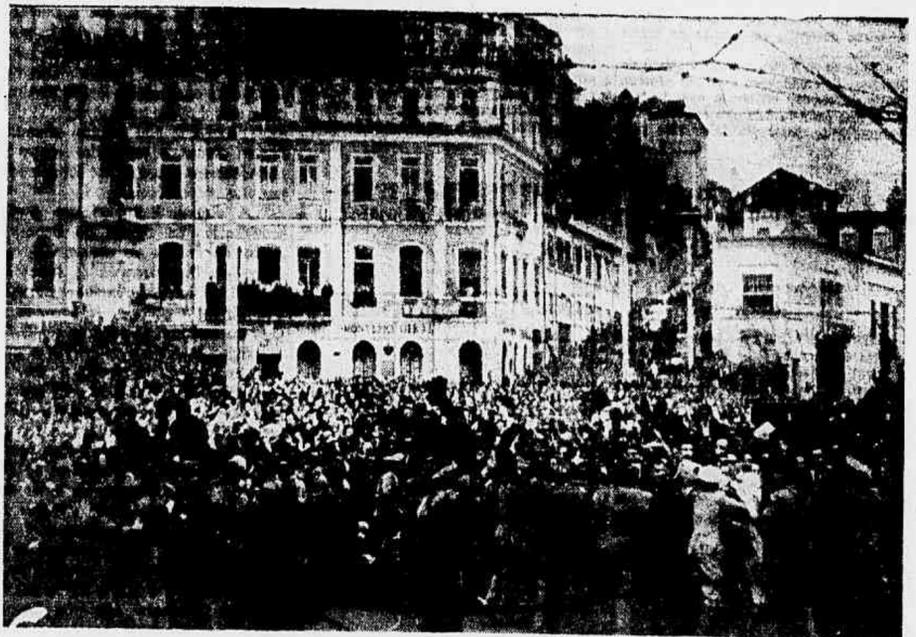
A viagem do presidente a Portugal seria uma ofensa aos sentimentos democráticos do povo brasileiro e aos portugueses que lutam por sua libertação.

A assinatura do ridículo Tratado seria um insulto aos heróis brasileiros que tombaram em luta pela libertação do Brasil da Coroa de Portugal, conquista que seria praticamente anulada.



Nem a beleza respeitam

A Companhia de Maria Della Costa foi vítima da imbecilidade policial em Lisboa, por ocasião da encenação de «A alma boa de St-Tsuan», famosa peça de Bertold Brecht.



Sofrem mas lutam

Com toda a ferocidade que a caracteriza, a ditadura salazarista ainda não conseguiu, nem conseguirá, quebrar o ânimo do povo português, que vive em constante luta pela democratização de sua terra. Apesar de serem consideradas como crime, as greves se multiplicam, cresce o número de trabalhadores que se convence da necessidade de lutar por melhores condições de vida.

«Pusilânime pela fanfarrônica com que desafia o chelo de jactância e depois foge desprimorosamente» — eis como o Professor Darcy Ribeiro respondeu à carta em que o deputado Carlos Lacerda recusou vergonhosamente do debate por ele oferecido num dos últimos programas Noite de Gala da TV Rio e na edição de 31 de maio da Tribuna de Imprensa.

Principal responsável pelo projeto de Diretrizes e Bases da Educação, que sacrifica a escola pública em benefício das mandarinas do ensino particular, o sr. Carlos Lacerda vinha lançando contra o sr. Darcy Ribeiro e outros destacados educadores brasileiros os piores insultos. Por fim, e esperando certamente que os partidários da escola pública recusassem diante de sua levandade o sua bazófia, desafiou o prof. Darcy Ribeiro para um debate público. Dou um pulo em falso, porém: em telegrama ao candidato da UDN, o prof. Darcy aceitou o desafio, deixando à vontade de Lacerda determinar o programa, o horário e as condições para o debate.

Encostado à parede, Lacerda fugiu covardemente, sob o ridículo pretexto de estar com o tempo tomado pela campanha eleitoral, e transferiu o encargo para a sra. Sandra Cavalcanti — que não lançou nenhum desafio nem tem nenhuma responsabilidade direta no projeto de Diretrizes e Bases.

A covardia de Lacerda se explica: ele teme ser desmascarado publicamente diante dos carões como um inimigo da escola pública e um agente dos industriais do ensino.

Porta-voz dos mercadores da educação

Em face da recusa do sr. Carlos Lacerda em comparecer ao debate para o qual desafiou, o prof. Darcy Ribeiro dirigiu ao líder udnista a seguinte carta, que publicamos na íntegra:

«Rio de Janeiro, 6 de junho de 1960.

A Carlos Lacerda, candidato. Recebi, com surpresa, a notícia de sua fuga ao desafio que me fez reiteradamente pela Tribuna da Imprensa (31 de maio, pág. 3) e no programa Noite de Gala, para um debate pela televisão sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Maior ainda foi minha perplexidade diante de sua tentativa de transferir a um terceiro a responsabilidade da bravata. Essa procuração a outrem para representá-lo e defendê-lo demonstra quanto de bazófia tem a suficiência dos seus cômicos alardes de capacidade em matéria de educação e que o seu único domínio é o monólogo.

Repugnava-me ter de defrontar tanta facúndia e tão notória levandade. Tanto mais porque sentia-me investido da grave responsabilidade de representar, diante de um pândego, a posição que assumiram com respeito ao projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ora em discussão no Senado, alguns dos maiores educadores brasileiros, como Fernando de Azevedo, Almeida Júnior, Anísio Teixeira, Gustavo Lessa, Abguar Renault, Florestan Fernandes, Erasmo Pílloto e muitos outros, posição apoiada por órgãos de imprensa tão prestigiosos como o Estado de São Paulo e que já ganhou as camadas mais esclarecidas da população.

O que me animou a participar de um debate em condições que deixei a seu arbítrio, foi minha confiança nas teses que defendo. Foi, também, a consciência de que seu alarde eleitoral é um esforço para levar a opinião pública a esquecer que o senhor foi o porta-voz dos interesses mercantis e retrógrados que procuraram modelar a Lei da Educação como uma gazua para espalhar os recursos públicos destinados à educação da juventude brasileira.

Assalto ao erário público

«É velha, aliás, esta sua tendência ao escamoteio. Ela tornou-se evidente quando, poucos dias depois de apresentar seu substitutivo ao projeto 2222 percebendo que forçava a mão, descobriu-se, pôs que o arquivassem para considerar outro, também de sua autoria e, logo em seguida, ainda um terceiro. A simples comparação dos três, ressalta o esforço crescente de disfarçar em palavreado cada vez mais nebuloso, os mesmos propósitos privatistas e antipopulares.

No primeiro substitutivo o senhor demite clara e francamente o poder público da obrigação constitucionalmente instituída de ministrar o ensino em todos os níveis, gratuito no primário para todos e, gratuito, no pós-primário, para os carentes de recursos. Estatui a precedência da escola privada como forma superior de educação, e por isso lhe faz entrega das verbas destinadas ao ensino popular. No segundo substitutivo, pende já para a igualização da escola pública e da particular, o que redundaria no mesmo, uma vez que a privada teria iguais direitos às verbas públicas, apesar de continuar empresarial e setária. No terceiro, ainda mais disfarçado, investe contra o fantasma do monopólio do Estado em matéria de educação e coloca maior vigor na defesa do que chama Direitos da Família, tudo para criar uma cortina de fumaça que esconda os verdadeiros desígnios de assalto ao erário público.

O fato novo é que, como candidato ao Governo da Guanabara o senhor precisa, agora, atrair um eleitorado consciente e cuida que pode faz-lo com engodos. Daí apresentar-se cheio de falso zelo pela

DARCI RIBEIRO RESPONDE A CARLOS LACERDA

Fanfarrão e Pusilânime

escola pública. Mas tergiversa porque em seu programa de governo promete auxílio à escola particular, e à pública tão-sómente aperfeiçoamento e prestígio. E vê sua nova tentativa de enganar. Hoje, todos sabem que não se pode falar honestamente de Monopólio do Estado em matéria de educação, onde o que existe é a ausência gritante do poder público no cumprimento do seu dever constitucional. Todos sabem, igualmente, que é demagógico falar em ausência de liberdade para o ensino privado, quando sua existência livre está plenamente garantida pela Constituição, e o que ele deseja, efetivamente, é receber ainda maiores subvenções sem assumir quaisquer obrigações; e o que aspira, é fugir ao controle público para melhor servir aos interesses de grupos e às discriminações de sua clientela. Estas teses escondem, na verdade, a intenção de liquidar o nosso incipiente sistema público de educação e impedi-lo de alcançar o aprimoramento que reclama, pelo desvio para os empresários do ensino de parcelas ainda maiores da quota mínima constitucional destinada à educação pública.

Por que faltam escolas

«Sabe, sobretudo, a opinião esclarecida do Rio de Janeiro, que o principal responsável pela grave ameaça, em que estamos de continuar anos afora, sem a ampla escada educacional indispensável para a consolidação da democracia e do desenvolvimento, se deve, em larga medida, à sua atuação parlamentar. Sabe, ainda, que a família para a qual o senhor reclama o soberano direito de escolha da educação para os filhos, é a família bom, que não os quer junto do povo, que exige escolas de colorido especial, mas pretende que o poder público lhe subvencione as despesas, ainda que à custa da educação popular.

Se deseja efetivamente livrar-se da pecha de covelo da escola pública, assumia uma atitude honesta, declare apócrifo o substitutivo de que foi portador e venha a público pedir conosco ao Senado que não consuma o crime de perpetuar, através de sua aprovação, o descalabro educacional em que se encontra o País. Se efetivamente quer redimir-se, diga, de público, que é contra o regime de subvenções que assegura a cada deputado e a cada senador uma quota de quatro milhões de cruzeiros para doar ao estabelecimento que bem deseje e aproveite a ocasião para contar como apoiou seu quinhão. Acrescente que este dinheiro (que soma mais de um e meio bilhões de cruzeiros anualmente) se aplicado em programas de bolsas-de-estudos a serem postas em concurso público, daria milhares de novas oportunidades de educação à nossa juventude. Se acrescentado a uma parcela dos seis bilhões que anualmente se gastam em subvenções às escolas privadas, daria para custear a edificação de uma rede nacional de estabelecimentos públicos-padrão, de nível médio, como o Colégio Pedro II e, inclusive, de ensino técnico pelo qual nunca se interessou a escola empresarial.

Aproveite para assinalar que é por gastar enormes somas — que no ano passado alcançaram quase meio bilhão de cruzeiros — com matrículas de excedentes em escolas primárias particulares, que a antiga Prefeitura, o atual Estado da Guanabara, não expandiu a rede pública escolar, compelindo a população carioca à humilhação das filas e do pistoleiro para conseguir matrícula. Acrescente que tudo isto é fruto de uma política privatista deliberada que o seu projeto pretende perpetuar. Diga ainda, que é fruto desta política a vergonha de não contarmos em um bairro de 60.000 habitantes como o Leme, com um só grupo escolar: que Copacabana com quase 300.000 habitantes tenha apenas duas escolas públicas precaríssimas e que os subúrbios cariocas sejam ainda pior servidos de escolas.»

Injuriador, pusilânime e fanfarrão

«Neste ato de conversão democrática que poderia — se infundisse fé — reconciliá-lo com o eleitorado carioca, comprometa-se a assegurar absoluta prioridade à causa da educação, abandonada nesta cidade desde os dias daquele Pedro Ernesto que o senhor elogia e desse Anísio Teixeira que o senhor ataca. Reconheça que sua posição até agora tem sido a de um patrono dos verdadeiros mandarins do ensino que são os cobiçosos proprietários de estabelecimentos particulares, mercadores da educação.

Apesar das tolices de sua carta sobre a educação na Alemanha e na Rússia, bem sabe o senhor que a política educacional que defendemos é a que se pratica na América do Norte e resultou no magnífico sistema educacional com que conta aquele país. É a mesma pregada pelos líderes da Revolução Francesa que defendiam, igualmente, a propriedade privada

e a escola pública. E é, sobretudo, a única capaz de assegurar à nossa juventude uma escada educacional tão ampla na base que abranja a todos e pela qual cada um possa subir até onde o permita sua capacidade independente de qualquer condição, senão o talento.

Esta é a segunda carta que lhe escrevo. Na primeira, datada de 31 de julho

passado, respondi às acusações desvairadas que assacou contra mim e o desafio a que se provasse, sob pena de passar a tratá-lo como mentiroso e caluniador. Minha carta nunca foi respondida nem publicada em seu jornal, apesar de divulgada em diversos órgãos de imprensa. Recordo este fato para que a opinião pública, mais uma vez, se edifique com

sua vocação de injuriador a que o senhor acrescenta, agora, a de pusilânime pela fanfarrônica com que desafia cheio de jactância e depois foge desprimorosamente. as.) Darcy Ribeiro.»

N.R.: Os entre-títulos são de responsabilidade da redação de NOVOS RUMOS.



Lacerda foi à televisão, disse uma porção de besteiras sobre os problemas do ensino e acabou desafiando o professor Darcy Ribeiro para um debate público do assunto. O repto foi aceito e agora o chefe dos lanterneiros está em apuros, vai ter que fugir como já o fez muitas vezes.

Que abacaxi!

REALENGO: PROFESSORA DENUNCIA

Colégio Vai Desabar Salvem Seus Filhos!

— Porque, meus senhores, é necessário cuidar das crianças de hoje, que serão os homens de amanhã, biá, biá, biá. — Inauguração de uma escola, e o costumeiro chorrilho de lugares-comuns, que não é por falta de discurso que o ensino no Brasil não vai para a frente.

Tão eloquente quanto a discursaria dos responsáveis pela educação no país é o descalabro, a escandalosa situação de desamparo em que se encontram as escolas.

Segundo denúncia que nos foi trazida por um leitor, e que tivemos oportunidade de constatar a sua procedência, é dramática a situação de milhares de crianças que estudam na Escola Pública 3-24, Presidente Roosevelt, instalada na rua Lamas Valentim, entre Realengo e Padre Miguel.

«Defendam seus filhos»

A Escola Presidente Roosevelt foi construída pelo IAPI em seu conjunto residencial de Realengo e cedida, posteriormente, aos poderes competentes do Estado da Guanabara. Atualmente, estudam ali 2.300 crianças, divididas em 62 turmas.

A precaridade dos meios da escola atingiu tal ponto que a Diretora se viu na obrigação de chamar os pais dos alunos para uma reunião, na qual expôs a calamitosa situação. Os pais ouviram a explanação, entre admirados e reconhecidos pela abnegação das professoras que não queriam abandonar os alunos, e revoltados contra o abandono em que a escola foi deixada por seus responsáveis.

A diretora informou que pediu providências ao diretor do Departamento de Prédios da antiga PDF, ao diretor do Departamento de Inversões do IAPI, ao Delegado Regional do IAPI e a vários vereadores. Ai começou o jogo de empurra. O Instituto responde que cedeu a escola à antiga PDF e que a ela cabia fazer os reparos na escola. Esta afirmava que a escola foi cedida mas que é propriedade do IAPI, a ele cabendo a responsabilidade dos consertos. Enquanto isso, substituída agora a Prefeitura por novos poderes no Estado da Guanabara, corre sérios riscos a saúde e a vida de milhares de alunos e dezenas de professoras.

— Eu e as demais professoras já fizemos tudo que era possível para salvaguardar a vida e a saúde dos filhos dos senhores, mas não tivemos êxito. Agora cumpre aos senhores se dirigirem às autoridades para defender seus filhos — declarou a diretora.

Quem responde por isso?

O pai de dois alunos contou-nos que seus filhos disseram em casa que

a professora tinha chorado na sala de aula, triste diante da iminência do fechamento da escola.

Faltam, no mínimo, 150 carteiras para os alunos e mais de 10 cadeiras para as professoras. Várias salas não têm quadro-negro, e a uma delas falta a parede. Os alunos têm de levar água de casa, pois os bebedouros não funcionam. Quando chove, tantas são as goteiras nas salas que a água da chuva se infiltra pelas paredes, muitas já rachadas e ameaçadas de desabamento. Inúmeras portas estão se desprendendo, a instalação elétrica necessita de completa revisão. Os encanamentos dos banheiros estão há muito entupidos e imprestáveis. Isso, dentro do prédio. Fora, o terreno precisa cuidados im-

ediatos, sendo necessária a extinção de dois enormes formigueiros.

E se a situação não é pior, é porque os pais dos alunos muitas vezes se oferecem para fazer consertos e reparos.

Quando se trata de inaugurar escolas, os figurões lutam entre si para aparecer como o «pai da obra», todos querem discursar. E agora? Quem é o responsável por esse descalabro?

Os pais dos alunos, organizados num Comitê em defesa da escola que ameaça ruir, estão em luta, dirigindo-se ao IAPI e aos poderes competentes exigindo os reparos necessários, e os sindicalizados têm procurado obter de suas organizações de classe o apoio a sua reivindicação.



Crianças ameaçadas

Sorridentes, alegres, 2.300 crianças da escola Presidente Roosevelt não vivem em toda a extensão do período que cerram: ficar sem escola e, talvez, sem vida.

Cinema

Gennysson AZEVEDO

Contos de Verão

CONTOS DE VERAO (Raconti mes-tate) faz parte da linha «bossa nova» do cinema italiano, isto é, daqueles filmes destinados apenas a divertir, aproveitando as belezas naturais da península fotografadas em cores e em tela larga. Depois do êxito comercial de algumas fitas norte-americanas com exteriores feitos na Itália (A Fonte dos Desejos, As Sete Colinas de Roma, etc) os homens de cinema da península resolveram aproveitar o excelente material plástico existente, associando-o a histórias divertidas e românticas. O resultado se não produziu obras-primas tem, pelo menos, proporcionado películas alegres e agradáveis, muito mais saborosas que certas coisas fabricadas na Califórnia e exportadas para todos os cantos do mundo.

Gianni Franciolini, aliás, figura entre os que lançaram esta «bossa nova» com o divertido «Raconti Romanis», explorando aspectos característicos de Roma. Utilizando diversas histórias sem ligação entre si, tendo como elemento comum apenas o local, Franciolini já fizera «Villa Borghese» (O Parque dos Amores). Combinando estes dois elementos em Contos de Verão conseguiu realizar uma comédia inteligente, onde o bom-gosto está sempre presente.

As histórias e o roteiro escritas por alguns nomes conhecidos (Sergio Amidei, Ennio Flaiano, Alberto Moravia, René Barjavel, Alberto Sordi, Edoardo Geronzi, Rodolfo Sonego e Franciolini) são muito bem defendidas por um grupo de comediantes de primeira linha — Marcello Mastroianni, Michèle Morgan, Alberto Sordi, Sylva Koscina, Franco Fabrizi, Gabriele Ferzetti, Franca Marzi, Dorian Gray, Jorge Mistral, Lorela de Luca, Gian Carrel e Enio Girolami. Fotografia de Enzo Serafin, em cores e cinematóscopo, de grande eficiência. Enfim, Contos de Verão é um bom divertimento.

Teatro

Beatriz BANDEIRA

«Sangue no Domingo»

O TEMA é uma transposição de Romeo e Julieta. O local da ação é o Braz, bairro proletário paulista. Os personagens são gente simples, de vidas e hábitos simples. O conflito que separa as duas famílias, culminando na tragédia — ou em algo que pretende ser tragédia — tem suas raízes no antagonismo de preferências em futebol. Conflito à moda da casa, portanto. Para os leitores que desconhecem a obra Shakespeareana detalharemos o texto: duas famílias modestas, morando no mesmo bairro, torcem por clubes diferentes. Em uma delas há um jovem, na outra uma adolescente. Na casa do velho Castanheira, dono de um boteco, pai da jovem e de um rapazola, há uma festa. O jovem, sobrinho do «seu» Gervásio, dono de um oficina mecânica, consegue penetrar com amigos no baile. Conhece a jovem. Enamora-se. Em torno deles forma-se um ambiente de hostilidade, criado principalmente pelo jovem Paulo, pretendente à mão da menina, cujo irmão instiga contra os jovens. Depois de encontros e desencontros favorecidos por uma pequena alcooliteira, o jovem Joca toma uma resolução heróica: enfrenta o velho Castanheira a quem pede a menina em casamento. A conversa vai indo mais ou menos, mas desgrazadamente o rádio transmite uma partida entre os clubes rivais. O velho não resiste. Prova o moço, discutem. E acaba expulsando-o de casa com proibição terminante de tornar a ver a moça. Lágrimas, encontros furtivos, plano de fuga. Acabam com uma resolução heróica: enfrenta o velho Castanheira a quem pede a menina em casamento. A conversa vai indo mais ou menos, mas desgrazadamente o rádio transmite uma partida entre os clubes rivais. O velho não resiste. Prova o moço, discutem. E acaba expulsando-o de casa com proibição terminante de tornar a ver a moça. Lágrimas, encontros furtivos, plano de fuga. Acabam com uma resolução heróica: enfrenta o velho Castanheira a quem pede a menina em casamento. A conversa vai indo mais ou menos, mas desgrazadamente o rádio transmite uma partida entre os clubes rivais. O velho não resiste. Prova o moço, discutem. E acaba expulsando-o de casa com proibição terminante de tornar a ver a moça. Lágrimas, encontros furtivos, plano de fuga. Acabam com uma resolução heróica: enfrenta o velho Castanheira a quem pede a menina em casamento.

Quando se trata de inaugurar escolas, os figurões lutam entre si para aparecer como o «pai da obra», todos querem discursar. E agora? Quem é o responsável por esse descalabro?

Os pais dos alunos, organizados num Comitê em defesa da escola que ameaça ruir, estão em luta, dirigindo-se ao IAPI e aos poderes competentes exigindo os reparos necessários, e os sindicalizados têm procurado obter de suas organizações de classe o apoio a sua reivindicação.

Gina venceu festa da beleza

Com a participação de lindas jovens representantes de várias associações, realizou-se sábado, dia 4, o concurso para a escolha da primeira «Miss» Guanabara.

Milhares de pessoas presentes ao Maracanãzinho aplaudiram a vitoriosa também, como se a beleza merecesse vaias as candidatas que desfilaram pela passarela, buscando, como sempre, impressionar o júri em favor de suas preferidas.

Foi coroada a sra. Gina MacPherson — encantadora, com seus cabelos negros e olhos verdes — representante do Botafogo, que recebeu a faixa das mãos do governador Sette Câmara.

A próxima etapa das candidatas brasileiras ao desfile de Long Beach será cumprida sábado, dia 11, também, no Maracanãzinho, onde teremos mais uma vez a oportunidade de apreciar as belas moças de todos os Estados. NOVOS RUMOS estará presente e fará ampla reportagem fotográfica na última página de seu próximo número.

Palavras Cruzadas

F. Lemos

PROBLEMA Nº 14

HORIZONTAIS: 1 — Uma das cinco partes do mundo, 7 — Entre nós, 8 — Cheiro; aroma, 9 — Afie no rebóli, 11 — Oceano, 12 — Argela, 14 — Qualidade daquilo que está quente, 16 — De cada dia; diário, 18 — Flexão feminina de mau, 19 — Amarrar uma embarcação à terra.

VERTICAIS: 1 — Deitada na cama, 2 — Órgão glandular em número de dois ou mais, característico dos mamíferos, 3 — Relação; lista, 4 — Aquilo que é objeto de nossa mais alta aspiração, 5 — Carlos Oliveira, 6 — Erge-se; desfraldar, 10 — Calcular; computar, 13 — Capital da Itália, 15 — Fieira, 17 — Magnetismo pessoal.

1	2	3	4	5	6	7
8						
9		10				
11				12	13	
		14	15			
16	17				18	
19						

RESPOSTA DO PROBLEMA Nº 13

HORIZONTAIS: 1 — Oval; 5 — Sala; 9 — Caravelas; 10 — Ai; 11 — It; 12 — Oria; 14 — Sara; 16 — Arde; 19 — Roma; 22 — A.M.; 23 — Ur; 24 — Armadilha; 27 — Loas; 28 — Raio. VERTICAIS: 1 — Ócio; 2 — Vá; 3 — Aral; 4 — Lata; 5 — Seis; 6 — Alta; 7 — Lá; 8 — Asia; 13 — Rir; 15 — Rim; 16 — Aval; 17 — Dama; 18 — Emas; 19 — Ruir; 20 — Oria; 21 — Anão; 25 — Re; 26 — Hi.

Basta de Terror e de Perseguições!

DOLORES IBARRURI

Com o sentimento de profunda indignação ante as violências que a polícia franquista pratica contra os jovens repatriados da União Soviética e ante detenção de intelectuais em diferentes regiões de nosso país, elevo minha voz de protesto e conclamo todos os espanhóis não comprometidos com a política repressiva de Franco a solicitarem do governo a cessação do terror e das perseguições por motivos políticos.

Não há muito, quando ainda não haviam regressado à Espanha nenhum dos moços que chegaram crianças ao país soviético, afastando-se da Pátria durante a guerra, tódá a imprensa oficial manteve, durante muito tempo, uma ignóbil campanha de mentiras e calúnias sobre a situação dos emigrados na União Soviética, exigindo a volta à Espanha dos que dela saíram na infância para salvar-se dos terríveis bombardeios que destruíram Guernica e Nules, que transformaram em montões de escombros nossas cidades e que levaram o luto e a dor a milhares de lares espanhóis.

Expulsas da Espanha pela guerra, aquelas crianças encontraram na União Soviética o que a criminosa sublevação de Franco lhes arrebatava: paz, Pátria e família. Ali tiveram, além disso, um preparo técnico e científico, e uma maneira de viver digna e honesta.

Um dia esses meninos, já homens, sentiram a nostalgia da terra natal e voltaram à Espanha, onde estavam seu berço, a família, e as raízes da própria existência.

No entanto, se o povo os recebeu com carinho fraternal, as autoridades o fizeram com pérfida intenção. Tinham em suas garras cerca de dois mil jovens que haviam vivido no país do socialismo, e que para eles não tinha segredos. Conheci suas cidades, campos, rios e lugares de descanso; haviam participado das grandes obras do socialismo.

As forças da reação pensaram tornar inimigos do país soviético esses jovens trabalhadores; pensaram em transformá-los em policiais, espíões e provocadores, errando-lhes a bôca com uma mordada infamante, para que não falassem da União Soviética, para que não dissessem como haviam sido tratados e como ali viveram.

As autoridades franquistas afirmam, com hipocrisia maquiavélica, haver gasto vários milhões de pesetas para instalar os repatriados da União Soviética. Milhões de pesetas? É possível que sim. No entanto, quem quer saber nossos compatriotas de que maneira o governo franquista gastou esse dinheiro com os jovens repatriados da União Soviética? Fê-lo com o propósito vil de convertê-los em espíões. Dispendeu-o em transferi-los de todos os pontos da Espanha, onde se haviam instalado, para a central de polícia anteriormente na rua Goya e agora na rua de Orense, onde durante dias e dias, e às vezes por longas semanas, foram interrogados em

russo e espanhol por policiais espanhóis e estrangeiros sobre as fábricas soviéticas e a produção destas, os nomes de seus diretores, a vida e feitos dos comunistas espanhóis na União Soviética.

Esses jovens tiveram suas viagens pagas, foram mais de uma vez intimados a comparecer à polícia, alojados em pensões com tódá estadia, salários e despesas pagas.

É nesses gastos que o governo franquista empregou os milhões do fundo de réptels, de que se gabam certos senhores respeitáveis e sisudos, sem o temor de condenarem a própria alma.

Ante a impressão causada na Espanha e no estrangeiro pelo documento onde se denuncia a violência que a polícia franquista tem cometido contra os repatriados da União Soviética, publicado e firmado, sem temor a represálias pelos amigos e companheiros dos detidos, a polícia preparou outro, infame, e procura obrigar todos os repatriados a firmá-lo sob a ameaça de expulsão do trabalho, detenção e processos militares.

Não se trata de palavras, e sim da realidade. Vários moços e moças que, por seu preparo científico, haviam conseguido colocar-se em várias instituições, foram expulsos do trabalho por se negarem a firmar a carta policial, e outros, presos.

Nas Astúrias e Madrid estão encarcerados dezenas de jovens chegados da União Soviética e vários intelectuais não comunistas, que nunca estiveram no país soviético, mas já ameaçados de julgamentos bastante sumários.

Cada povo tem suas virtudes: o nosso sempre se distinguiu por sua rebeldia contra a injustiça e o arbitrio, rebeldia que assinala as principais páginas de sua história.

Ante a injusta violência e, mais que violência, crime que se comete contra os repatriados da União Soviética, perseguindo-os, encarcerando-os e procurando transformá-los em provocadores, em rebotalhos políticos a serviço da polícia, o que é pior que a morte, o povo espanhol, e os homens honestos, qualquer que seja sua condição social, não podem calar-se; não podem deixar de protestar contra as perseguições, infâmias e torturas de que são vítimas jovens que vieram trabalhar, e dedicar suas energias, inteligência e conhecimentos ao povo e à Pátria.

Calar perante o crime é tornar-se cúmplice dos criminosos. O povo espanhol não aceita, não pode aceitar e nem tolerar, sem protestos, que continue a ação infame da polícia franquista contra os repatriados espanhóis da União Soviética e contra os intelectuais progressistas. Camaradas e amigos; trabalhadores, intelectuais de consciência limpa e estudantes, — ajudad os detidos! Solidariedade às vítimas do terror franquista! Defende com vossos protestos a máquina policial da ditadura franquista!



Adenauer quer mudar as fronteiras

Mapa Prova: Adenauer Quer Invadir a Polônia

Várias vezes Adenauer e seus ministros já declararam sua disposição de rever as fronteiras atuais da Alemanha Ocidental, fixadas pelas conferências de Ialta e Potsdam entre os aliados da segunda guerra mundial e consagrada pelo período de pós-guerra. Agora é a própria embaixada da RFA no Brasil, a exemplo do que aconteceu com tódas as representações do regime de Adenauer no exterior, que distribui publicações mostrando mapas da Alemanha hitlerista, abrangendo vastas zonas que pertencem de direito à Polónia e à União Soviética. Estes mapas são encontrados nos trens, estações rodoviárias e ferroviárias, e em livros didáticos na Alemanha Ocidental.

O ministro da defesa da Alemanha Ocidental, Franz Josef Strauss, falando para 4 mil nazistas e re-vanchistas, declarou que o governo de Adenauer está pronto a defender os «direitos» dos alemães que foram expulsos do território

dos Sudetos na Tchecoslováquia, entregues a Hitler pelos imperialistas em Munich. Indo mais longe, o sr. Strauss afirmou que «o direito de autodeterminação não basta para resolver os problemas da Europa Central, isto é, em outras pala-

bras, como nos bons tempos de Hitler, voltou à cena agora a agitação em torno do «espaço vital». O ministro da defesa de Adenauer participava, na própria cidade de Munich, de um congresso sobre «A fidelidade ao direito», que terminou reclamando a revisão das fronteiras com a Tchecoslováquia para devolver os sudetos aos alemães.

No mesmo dia, outro membro do governo de Adenauer, o ministro para os negócios da Federação, presidia um congresso em Bochum sob o sugestivo título de «A Pomerânia nos pertence». A Pomerânia fica além da linha Oder-Neisse e foi entregue à Polónia depois da segunda guerra mundial. De conformidade com os acordos de Ialta e Potsdam, que foram consagrados na prática depois da capitulação incondicional da Alemanha nazista, a Pomerânia, a Silésia e a Prússia Oriental passaram a fazer parte da Polónia, à qual pertenciam desde tempos imemoriais. O governo re-vanchista de Adenauer, entretanto, nunca reconheceu essas fronteiras e faz todo o possível para incentivar os movimentos nazistas com o objetivo de modificar aquilo que a guerra e a derrota dos nazistas estabeleceram.

Os próprios crimes cometidos pelo nazismo são retirados dos livros escolares. Tanto dentro como fora da Alemanha Ocidental o governo de Adenauer distribui mapas mostrando a Silésia, a Pomerânia e a Prússia Oriental como território alemães sob administração polonesa. Como se vê, o governo de Adenauer está realmente disposto a reeditar as façanhas de Hitler, mesmo sabendo que da próxima vez eles não chegarão a Paris e a Stalingrado. Como disse Nikita Krushchov, se o dissele nazista alemão resolver levantar de novo a cabeça ele será esmagado em seu próprio território.

Adenauer contra desnazificação

Recentemente o partido de Adenauer, reunido em congresso, aprovou uma resolução condenando qualquer desnazificação do país. Coerente com esta posição, os partidários de Adenauer no Bundestag, parlamento da Alemanha Ocidental, rejeitaram uma proposta socialista para prorrogar o prazo de quinze anos para processar criminosos nazistas, que termina em 1960. Mas o governo de Adenauer não se contenta com apenas proteger os criminosos nazistas da justa condenação. No ministério da RFA figura notórios nazistas como Oberlander, atualmente «em licença», Schroeder, Globke e outros. Mais de mil juizes comprometidos com os crimes de Hitler continuam presidindo tribunais e cortes na Alemanha Ocidental. O novo exército alemão é dirigido pelos mesmos oficiais de Hitler.

Os acordos de Potsdam tinham previsto que o nazismo e o imperialismo seriam banidos da Alemanha. Na Alemanha Ocidental, en-



A volta ao nazismo

Protegem os nazistas de dentro e de fora de seu país, incentivando e defendendo o militarismo e o imperialismo. Adenauer quer que essas coisas continuem a ocorrer, para que os soldados nazistas, voltem a ocorrer.

Não é Preciso Saber Russo Para Estudar em Moscou

Atendendo a pedidos que continuam a chegar à nossa redação e sendo impossível responder diretamente ao elevado número de cartas recebidas, vamos reproduzir hoje as informações sobre a Universidade da Amizade dos Povos.

São admitidos alunos para as seguintes Faculdades: de engenharia (construção e utilização de máquinas e mecanismos; prospecções geológicas; extração e utilização dos minerais); agricultura (agronomia e zootécnica); medicina (terapia e farmácia); física, matemática e ciências (matemáticas, física, química, biologia); história e letras (história, literatura, língua russa); economia e direito (economia e planificação econômica; direito internacional).

São admitidas pessoas de ambos os sexos, até a idade de 35 anos, independentemente de raça, nacionalidade e religião.

A duração dos estudos é de 5 anos na Faculdade de Medicina e de 4 anos nas demais.

Os pedidos de inscrição devem ser enviados diretamente à Universidade. Endereço: Universidade da Amizade dos Povos — Rua Kalinini, 16 — Casa da Amizade — Moscou — URSS.

Os pedidos de inscrição também podem ser enviados à Legação da União Soviética em Montevideo. Endereço: Legação da União Soviética — Rua Juan Paullier 1218 — Montevideo — Uruguai.

A Universidade comunicará aos interessados se foram ou não admitidos.

A matrícula no primeiro ano é determinada pelo Conselho da Universidade depois de comprovar os conhecimentos dos que foram admitidos e possuam a instrução média geral do país de procedência.

Aquêles que não tenham a necessária preparação podem ser admitidos na faculdade preparatória da Universidade para terminar o ensino médio geral no prazo de 1 a 3 anos.

Na faculdade preparatória também serão admitidos aqueles que, possuindo a instrução média geral, não falem russo.

Os pedidos de inscrição são admitidos até o dia 31 de julho. E os estudos começarão a 1 de outubro.

O ensino é gratuito. Os estudantes receberão bolsas, terão assistência médica de graça e serão alojados em internatos universitários (sem família). A Universidade também pagará as despesas de viagem: ida e volta.

Em resposta a algumas perguntas de leitores, podemos informar ainda o seguinte: não recebemos inscrições no jornal; não sabemos de nenhuma pessoa ou entidade, no Brasil, autorizada a receber inscrições; a certidão de idade não substitui a autobiografia; todos os anos são distribuídas bolsas; não sabemos qual o montante da bolsa em rublos; não sabemos quais as matérias exigidas para os exames de admissão; para inscrever-se, não é necessário saber russo.

NOVOS RUMOS

Diretor — Mário Alves
Gerente — Guttemberg Cavalcanti
Redator-chefe — Orlando Benfim Jr.
Secretário — Fraguon Borges

REDATORES
Almir Matos, Rui Facó, Paulo Mota Lima, Maria da Graça, Luis Ghilardini.

MATRIZ
Redação: Av. Rio Branco 257, 17º andar, S/1712 — Tel: 42.7414
Gerência: Av. Rio Branco, 257, 9º andar S/2905

SUCURSAL DE S. PAULO
Rua José Bonifácio, 29 — 10º andar — S. 103
Tel: 37.52 64
Endereço telegráfico — «NOVOSRUMOS»

ASSINATURAS
Anual Cr\$ 250,00
Semi-anual » 130,00
Trimestral » 70,00

Arrec. anual, mais Cr\$ 100,00; trimestral, Cr\$ 50,00; mensal, Cr\$ 30,00.
Número avulso Cr\$ 5,00
Número atrasado » 8,00

EISENHOWER E O PENTAGONO RENOVAM AMEAÇAS

EUA Preparam "Guerra do Açúcar" Contra Cuba

Ao mesmo tempo que se realiza a visita do presidente de Cuba a alguns países da América Latina, os círculos políticos e militares dos Estados Unidos desencadearam uma nova onda de ameaças e pressões contra o governo revolucionário cubano. Com o objetivo de isolar política e economicamente o governo de Fidel Castro, os imperialistas jogam, uma a uma suas cartas. Puxando a fila, o chefe do Estado Maior Conjunto dos EUA, almirante Burke, ameaça empregar as forças concentradas na base militar de Guantánamo contra Cuba; o embaixador Philip Bonsal manda fazer cartazes para serem usados «na eventualidade de uma crise interna»; o presidente Eisenhower pressiona o Congresso para que não seja aceita a proposta da Comissão de Agricultura que manda renovar por mais quatro anos a lei do açúcar, e para que o Congresso dê ao presidente o poder de modificar a seu bel-prazer as cotas de importação; o Departamento de Estado publica uma nota de protesto ao governo cubano, antes mesmo de entregá-la, acusando o presidente Dorticos de «relinquiara» os Estados Unidos durante sua viagem à Argentina, Uruguai, Brasil, e outros países latino-americanos; finalmente, quando é anunciado o convite do governo cubano a Kruschiov para que visite aquele país, a imprensa e os círculos políticos imperialistas procuram apontar este ato de simples soberania como uma «provocação» contra os Estados Unidos, como uma «ameaça à segurança ocidental» como «penetração soviética na América Latina», etc.

Enquanto isto, os Estados Unidos procuravam, diretamente e por meio de seus «amigos» latino-americanos, criar um clima hostil nos países por onde passava a delegação governamental cubana. Na Venezuela, por exemplo, o próprio partido do presidente Rómulo Betancourt se encarregou de liderar uma vasta campanha contra a visita de Dorticos, procurando evitar que o povo venezuelano demonstrasse mais uma vez de forma evidente sua solidariedade à revolução cubana.

Láfer sabota

No Brasil, os planos do Departamento de Estado não deram o resultado que os ianques esperavam, apesar de todo o empenho do ministro Horácio Láfer. O sr. Láfer chegou ao ponto de censurar um discurso de saudação do presidente Kubitschek porque este defendia o princípio de autodeterminação, a resolução pacífica dos problemas existentes entre Cuba e os Estados Unidos e manifestava a esperança de que fossem cumpridas as ideais da revolução cubana. O trabalho de censura do sr. Láfer, entretanto, chegou um pouco tarde e só atingiu o texto oficial do discurso distribuído pela Agência Nacional. Mas quem teve ouvidos para ouvir, ouviu.

Pior derrota ainda para o imperialismo foi a recepção do Congresso à delegação governamental cubana. Falando em nome do Congresso brasileiro, o deputado Gabriel Passos pôs de lado as formalidades e defendeu vigorosamente a luta do povo cubano contra o imperialismo norte-americano, com a aprovação dos congressistas presentes. E aqui o sr. Láfer não pôde censurar nada. Os círculos entreguistas do governo não conseguiram evitar também que milhares de estudantes, operários, intelectuais e populares cariocas saudassem o presidente Dorticos na União Nacional dos Estudantes, na Faculdade Nacional de Direito e em outros lugares.

Entre os «amigos» do imperialismo que colaboraram para sabotar as manifestações de solidariedade dos brasileiros aos governantes cubanos, é preciso não esquecer o grande papel que coube à «sadia». Cumprindo religiosamente sua função de «informar» os jornais brasileiros, que fizeram verdadeiro carnaval sobre a visita de Lopez Mateos, presidente do México, fizeram o possível para que ninguém soubesse da existência entre nós dos estadistas cubanos. É verdade que Lopez Mateos é amigo dos Estados Unidos e o governo brasileiro se encarregou de «promover» a publicidade feita pelos jornais. Em relação a Cuba, a música foi bem diferente.

EUA não querem independência

Numa nota apresentada ao governo cubano, e que foi imediatamente recusada, o Departamento de Estado protestou contra a política independente realizada por Cuba, principalmente quando entram em jogo os interesses dos monopólios norte-americanos. O presidente Dorticos afirmou, no Uruguai, como já o fizeram várias vezes os governantes cubanos, que não houve qualquer atentado contra em-

presas imperialistas norteamericanas em Cuba, mas simplesmente o governo usou de sua soberania interna para desapropriar, mediante resgate, empréstimo que vêm causando prejuízo à economia do país, como a United Fruit, a Cuban Development, a Moa Bay Mining, etc. Mas isso para o Departamento de Estado é um crime inominável.

O governo norte-americano não gosta também do fato de que o governo de Cuba não tenha medo de criticar abertamente a política bandi-desca de pressão dos povos dependentes em benefício de uma dúzia de trustes, política que não hesita diante do bombardeio de cidades e plantações por mercenários. O governo dos EUA não tomou qualquer medida para evitar que continuassem os bombardeios contra Cuba, ou que seu território continuasse sendo utilizado por contra-revolucionários como base de tentativas para derrubar o governo democrático de Fidel Castro. O governo dos Estados Unidos achou que isto estava muito bem e devia até ser incentivado. Quando o governo cubano desmascara estes atos de agressão, então o governo dos EUA acha injusto e condenável. Mais ainda, o governo dos EUA afirma que Cuba começa a se constituir numa ameaça à sua segurança.

Bases e bases

O senador Smathers, por exemplo, afirma que a URSS instalará dentro de um ou dois anos bases militares, provavelmente de foguetes em território cubano para atingir os Estados Unidos. O senador Smathers, que é o pai torto, porém verdadeiro, do chamado plano de desarmamento da América Latina apresentado pelo presidente Alessandri do Chile, pretende ignorar que a URSS não precisa de instalar bases em território estrangeiro, que mesmo do ponto de vista militar estas bases não interessam a ela porque seus foguetes podem ser disparados do próprio território da União Soviética para atingir qualquer ponto do globo, sem ter que defender uma base situada a dezenas de milhares de distância e, ainda por cima, separada da União Soviética por dois oceanos. Estas e outras considerações não interessam aos políticos e militares norte-americanos porque eles estão apenas se servindo de um pretexto para defender os lucros que os monopólios tiram da indústria de guerra e da exploração dos povos dependentes e semidependentes.

«Os Estados Unidos acusam Cuba de colocar seu território à disposição da URSS para a instalação de rampas

para lançamento de foguetes dirigidos contra os EUA. Os norte-americanos acreditam que se eles rodeiam a URSS de bases militares, este país deve procurar fazer o mesmo. Mas as únicas bases possíveis em Cuba são as bases de amizade e gratidão para com a URSS na coração dos cubanos». Estas palavras foram ditas pelo dr. Antônio Nuñez Jimenez, presidente do Instituto Nacional de Reforma Agrária, atualmente em visita à URSS, e são a melhor resposta possível às provocações ianques. De fato, o que os Estados Unidos temem é o fortalecimento da amizade e das boas relações entre os países oprimidos e os países socialistas, pois isto virá a ajudar a acabar com a opressão e o atraso em todo o mundo. Nem Cuba nem a União Soviética estão interessadas em instalar bases militares dirigidas contra qualquer país, este sendo apenas um pretexto de que se servem os trustes norte-americanos e o governo de Eisenhower para manter sua dominação na América Latina.



AVISO

EMBAJADA DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMERICA

SE NOTIFICA QUE ESTE EDIFICIO O TORRE ES PROPIEDAD DE LA NACIÓN Y QUE ESTE ESPACIO ES PARA USO EXCLUSIVO DE LA EMBAJADA DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMERICA.

NOMBRE: _____
DIRECCION: _____

ASISTIDO DE SERVE DNEER QUE DIBO EDIFICIO O LOCAL SE ENCUENTRA BAJO LA PROTECCION DE LA EMBAJADA DE LOS ESTADOS UNIDOS DE AMERICA.

SE SOLICITA QUE TODOS LOS CONDOMINIOS DEL ORDEN, ASI COMO LAS RESERVAS QUE ESTEN EN CONDICIONES DE AYUDAR, COOPEREN A LA PROTECCION DE ESTA FACILIDAD.

Embassy of the United States in Havana

A prova

O embaixador norte-americano em Havana mandou fazer cartazes como o que reproduzimos, para serem afixados em edifícios e residências de norte-americanos quando eclodir uma confusão civil em Cuba. Quem compra farinha quer fazer biscoito...

NOVOS RUMOS

Escolas Nas Favelas

No regime em que vivemos, a solução de um dos grandes problemas do povo, como o da instalação de escolas, pode depender de um desentendimento entre um vereador e um alto funcionário da Prefeitura. Se não se tratasse de escolas para as crianças das favelas, não necessitaria de letras e de tantas outras coisas, seria até ridícula essa briga do sr. Geraldo Moreira com o ex-diretor da SERPIHA (Serviço de Recuperação das Favelas, etc., etc.), tão comentada nos jornais desta semana. Mas houve a briga, contudo, e, por isso, não foram instaladas as escolas nas favelas. Esta é o pretexto.

Conheço toda essa história de caridade, de proteção, de recuperação, de vereadores donos de morros, de fundações, de D. Helder, de cruzadas, etc., etc. São histórias nas quais ninguém tem mais o direito de acreditar, porque em que pesem as campanhas, a propaganda, as promessas, as verbas, continuam as crianças das favelas, já não digo sem conforto, mas sem escolas. As vezes fico pensando se esses administradores, essas pessoas, essas organizações desejam, real e honestamente, resolver problemas como esse de alfabetizar as crianças, já não falo dos que moram distantes, mas dos que estão, aqui, nas grandes cidades, ao alcance dos olhos de quem, na verdade, quer vê-los.

No morro do Borel, por exemplo, cujos moradores estão, mais uma vez, ameaçados de despejo, foi aberta uma escola, faz alguns anos. A mãe subia, pacientemente, o morro, todos os dias. Tudo era difícil. Não tinha material. Não tinha instalações sanitárias. Só existia honra vontade e o inenunciável desejo daquelas dezenas de crianças de descobrirem as letras, as sílabas, as sentenças. E a mãe procurou auxílio, mas ninguém atendia aos apelos. Por que, então, se há essa intenção de ajudar, por parte de toda aquela gente citada, não são aproveitadas tais iniciativas?

O pequeno terreno, no lado da salinha de aula, no Borel, era um convite aos sonhos das crianças: queriam um balanço. Muito pouco, realmente, mas nem isso conseguiram. E as crianças dos morros do novo Estado da Guanabara continuam sem estudar e sem brincar. De lá, do alto do morro, dezenas de crianças do Borel olham a fábrica de cigarros, de onde sobe um cheiro enjoativo, para onde descerão, um dia, sem ter aprendido a ler e sem ter tido um balanço para o vai-e-vem de suas pequenas e inocentes alegrias.

E tão ridículo atribuir a uma desventura pessoal a falta de escolas nas favelas, que, melhor e mais difícil, seria dizer a verdade, essa verdade cruel do capitalismo. A verdade do desinteresse pela educação do povo, para explorá-lo mais e mais facilmente. Todos eles sabem, os caridosos os professores, os recuperadores (entre aspas), os vereadores donos dos morros, as fundações, D. Helder, as cruzadas, que a criança analfabeta de hoje é homem a quem amanhã podem pagar um pequeno salário. E o homem a quem pretendem enganar politicamente.

Tudo isso é a verdade cruel do capitalismo, que ignora os desejos e as necessidades de crianças que vão vivendo sem letras e sem um balanço para o vai-e-vem de suas pequenas e inocentes alegrias.

Ana Montenegro



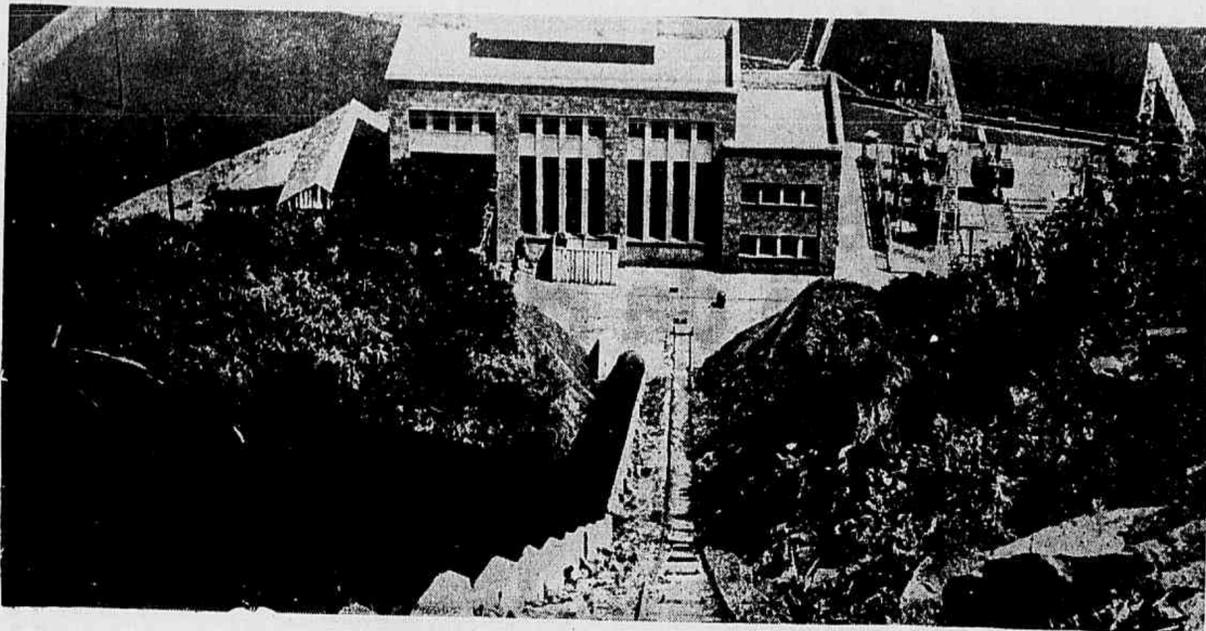
Presidente revolucionário

O dr. Osvaldo Dorticos Torrado, presidente da República de Cuba, tem uma antiga história de luta contra a ditadura a serviço dos trustes. Como diretor do colégio de advogados cubanos, Dorticos combateu Batista até o momento em que teve que se exilar no México. Depois da vitória da revolução foi Ministro das Leis Revolucionárias e, depois do afastamento de Urrutia, Presidente da República.



De carpinteiro a comandante

Filho de família numerosa e pobre, Juan Almeida trabalhou como marceneiro até os 25 anos quando, em 1952, participou do ataque ao quartel de Moncada, sob a direção de Fidel Castro. Daí para cá foram oito anos de lutas até o dia em que entrou em Santiago de Cuba dirigindo uma divisão de tanques tomados ao exército de Batista. Hoje Almeida é o chefe das forças armadas revolucionárias de Cuba.



Um bom exemplo

FOI mais uma vez, um lamento, do que uma conferência a que o bravo engenheiro John Reginald Cothrin pronunciou recentemente no Conselho Nacional de Economia sobre o problema da eletricidade. Não que Mr. Cothrin não seja autoridade no assunto; mas, sobretudo, porque suas palavras não passaram, essencialmente, de um eco dos últimos relatórios apresentados pelos dois trustes estrangeiros de eletricidade que operam no Brasil: a Light e a Bond & Share.

QUAL foi, com efeito, a idéia central da exposição do engenheiro Cothrin, que acumula o cargo de presidente da Central Elétrica de Furnas com o de advogado da Bond & Share e da Light? A de que o Brasil está na iminência de sofrer um colapso — ou algo parecido — no fornecimento da energia elétrica devido às dificuldades para a obtenção de recursos financeiros. Disse: «não há outro problema mais grave para a construção de usinas no Brasil do que a falta de recursos financeiros».

O que dizem os trustes

COTEJEMOS, agora, as palavras de Mr. Cothrin com o que dizem os relatórios da Rio-Light (uma das pernas do monstro imperialista) e da Cia. Paulista de Força e Luz, principal empresa do truste norte-americano Bond & Share, no Brasil.

DEPOIS de tecer considerações sobre a inflação, a elevação dos custos, alegadas dificuldades financeiras da empresa, etc., o relatório da Rio-Light afirma que o truste teve de

Ao par da ação do truste americano de energia elétrica no Brasil, registram-se iniciativas de caráter nacional, pioneiras para romper definitivamente o monopólio até agora sob o controle da Light e Bond and Share. No Rio Grande do Sul processou-se a manifestação mais radical na luta contra o grupo americano canadense. O governo do Estado, prestigiado pela maioria imensa da população gaúcha, encampou os serviços de eletricidade de Porto Alegre e cidades vizinhas, apesar da oposição da Light e da própria intervenção da embaixada americana. Foi o primeiro grande exemplo

LIGHT E BOND & SHARE:

Fregueses Assíduos Dos Cofres Públicos

Reportagem de JOSUÉ ALMEIDA
(1ª de duas)

interromper a construção da usina de Ponte Coberta, com capacidade para 100 mil kw, programada para entrar em serviço em dezembro de 1960. Mais adiante o relatório explica como a companhia pretende superar a dificuldade. Não se trata, é claro, de uma nova inversão de capital próprio da concessionária: o dinheiro para sua obra também deve sair do nosso bolso. «A necessidade de levar a termo o empreendimento de Ponte Coberta — essencial à regularidade do suprimento de energia à região — e de atender ao sistema de distribuição justificaram as gestões da companhia no sentido de obter um financiamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. Espera a companhia poder contar, em breve prazo, com esses recursos, em benefício da importante região do país a que presta serviços» —

diz o relatório da Light, que Mr. Cothrin repetiria depois.

PARA não ser exclusivista, Mr. Cothrin também se associou aos reclamos da Bond & Share, de cujos quadros, aliás, nunca se desligou, na realidade. O relatório da Cia. Paulista de Força e Luz, embora em tom menos lamuntante que o da Rio-Light, aborda, a certa altura, o problema da inflação, da elevação dos custos e confessa que a primeira etapa da Usina de Peixotos foi construída com recursos fornecidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (a segunda etapa será também construída com recursos do governo, seja através das obras de regularização da barragem de Furnas, seja mediante o novo empréstimo pleiteado...). A ameaça, verdadeira chantagem, não está ausente também

neste relatório: «Dia a dia, com a demora da solução do nosso pedido (isto é, do novo pedido de empréstimo ao BNDE), crescem as nossas dificuldades para manter o ritmo das obras de Peixoto, cuja paralisação seria um acontecimento lamentável. «E mais especificamente, sobre a «crise» anunciada por Mr. Cothrin: «Nesse sentido, assim como no do tratamento adequado ao problema da defesa do investimento quanto aos efeitos da inflação, temos o dever de alertar as autoridades do Governo Federal para que atentem, como sem dúvida o farão, para a gravidade da situação que se vai criando».

Gudin versus Gudin

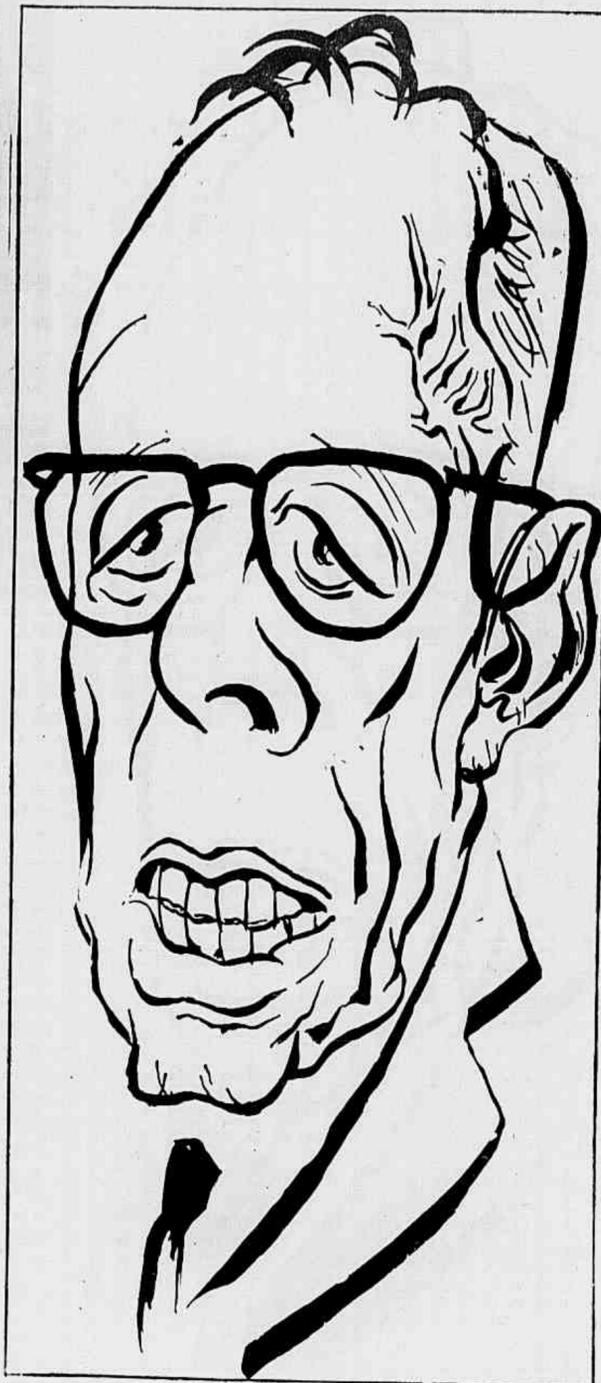
NÃO queremos deixar passar a oportunidade de assinalar um fato bastante curioso: quem assina o relatório da Cia. Paulista de Força e Luz, como seu presidente, outro não é senão o ilustre professor Eugênio Gudin, o mesmo que dá aulas de economia pelas colunas de «O Globo»; o mesmo professor que salta como um quixote contra o desenvolvimento econômico do país (geralmente no que ele apresenta de positivo), mas que no relatório da sua empresa fala de Furnas como «esse grande empreendimento do Governo Federal, destinado a constituir a maior obra hidrelétrica realizada no país». Tal confissão, ao mesmo tempo que exhibe Gudin como um homem que sabe ir buscar o dinheiro para o seu bolso onde quer que ele esteja, descobre também o outro lado de Furnas: uma obra para benefício imediato dos trustes.

Mr. Cothrin contra os números

ENTRETANTO, um exame dos financiamentos — ainda que apenas os oficiais — para projetos da energia elétrica, mostra que a queixa do engenheiro John Cothrin é descabida.

TOMEMOS, em primeiro lugar, os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, principal instituição financiadora de projetos básicos, no país. De acordo com o último relatório do BNDE, foram os projetos relacionados com a energia elétrica os que absorveram maiores recursos. Precisamente, elevaram a 15 bilhões e 323 milhões de cruzeiros (só os financiamentos contratados entre 1952 e 31 de dezembro último). Os demais setores da economia financiados — ferrovias, indústrias, etc. — vêm abaixo do setor energia elétrica. Pois bom. Daquele total, foram encaminhados diretamente aos grupos Light e Bond & Share mais de 10 por cento do total, ou, precisamente, 1 bilhão 861 milhões de cruzeiros. Note-se que aí não estão incluídos os recursos entregues aos trustes, provenientes do Fundo Federal de Eletricização, e que são administrados pelo BNDE.

SE aos recursos entregues à Light e à Bond & Share forem acrescentados os 3 bilhões e 327 milhões emprestados a Furnas (empresa públi-



Há Gudin e Gudin...

O ilustre professor Eugênio Gudin não perde vasa para desanciar a política econômico-financeira do governo e considera que a primeira causa da inflação são os investimentos em obras públicas. Entretanto, quando o truste americano precisa de recursos, Gudin entra direitinho no caso e dá um dinheiro aí.

camente controlada pelos dois trustes — seu presidente é o mesmo, Mr. Cothrin — e destinada a produzir energia para ambos distribuírem), encontraremos, então, que os dois grupos imperialistas receberam mais de 5 bilhões de cruzeiros, isto é, mais de 30 por cento de todos os financiamentos do BNDE para energia elétrica...

Fundo de eletricização

OUTRA fonte importante de financiamento com que conta a indústria de energia elétrica é o Fundo Federal de Eletricização, cujas arrecadações anuais montam a pouca mais de um bilhão de cruzeiros. Do Fundo, tanto a Light como a Bond & Share já retiraram vultosos recursos. Também a Central Elétrica de Furnas foi contemplada com um empréstimo do Fundo — uma das maiores, sendo a maior operação de financiamento já realizada no Brasil — da ordem de 5 bilhões 516 milhões de cruzeiros. Essa operação, aliás, comprometeu os recursos do FFE até 1963...

BB: ainda mais generoso

MENOS razão ainda para queixar terão os clientes de Mr. Cothrin, se examinarmos os financiamentos obtidos através do Banco do Brasil. Em resposta a um requerimento de informações do deputado Roman de Oliveira Neto, esclareceu aquele estabelecimento que desde 1949, somente através de sua Carteira de Crédito Geral, financiou empreendimentos relacionados com a indústria de energia elétrica um total de 2 bilhões e 75 milhões de cruzeiros, dos quais 1 bilhão e 57 milhões, mais de 50 por cento, portanto, foram abocanhados pela Light.

TEM mais. O Banco do Brasil, por meio do Distrito Federal Fin com a Light um negócio de pagar a Light, verdadeira doação de capital concedeu-

lhe dois empréstimos, cada um no valor de 400 milhões de cruzeiros, sem prazo para pagamento e sem juros!

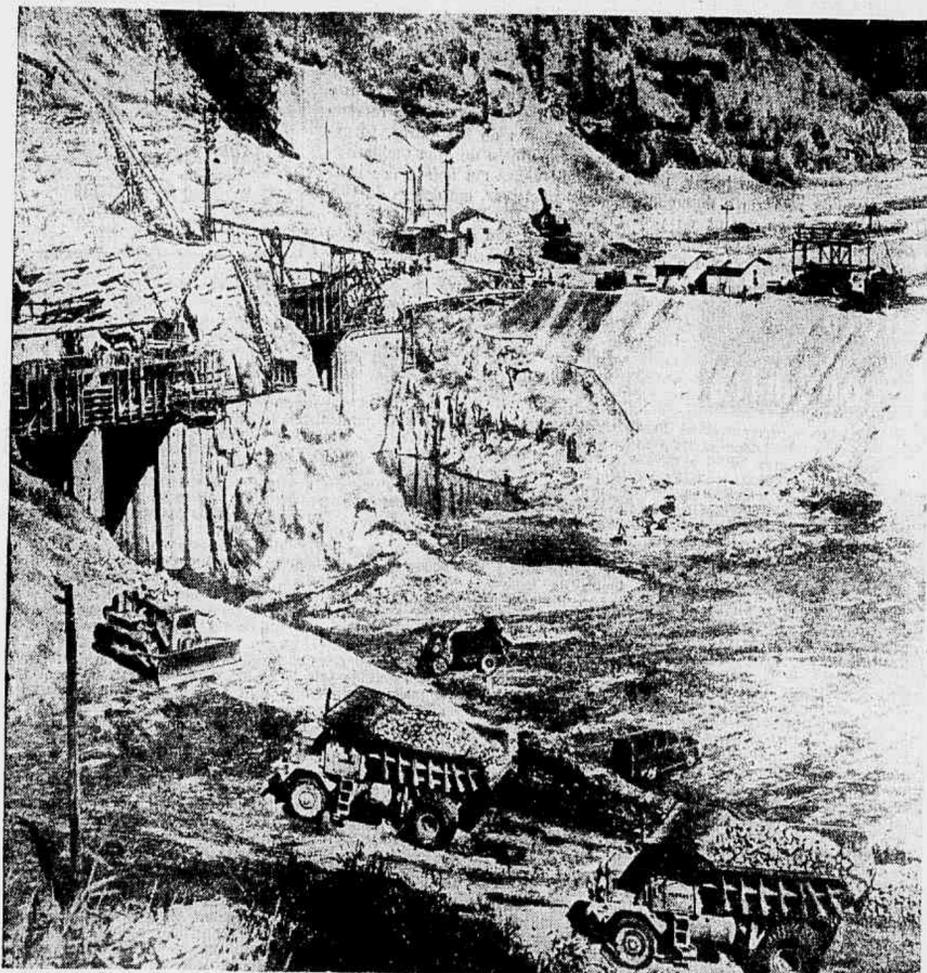
Depois disto, como interpretar, o choro do engenheiro Cothrin, dizendo em nome dos trustes: me dá um dinheiro aí?

Os avais

ATE' agora, falamos apenas de alguns dos financiamentos recebidos pelos trustes de energia elétrica. A isso, devem ser acrescentados os avais e garantias concedidos por instituições oficiais brasileiras para que a Light e a Bond & Share obtivessem financiamentos externos. Sem contar com o aval concedido pelo Tesouro Nacional à Light, em 1948, no montante de 105 milhões de dólares, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico concedeu aos dois trustes estrangeiros avais num montante de 59 milhões e 900 mil dólares, sobre um total de 102 milhões e 200 mil dólares em avais concedidos pelo BNDE para energia elétrica, somente no âmbito dos projetos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Ou seja, mais de 50 por cento dos avais ali concedidos beneficiaram a Light e a Bond & Share. A essas cifras, devemos acrescentar, ainda o recente aval de 11 milhões e 600 mil dólares.

AINDA há muita coisa a ser mencionada, quer como financiamentos, quer como avais, quer, ainda, como outras modalidades (algumas delas nitidamente ilegais) de carregamento de recursos oficiais para os dois trustes de energia elétrica.

ENGENHEIRO John Reginald Cothrin não tem razão, pois, no tema central da sua conferência. Mostraremos, na próxima reportagem, como também carece de base e é capcioso, inclusive quando cita Kruschiov para defender a construção de termelétricas no Brasil.



Furnas: para quem o proveito?

Perto de vinte bilhões de cruzeiros é quanto custará a central elétrica de Furnas (além de outros tantos bilhões para as linhas de transmissão), segundo declarou o engenheiro John Cothrin. Quase todo esse dinheiro sairá dos cofres públicos, mas os beneficiários serão a Light e a Bond & Share, a quem será entregue a energia para ser distribuída.

NOVOS RUMOS

Dicionário

Aval

O aval é a garantia dada por uma empresa ou instituição a uma operação de financiamento realizada entre duas outras empresas ou instituições. No caso do aval para financiamento em moeda estrangeira, teremos o seguinte esquema: suponhamos que a empresa A, no Brasil obtenha junto ao banco B, no estrangeiro, determinado financiamento. Para que a operação se concretize, geralmente B exige de A que consiga de C (um banco ou uma instituição localizada no Brasil) o compromisso de assumir a responsabilidade pela amortização ou liquidação do financiamento, para o caso de que A venha a deixar de fazê-lo. Este compromisso é o aval.

Desde que foi fundado, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico é a instituição brasileira que concede o maior número de avais. Isto se explica pelo fato de que a grande maioria dos financiamentos em moeda estrangeira relaciona-se com empreendimentos de desenvolvimento econômico, aos quais o BNDE está intimamente vinculado.

Uma condição para que o aval seja concedido é o prévio registro do financiamento na SUMOC, o que assegura a disponibilidade de divisas, a câmbio especial, para amortizar o empréstimo. E o banco que concede o aval, por sua vez, cobra uma pequena comissão. No caso do BNDE, a comissão eleva-se geralmente a 1 ou 2 por cento do valor do financiamento; mas, há outros bancos que cobram comissões menores, como o Banco do Rio Grande do Sul. Também bancos particulares têm concedido avais em moeda estrangeira, alguns até de milhões de dólares.

A maior operação desse tipo realizada no Brasil foi o aval concedido à Usiminas pelo BNDE, que totalizou quase 121 milhões de dólares. Outro aval de grande vulto foi o concedido pelo Tesouro Nacional à Light para um financiamento de 105 milhões de dólares, obtido no Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento.

Fato que caracteriza a política econômica financeira do governo é que uma grande parte dos avais concedidos por instituições oficiais ou oficiais brasileiras beneficia empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Isto, porém, implica imediatamente em prejuízo para os empresários nacionais, porque há dois limites para a concessão de avais: o primeiro é o orçamento de câmbio da SUMOC e o segundo é o orçamento de câmbio da própria instituição concedente. Como um e outro são limitados, isto quer dizer que também é limitado o montante de avais concedidos. Quando a Light, como sucedeu recentemente, consegue um aval de quase 12 milhões de dólares no BNDE, limita ou retira, ipso facto, a possibilidade de concessão de aval pelo mesmo estabelecimento a empresários nacionais.

Uma política econômica nacionalista deve observar um rigoroso critério na seleção dos beneficiários de avais, como passo importantíssimo para a independência econômica do país.

O livro de Astrojildo Pereira

«MACHADO DE ASSIS»

Encontra-se à venda na LIVRARIA SÃO JOSÉ e todas as livrarias do Rio de Janeiro

MORRO VELHO É UM PRATO SUBSTANCIOSO

Dois Bilhões de Toneladas de Ferro a Mercê da Hanna

(Última de uma série de reportagens)

cionada com a crescente dependência de suprimentos estrangeiros.

b) Suprimentos adequados depois de 1975.»

Com efeito, tal problema de segurança nacional norte-americana é ainda mais grave do que acontecia o Birô de Minas em 1956, pois suas previsões foram largamente ultrapasadas. Já no ano passado, segundo a revista «Iron Age», 38% do minério de ferro consumido nos EUA foi de proveniência estrangeira, quando o Birô previu uma importação de 36% das necessidades somente em 1970. Os Estados Unidos, que no período de 1944/48 importaram uma média de apenas 3 milhões de toneladas brutas de minério de ferro por ano, importaram no ano passado 40 milhões de ton. Vejamos como têm aumentado essas importações:

Demanda de ferro nos EUA

Já em 1956, o Boletim nº 556 do Birô de Minas norte-americano, de título «Mineral Facts and Problems», assinalava (pág. 393):

«A preparação de minério de ferro de fontes estrangeiras aumentará para 37% em 1970. Dois problemas fundamentais exigem atenção:

a) A segurança nacional, rela-

DEMANDA DE MINÉRIO DE FERRO NOS EUA

(milhões de toneladas brutas)

	1954	1955	1956	1957	1958	1959
Consumo interno total	108,6	145,6	138,9	146,3	105,1	106
Importação	15,8	23,4	30,1	33,7	27,5	39,9
Porcentagem da Import.	14,5%	16,0%	21,9%	23,0%	26,3%	38%

Fonte: Bureau of Mines, Washington.

Verifica-se que, para um consumo interno mais ou menos estável, cresce de ano para ano as importações, ultrapassando mesmo as previsões oficiais norte-americanas. São importações que não podem ser suspensas. E o sistema de fornecimento a preço baixo, por meio das «minas cativas» nos países subdesenvolvidos, não oferece segurança, pois à medida que se estabelecem nesses países governos soberanos, estes assumem o controle das minas, forçando, antes de mais nada, uma elevação do preço do minério.

Foi precisamente para impedir que seu minério de ferro continuasse tendo a mais baixa cotação do mercado internacional (apesar de sua alta qualidade) que a Venezuela inaugurou este ano sua política nacionalista de minérios, marcada pela declaração do Presidente Romulo Betancourt na mensagem que enviou ao Congresso venezuelano em princípios deste ano: «Em ferro. Política de não mais concessões.»

«Ora, para os monopólios siderúrgicos norte-americanos está sempre presente o perigo de que ocorra o mesmo nos outros países em que mantêm «minas cativas», como o Canadá e o Chile, impedindo-os assim de continuarem a pagar preços vis pela matéria prima que utilizam e obter dessa forma lucros impressionantes.»

Morro Velho: «coração de ouro em peito de ferro»

A revista norte-americana «Time», em seu número de 10 de março de 1958, ao comentar a compra, naquela ocasião, das minas auríferas da St. John Del Rey (Morro Velho) pela Hanna, tratava a mina de Morro Velho de «Coração de ouro em peito de ferro» e acrescentava: «O que atrai a Hanna, que se constitui em um império de 250 milhões de dólares, por iniciativa do ex-secretário do Tesouro George M. Humphrey, não foi o



Peito de ferro coração de ouro

No dia 10 de março de 1958 a revista norte-americana «Time» falava dos interesses da Hanna na mina do Morro Velho e dizia com todas as letras que este não estava voltado para o ouro, mas para o ferro. Falava então em dois bilhões de toneladas de metal, o «peito de ferro» muito mais valioso que o «coração de ouro» da mina.

coração de ouro: foi o peito de ferro, com dois bilhões de ton. de minério de alto teor (60 a 70%) nas montanhas em volta.» E concluindo o comentário dizia: «A Hanna não fez a estimativa dos lucros que espera; esses lucros, porém, deverão ser impressionantes.»

O desmembramento da St. John Del Rey, na semana passada, em duas companhias — uma, sob direção do representante da «Ferrosstaal» (Sr. Fernando de Souza Melo Viana) e com significativa participação da Hanna, supostamente para explorar ouro, e outra, sob controle exclusivo da Hanna, para tratar exclusivamente do ferro — parece indicar uma associação entre a Ferrosstaal e a Hanna, preparando o monopólio das exportações de ferro. A «Ferrosstaal» é conhecida companhia siderúrgica alemã: nunca lidou com ouro, toda a sua atividade centra-se no aço. O seu representante certamente também não está interessado no «coração de ouro» da Morro Velho, que pelo menos contabilmente é deficitária, recebendo subsídios do governo. E

do «peito de ferro» que se esperam «lucros impressionantes.»

Por isso, há base para acreditar que com a transferência de Morro Velho a um grupo «brasileiro» a Hanna visa apenas facilitar a solução do grave conflito trabalhista que se criará com o fechamento das minas de ouro, deixando 4.000 mineiros desempregados. Supõem os «public relations» da Hanna e da Ferrosstaal que, se conseguirem impingir à opinião pública e aos mineiros de Nova Lima que agora são brasileiros os donos de Morro Velho, será mais fácil obrigar o Governo brasileiro a pagar as indenizações aos mineiros pelo fechamento da mina de ouro. O Governo pagaria as indenizações para que a Hanna, agora aliada à Ferrosstaal, pudesse abandonar o «coração de ouro» para se dedicar mais livremente ao «peito de ferro».

Enquanto o representante «brasileiro» da Ferrosstaal procura resolver o problema das minas de ouro, aguardando o momento oportuno para entrar nos planos de exportação de ferro, a Hanna está em negociações com a Central do Brasil, visando a construção de ramais ferroviários para seu uso particular e exclusivo. Enquanto a Cia. Vale do Rio Doce está sendo obrigada a melhorar e aprofundar às suas próprias custas o Porto de Vitória, a Hanna conseguiu a concessão de um porto exclusivo na baía de Ilha Grande.

Em um porto particular, para embarque de minério e desembarque de carvão em navios de propriedade da Hanna, o governo estaria simplesmente perdendo o con-

trole sobre as entradas e saídas, permitindo o florescimento do sub e do superfaturamento, que viria se acrescentar à queda do preço internacional do minério de ferro. Por que meios e modos a Hanna comprou e o Governo vendeu a ilha de Guaibinha? Esta é uma pergunta a ser respondida na Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a exploração do ferro e do manganês oriada na Câmara dos Deputados por iniciativa do Dep. Gabriel Passos. Esta Comissão deverá examinar todas as denúncias levantadas na imprensa a respeito dos preparativos para aniquilar, com a força do «império» dirigido por Mr. Humphrey e os privilégios e facilidades do Governo, a nossa Cia. Vale do Rio Doce, preparando o controle absoluto da nossa exportação de ferro pelos monopólios siderúrgicos americanos.

Também as manobras da US Steel e da Bethlehem e as facilidades obtidas por elas para o controle do manganês de Urucum, Lafayette e Amapá deverão ser examinadas. Os técnicos do Conselho Nacional de Minas e Metalurgia e do Departamento Nacional da Produção Mineral deverão ser chamados a opinar nesse inquérito do Congresso Nacional; do mesmo modo, o Grupo de Exportação de Minério e o Conselho de Segurança Nacional, o problema do ferro, saindo do terreno das pressões de bastidores, torna-se assim objeto de uma ampla discussão pública em defesa dos interesses nacionais, em defesa da Cia. do Vale do Rio Doce e do ferro brasileiro contra o assalto ganancioso dos monopólios internacionais.

Nota Econômica

Depois de permanecer no Brasil cerca de um mês, travando um conhecimento direto e valioso com a economia nacional, regressou à URSS a missão comercial soviética. A atmosfera que cercou os visitantes foi geralmente favorável, notadamente naqueles círculos da burguesia nacional mais interessados num desenvolvimento independente da nossa economia. Nesse particular, merecem ser destacados os contactos mantidos nesta capital e em S. Paulo entre os membros da missão soviética e industriais brasileiros e excepcional interesse despertado pelos produtos soviéticos de exportação, antes de tudo, os produtos da indústria pesada e bens de produção. Não fosse a manhososa recusa dos meios que dirigem a política econômico-financeira do país, e não há dúvida de que bons contratos teriam sido firmados entre particulares brasileiros e os exportadores soviéticos.

Entretanto, não se pode negar que os resultados obtidos com a vinda dos soviéticos tenham sido positivos. Com os contratos firmados, nossas compras à URSS quase atingiram o teto previsto para o primeiro ano do acordo. Com efeito, foram assinados contratos para a compra à União Soviética de 150 mil toneladas de trigo ao preço de 10 milhões e 300 mil dólares; de 100 mil toneladas de óleo diesel por 2 milhões e 300 mil dólares; e, finalmente, de 600 mil toneladas de petróleo bruto por 7 milhões e 500 mil dólares. Ao todo, compramos à URSS pouco mais de 20 milhões de dólares. De outra parte, as nossas vendas à União Soviética, cingindo-se ao café, não foram além de 8 milhões 215 mil dólares, correspondentes a cerca de 200 mil sacas. De passagem, convém ser feita aqui uma observação, que mostra o espírito que ainda preside o intercâmbio Brasil-URSS nesta sua etapa inicial. É que, enquanto o IBC vende café à firma americana General Foods ao preço de 35 dólares e 60 centos o saco, cobra aos soviéticos, pelo mesmo café, 44 dólares e 40 centos. Será esta a melhor maneira de conquistar um novo mercado? É evidente que não.

No que se refere ao petróleo, a assinatura do contrato de compra das 600 mil toneladas não ocorreu sem que tivesse de ser vencidas certas dificuldades. E essas dificuldades decorreram menos do apregoado alto índice de salinidade do petróleo soviético do que dos interesses contrários dos trustes de petróleo que tinham e ainda continuam virtualmente a ter o monopólio de fornecimento ao mercado brasileiro. Soubemos, por exemplo, que as

Resultados da Missão Soviética

refinarias particulares teriam sido consultadas sobre se aceitariam o óleo soviético. Mas, qual a razão de tal consulta? Obviamente, essas refinarias, apontadas como ligadas aos trustes, e que ganhavam bilhões lesando o país com o subfaturamento nas importações de petróleo, não podem ter interesse em que aumente a parte da Petrobrás nessas importações... E o petróleo soviético será comprado pela empresa estatal.

A alegada salinidade excessiva do petróleo soviético encontra sua melhor refutação no fato de que a URSS o vende a vários países, que o refinam e o utilizam com a mesma eficiência que qualquer outro óleo.

Por fim, na compra do petróleo bruto soviético, há outro aspecto importantíssimo a destacar: o seu preço. O óleo soviético será importado pelo Brasil à razão de 12 dólares e 50 centos a tonelada, ao passo que o do mesmo tipo fornecido pela ESSO custa nos 20 dólares a tonelada. E mais: na transação com a URSS, não dependeremos dólares (o pagamento será feito em café e outras mercadorias), o mesmo não se dando no outro caso. Tem toda procedência o comentário do «Journal do Brasil» de que o contrato com a URSS tem ainda a vantagem de estabelecer uma concorrência entre os países produtores de petróleo com interesse no mercado sul-americano. O Brasil, por exemplo, brevemente se verá obrigado a aumentar sua importação de óleo bruto, colhendo, pois, resultados benéficos da concorrência.

Apesar de prevista nos termos de entendimentos assinados em Moscou, ainda não foi contratada a importação de equipamento soviético para a prospecção e extração de petróleo brasileiro. Mais uma vez temos ali, atravessados no caminho dos interesses do Brasil, os interesses das empresas americanas que praticamente monopolizam tais fornecimentos à Petrobrás. Além disso, nesse ponto não seria demais mencionar a ridícula suspeição que, desde antes da partida para Moscou, a companhia certas autoridades brasileiras, que em toda vez vem uma possibilidade da penetração do comunismo no país... E enquanto essas suspeitas vivem, os americanos, mais vivos, vão nos vendendo por preços mais altos.

Diz o ditado que Roma não se fez num dia. Assim também, esperamos que as relações comerciais brasileira-soviéticas progredam mais com o tempo e atinjam o nível devido para proveito comum das duas economias.

J.A.

EUA: Economia Não Vai Bem

Telegramas dos Estados Unidos, publicados esta semana, dão conta das incertezas que acompanham a economia norte-americana depois de «vencida» a recessão de 1958. Um despacho da agência «Associated Press», datado de N. York e publicado nos jornais de domingo começa com a seguinte interrogação: «Vão os negócios obter nos Estados Unidos uma boa injeção de estímulo?» A pergunta é feita em relação com a medida anteriormente adotada pelo Banco Federal de Reserva, reduzindo de 4 para 3,5 por cento a taxa de desconto bancário.

Por que essa apreensão? Decorre do fato dos negócios não estarem correndo bem nos Estados Unidos. A produção industrial, limitada pela contradição básica do capitalismo, marca passo quando não se contrai. Na semana passada, por exemplo, tanto a indústria automobilística como a do aço reduziram suas produções. Se em relação à primeira talvez não se possa falar numa tendência à queda da produção, o mesmo não se dá com a indústria do aço.

O número de 6 do corrente da revista «Time», na sua seção de negócios traz dados expressivos a respeito. Com efeito, a indústria siderúrgica vem trabalhando a 67 por cento de sua capacidade, o que representa o índice mais baixo dos últimos dois anos. E a tendência

apresentada, segundo a mesma revista, é para a queda. Em consequência da diminuição da produção e das encomendas, cerca de trinta mil operários já foram despedidos pela indústria do aço, e as empresas que não efetuaram dispensas reduziram sua semana de trabalho para quatro dias.

Após a greve do aço, no ano passado, quando a produção desceu a pouco mais de 10 por cento da capacidade da indústria, verificou-se um ascenso, que trouxe esperanças a alguns círculos de negócios. Entretanto, logo se viu que era infundado o otimismo: a alta da produção destinou-se à formação de estoques, sobretudo para a indústria de maquinaria, que hoje pos-

sui disponibilidades no total de 16 milhões de toneladas.

Ainda segundo «Time», os dirigentes da indústria do aço esperam uma redução ainda maior da produção, que deverá situar-se em torno dos 60 por cento da capacidade da indústria, isto é, de 80 a 90 milhões de toneladas por ano.

Como se vê, está longe de poder ser considerada restabelecida a economia norte-americana, após a recessão de 1958. As quedas nas cotações das ações siderúrgicas são pelo menos um indicio de que as coisas não vão bem, o que é tanto mais grave quanto se sabe que a política de produção para a guerra continua a todo vapor nos Estados Unidos.

A doença infantil do «esquerdismo» no comunismo de VLADIMIR ILITCH LENIN

Importante obra teórica de grande atualidade. Um combate cerrado contra o sectarismo, o dogmatismo e o revisionismo

Edição comemorativa do 90º aniversário de nascimento do autor

LANÇAMENTO DA

EDITORIAL VITÓRIA LIMITADA

A VENDA NAS LIVRARIAS

Pedidos pelo reembolso para Caixa Postal 165/Rio de Janeiro

Cr\$ 100,00

PEDRO POMAR (S. Paulo)

AINDA SOBRE A APOLOGIA DO CAPITALISMO (I)

Já havia enviado para a Tribuna de Debate dois outros artigos, quando o camarada Jacob Gorender resolveu acusar-me da prática da falsificação.

Em homenagem aos camaradas que se deram ao trabalho de ler meu primeiro artigo, volto ao assunto, porque o reputo da maior importância. Não que negue ao camarada Jacob a categoria de um dos mais autênticos e virulentos porta-vozes da linha direitista em vigor. Suas ideias, tais como a do papel positivo do proletariado, a da aliança, inclusive no terreno ideológico, com o nacional-reformismo, a da que o nosso programa não pode ser outro senão o da frente única, a de que, nesta etapa, a contradição principal a ser resolvida é a que opõe a nação ao imperialismo americano e seus agentes internos; e outras pelo estilo, mereceriam sem dúvida uma resposta especial.

E quanto ao ritmo acelerado e ao processo, temos mais, particularmente após a Segunda Guerra Mundial, o processo principal na vida econômica brasileira é o da industrialização, que tem sua característica mais importante no crescimento preponderante e relativamente rápido da indústria de bens de produção. Em seguida surgem os índices de produção dos últimos 20 anos (1938 a 1958) e se conclui: a indústria brasileira atravessou nos anos de 1947 a 1956 uma fase de ascenso excepcional, em que o produto industrial real aumentou de 92,2%, superando a média de crescimento do mundo capitalista no mesmo período.

Isto contradiz em grande parte o que foi dito na tese 10 sobre o acentuamento da exploração imperialista por intermédio das inversões diretas e sobre a associação de capitais brasileiros com os monopolistas estrangeiros. O capitalismo nacional aparece com um poder maravilhoso de desenvolver-se com ritmo jamais igualado, conservando ou reforçando os «fatores de atraso». De qualquer forma, o assunto merece maior ilustração. Gilberto Palm, economista do ISEB, num trabalho publicado no n.º 7 da revista «Estudos Sociais», citando a fonte «Os Investimentos estrangeiros no Brasil», de Werner Haas, e outras publicações oficiais, mostra qual é a situação. Por ela se verifica que hoje mais de 600 empresas industriais são estrangeiras, fora umas 900 de serviços públicos, transportes, comércio, agricultura, etc. E se consultarmos dados conhecidos, constataremos que, à exceção da Petrobrás, o capital imperialista participa com mais de 70% na produção de aço, 72% na de energia elétrica, 90% na de borracha, 100% na de derivados de petróleo, 70% na de moagem de trigo, 63% na de cimento, e assim por diante. Além disto, é conhecido o que vem ocorrendo na indústria automobilística.

Cresce a disputa pelo mercado brasileiro no campo das inversões diretas, entre os grandes monopolistas internacionais. É um fato também que há uma evasão cada vez mais volumosa dos frutos do trabalho do povo brasileiro para os cofres das grandes potências capitalistas. O capital monopolista estrangeiro não pode ajudar efetivamente à independência econômica do país. Ao contrário, procura subordinar, por todos os meios a seu alcance, nossa economia e a nossa vida política aos seus interesses. Mas disto não se deve deduzir que os imperialistas não criem indústria nem façam concorrência para liquidar a indústria nacional e dominar o mercado brasileiro, pois através disso eles conseguem também arrancar o máximo de lucros do trabalho dos operários e do povo brasileiro. O imperialismo, ao exportar seus capitais para os países atrasados é obrigado a fomentar a economia, criar estradas de ferro e outras vias de comunicação, fundar certas indústrias, fazendo surgir desse modo o proletariado, e intelectualmente estimulando o desenvolvimento das relações de produção capitalistas. Este é um ensinamento de Lenin.

Repto. Reconhecemos o caráter progressista do desenvolvimento capitalista nacional, mas não o exageramos. Apoiemos as medidas de defesa da indústria nacional, mas não neguemos os traços essenciais do capitalismo, mesmo brasileiro. Do ponto de vista econômico o imperialismo é uma etapa superior do capitalismo, e nosso dever porém é combatê-lo e liquidá-lo.

No que tange ao problema do mercado interno, (ainda na tese 12) não se denuncia, como seria obrigatório, a forma reacionária e dolorosa para as massas, do seu crescimento. É o objetivismo, o tom de satisfação...

Tratemos agora do capitalismo de Estado (tese 13). No Brasil diz a tese — «servindo em determinados casos aos interesses do imperialismo, o capitalismo de Estado tende a assumir, prevalentemente, formas progressistas e nacionais. Esse tende a assumir, prevalentemente, uma postura para o futuro, sem justificativa. Mas logo em seguida surge o elogio descendo à burguesia brasileira, pois se afirma que ela, «realizando o processo de industrialização (...), enfrenta a tarefa de promover a criação, num prazo breve, de um mínimo de forças produtivas modernas».

Concluímos, portanto, com o caráter progressista do capitalismo de Estado, nas condições brasileiras, reconhecemos que a burguesia deve enfrentar também a tarefa da criação de forças produtivas modernas, mas em face do capitalismo de Estado ela tem tido uma posição de reserva e exclusivista. E recordemos que se nos destinos do Estado não passaram a predominar as forças progressistas, verdadeiramente antimperialistas e antifundais, sob a direção do proletariado, pode suceder como, como já vem sucedendo em parte, o exemplo da Argentina.

Esses fatos são incontestáveis. O imperialismo, sobretudo o norte-americano, e o monopólio da terra, aparecem como os obstáculos principais opostos à emancipação econômica do Brasil. E, como bem demonstrou o camarada Maurício Grabols em seu trabalho de contribuição ao debate, a crise de estruturas do país se aprofunda cada vez mais.

A partir porém da tese 12, que apresenta a análise do desenvolvimento capitalista nacional, começa a claudicação e tenta-se impingir alhos por bugalhos. Nela se afirma, por exemplo: «Contrapondo-se a esses fatores adversos, o desenvolvimento capitalista nacional... constitui elemento progressista e dinâmico da economia brasileira. (Não mais «por excelência», da Declaração — observação minha, PP). Aqui o «contrapondo-se» colide frontalmente com as assertivas anteriores, não é o resultado do exame concreto do processo real em curso no país, mas um «elogio extemporâneo. Era preciso demonstrar como contrapõe-se; e em que medida e de que ponto o desenvolvimento referido, ao mesmo tempo, associa-se aos monopólios imperialistas.

Em prosseguimento, a tese 12 assevera que nos últimos vinte anos, em virtude dos próprios impulsos internos e de condições externas mais favoráveis, «o ritmo desse desenvolvimento se acelerou».

Previamente, há não há claro que impulsiona o capitalismo, e indiretamente, a lei da meta-física, a economia brasileira, a crise de estrutura da classe operária. A ideia dos impulsos

Tribuna de Debate GORENDER OU MAO-TSE-TUNG?...

JOAQUIM ALVES (São Paulo)

Quero saudar o camarada Jacob Gorender quando nos chama a atenção, em seu artigo sobre a «oposição esquerdista», para a importância da contradição principal e quando de maneira acertada e justa assinala que «prestará ótimo serviço ao Partido quem apontar concretamente as nossas grandes deficiências no trabalho entre os camponeses». Vou me ocupar, por enquanto, da primeira questão — a contradição principal.

Da justa compreensão da importância do assunto contradição principal, o camarada Gorender, interpretando fielmente o documento de Teses, parte, porém, para subverter a razão das coisas. Vejamos o que se passa com o raciocínio do camarada, embotoado pelas Teses, pois que se trata de pessoa publicamente sabido inteligente e culta, hábil e ágil, e quão improcedentes são a essência e o sentido de sua última obra, «A Oposição Esquerdista» e a «Contradição Principal». Aliás, trata-se de um artigo originalíssimo, que se pode julgar pelo título, dada a intelecção que encerra.

Referindo-se à denúncia já divulgada pela «Tribuna de Debate», de que a Declaração foi fruto de um acordo entre elementos da direção e o grupo de Agildo Barata, Gorender simplifica o caso com dois argumentos: o primeiro «argumento» é que só um calculador poderia afirmar isso; o segundo é que no artigo de Agildo «a contradição antimperialista foi separada mecânica e mecanicamente da contradição antifundal, o que servia de base para a elaboração do abstruso esquema revisionista de duas fases distintas na atual etapa da revolução» — o que, segundo ele, Gorender, não consta da Declaração e das Teses. Como explica, então, o camarada, certas «coincidência»? É a «coincidência» do governo nacionalista («ou nacional» e «democrático», a ser conquistado dentro dos quadros do atual regime (ou do regime vigente), com todas as formas de chegar até lá? E aquela «coincidência» chave, essencial, da subordinação da luta antifundal à antimperialista? ... Mas o camarada Gorender, com as Teses e a Declaração em punho, replica à «calúnia» com todo o seu invejável acervo de ignorância a respeito dos próprios documentos que defende: a Declaração, diz Gorender, não separa as duas contradições mecanicamente! Barbaridade! O que é, então isso, a subordinação, por Agildo e a Declaração, de uma contradição à outra, num país dependente e semifundal, e aquelas formulações «não devendo ser propostas, no trabalho prático, palavras de ordem (a propaganda da reforma agrária) que ainda não encontram condições maduras para a sua realização» — segundo as Teses — e «tarefas que possivelmente não coincidirão com as medidas agrárias de caráter radical formuladas pelo Programa do PCB» — segundo Agildo? Será que Gorender só concebe reforma agrária no plano «teórico» e não no trabalho prático?

Mas, vamos à contradição principal. Inicialmente: Gorender cita Mao-Tse-Tung sem entendê-lo: Eis um trecho da citação: «Em todos os casos, é inteiramente indubitável que, em cada uma das diferentes etapas do desenvolvimento do processo, existe sempre uma contradição principal, que desempenha o papel dirigente» (o grifo é meu, J.A.). Pois bem. Pouco antes, criticando Carlos Danelli, dizia Gorender: «Em

primeiro lugar, em parte alguma das Teses — como também da Declaração — foi afirmado que a contradição antimperialista possui caráter de principal para toda a etapa da revolução.» — A confusão está formada. Finalmente, existe somente uma contradição principal ou não, para toda a etapa da revolução ou do processo? Conclusão: foi à fonte, deslumbrou-se ante a abundância de água, e voltou com sede. Ou será que o camarada quer pôr à força as várias etapas do processo da revolução brasileira (que vai até o socialismo), com todas as suas futuras contradições principais, dentro de uma única etapa da revolução — a atual, antimperialista e antifundal?...

Estamos, pois, diante de um «esquema estratégico» elástico e dúctil. Si a linha dizia que «A estratégia consiste em fixar, numa determinada etapa da revolução, a direção do golpe principal do proletariado... e em lutar pela execução desse plano (das forças revolucionárias) durante todo o curso dessa etapa da revolução» (Obras, volume 6, Editorial Vitória, pág. 135). A estratégia defendida por Gorender, no entanto, não faz coisa alguma nesta determinada etapa, não se interessa por todo o curso da etapa da revolução brasileira que estamos examinando.

Mas, como disse, Gorender é hábil e ágil. Pois não é que, contentíssimo, passou por cima de uma formulação do camarada Maurício Grabols, ao meu ver falsa, sem contestá-la no que tem de imprecisa e contraditória com a essência do chamado substitutivo? Trata-se em nossas fileiras, para desapontamento de muita gente, uma séria luta de opiniões, uma luta interna em torno de princípios, e mesmo camaradas como Grabols, sob pressão da ideologia do nacional-reformismo, cede numa questão teórica e de princípio, contrariando a essência de sua própria contribuição aos debates, valiosa penso eu, através de «Duas Concepções, Duas Orientações Políticas».

Grabols declara que «na presente situação, o sentido principal da revolução é antimperialista (o grifo é meu, J.A.), e, conclui o pensamento afirmando, já de maneira correta, que «ela é também antifundal, agrária». Para o camarada Grabols há esse «sentido principal», na «presente situação», «dado que o imperialismo norte-americano é o principal inimigo do povo brasileiro». Gorender, de sua vez, fundamenta essa conclusão quase da mesma maneira, considerando que o Programa de 54 teve o mérito de identificar o imperialismo norte-americano como «o inimigo principal da nação»; a seguir, acrescenta que a Declaração de 58 foi adiante, caracterizando a contradição antimperialista, «na situação atual, como a principal».

Antes de entrar no mérito do assunto contradição principal, ou sentido principal da revolução, quero alertar o Partido para a falsidade da formulação da contradição entre o imperialismo norte-americano, de um lado, e do outro a «nação»; essa contradição não existe, pois que latifundiários e entreguistas, fazendo parte da comunidade nacional, são ao mesmo tempo amigos dos imperialistas. Não seria melhor admitir como o outro aspecto da contradição o «povo brasileiro e o desenvolvimento progressista de nosso país»? Apenas uma pergunta, para provocar uma melhor formulação do problema.

Prossigamos. Não concordo com a concessão de Grabols, como não concordo com as conclusões de Gorender. — O fato do imperialismo norte-americano ser o nosso inimigo principal, verdade que não contesto, não significa, porém, que mecanicamente, possa ser caracterizado como um aspecto da chamada contradição principal, ou julgar que a revolução tem um sentido principal antimperialista. Ora, não só na «presente situação» (término de Grabols), ou na «situação atual» (término de Gorender e das Teses), mas sempre, enquanto existir como lder do sistema do capitalismo, o imperialismo norte-americano é e continuará sendo o maior inimigo, não só do povo brasileiro, como de todos os povos, antes, no processo e depois da emancipação destes. Foi o maior inimigo do povo cubano e continua a sê-lo. O imperialismo inglês, porventura, não é o maior inimigo dos povos livres da URSS, e quantos anos fazem que ali se partilham, não só as cadelas do feudalismo, mas as do próprio imperialismo? Assim, consideramos que a existência desse maior inimigo não fundamenta o sentido principal da revolução brasileira como antimperialista na situação atual ou na presente situação. Mesmo liquidando-se a base social — os latifundiários e entreguistas — sobre a qual se apóia no Brasil, o imperialismo quando permanecerá como nosso principal inimigo, e como permanecerá... se algo não acontecer — sobre a terra nestes anos que vêm pela frente. Na URSS, depois da Revolução, consolidou-se toda uma base social sobre a qual, não o imperialismo, mas o socialismo se apóia, enquanto os imperialistas norte-americanos continuam sendo o maior inimigo dos povos soviéticos.

Mas focalizemos concretamente a essência e o sentido do artigo de Jacob Gorender dirigido à «oposição», que inexistia. Com uma arrogância de professor de província, passa uma severa repreensão em Carlos Danelli, inadmitindo «sua» «incapacidade para identificar a contradição principal». A seguir, transformando a «Tribuna de Debate» em sala de aula, volta-se para Grabols e prossegue a lição, citando Mao-Tse-Tung, como aquele mestre da infância de meus avós, que costumava conferir as respostas dos alunos consultando a tabuada: «Definida a contradição principal, é fácil resolver todas as outras». Realmente! O que não é fácil, camarada Gorender, é encalçar a contradição principal das Teses na sabedoria do teórico chinês expressa em «Sobre a Contradição».

Já que Gorender cita Mao-Tse-Tung, o que não desagrada, val aqui uma conclusão do grande teórico marxista: «a dialética materialista refutou energicamente a teoria metafísica da causa exterior ou da impulsão exterior, teoria lançada pelos partidários do materialismo mecanicista e do evolucionismo vulgar». Depois disso: «A dialética materialista exclui as causas externas? Não. A dialética materialista considera que as causas externas são a condição das transformações e as causas internas, a base das transformações; as causas externas atuam por intermédio das causas internas.» Dessa forma, camarada Gorender, não posso admitir a contradição antimperialista, na atual situação, como contradição principal. Aliás, poucas linhas antes do trecho

de «Sobre a Contradição», transcrito por Gorender, está explícita a opinião de Mao-Tse-Tung de que a contradição interna é a principal, e que somente «em caso de guerra de agressão dos imperialistas contra um tal país... a contradição entre o imperialismo e este país torna-se a contradição principal, e todas as outras contradições entre as diferentes classes no interior deste país (inclusive a contradição principal, a contradição entre o regime feudal e as massas populares) passam provisoriamente ao segundo plano» (Parentese de Mao-Tse-Tung. Vide «Problemas» 41, página 24). Mas Gorender passa sobre isso pisando em brasas; por que o camarada faz isso?...

Sou de opinião que é absolutamente falsa a caracterização da contradição antimperialista como a principal, à qual se subordina a contradição antifundal. Como demonstrei em artigo anterior, essa caracterização foi inicialmente feita, embora com o emprego de outras palavras, por Agildo Barata. A essência de todo o oportunismo do momento, no seio do movimento revolucionário brasileiro, reside exatamente nessa falsa concepção do sentido da revolução em nosso país. Vencida, derrotada essa concepção, será realmente «fácil resolver todos os problemas». A contradição principal, portanto, é a interna — a antifundal. Mas, ao meu ver, a contradição antimperialista não passa para segundo plano. Embora existam duas contradições fundamentais — conforme se formula nas Teses —, duas contradições distintas, elas, porém, por estarem interligadas — se acasalam, se fundem, formando um todo. Segundo Mao-Tse-Tung, a contradição «entre o imperialismo estrangeiro e a reação interna do país, agrupados de maneira totalmente aberta num polo, de um lado, e de outro lado as massas populares, no outro polo». O que se verifica, dessa forma, e que pode se acentuar na medida em que a etapa atual da revolução for sendo impulsionada para a frente, é uma fusão cada vez maior das duas contradições, embora a contradição antifundal seja, dialeticamente, insisto, a principal.

Qualquer estratégia que não fixe, com clareza, esse sentido para a revolução no Brasil, na sua etapa atual, que não veja a solução da contradição principal na substituição do regime de latifundiários e grandes capitalistas em que a exploração norte-americana se apóia, essa estratégia é simplesmente oportunista, é, como assinala Mao-Tse-Tung, «evolucionismo vulgar». Todavia, dada a tradicional subestimação do fator agrário, subestimação de caráter ideológico e que na prática conduziu à fuga aos camponeses, não serão poucas as resistências a vencer. Ninguém duvida que, debaratada essa «compreensão» de contradição principal defendida por Gorender, assistamos ainda camaradas nossos destruidor uma «nova» bandeira: «Ouv o Brasil acaba com a saída ou a saída acaba com o Brasil!» A luta de classes no campo e a aliança operário-camponesa são, assim, assuntos «para inglês ver».

Uma observação final: Os ensinamentos aqui expostos nada têm a ver com a chamada revolução a curto prazo, e muito menos com a revolução a longo prazo, revolução vulgar em que o nosso Partido está afundado. Mãos à obra com a perspectiva de despertar milhões!

vezadora do capitalismo? Que me expliquem os camaradas Gorender e Mário Alves, que não querem que nós discutamos a Declaração, quando há tanta coisa dela nas Teses e ela está sendo até agora nossa linha política. A Declaração lançou muita dúvida no Partido. Agora com o debate das Teses precisamos discutir tudo que ajude a esclarecer o Partido, não importa se isso agrade ou não a este ou aquele companheiro. Aquela afirmação de embelezamento do capitalismo já não está, nos mesmos termos, nas Teses. Estas dizem que o desenvolvimento capitalista «se caracteriza pela tendência predominante de adaptação desse processo com relação ao imperialismo e à conservação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas na agricultura». E o caso de voltar a perguntar se esse desenvolvimento capitalista interessa ao proletariado, e à maioria do povo brasileiro. As Teses dizem que não. Mas a Declaração afirma que sim. Há ou não embelezamento do capitalismo na Declaração? Por que os camaradas Gorender e Mário Alves querem negar o que qualquer companheiro de base pode ler e comparar; por que os companheiros não toman uma atitude comunista e não reconhecem autenticamente os erros da Declaração? Não adianta fugir à verdade. Isto não serve ao Partido.

Uma das principais falhas das Teses para Discussão é a ausência de explicação das razões que levaram a que fossem modificadas muitas partes da Declaração. Do jeito que as Teses colocam os resultados da aplicação da Declaração não parece a culpa de tudo caber aos militantes do Partido. Não se vê a diferença de responsabilidade entre os dirigentes e os dirigidos. Será que nossos dirigentes são infalíveis e só nós, pobres militantes de base ou dirigentes intermediários somos os responsáveis pelos erros e pelas insuficiências? Os debates devem ajudar a direção a ver seus próprios erros, para que, com a ajuda da opinião de todos, estejam a favor ou contra, possa claudicação e erro. A maioria da maioria pela maioria esmagadora dos comunistas.

NB — A minha opinião, é de que os debates e a discussão não só devem prosseguir como também o prazo para os mesmos devem ser dilatados — 6 meses para os debates e as Discussões.

São Paulo, 31 de maio de 1960

MIGUEL SILVA (São Paulo)

AUTOCRÍTICA NÃO FAZ MAL

Até agora é bem pequena a participação de elementos das bases do Partido nos debates pela nossa imprensa. Parece-me que isto constitui um mal. Entretanto, reflete uma realidade da situação do Partido, que é o baixo nível político resultante da debilíssima vida política existente em nossas bases. Sem vida política, sem atividade revolucionária entre as massas, os militantes comunistas não podem avançar além do nível de um gewisse mais esclarecidos. Considero-me um militante igual à média dos comunistas de base. Mas, nem por isso quero me deixar vencer pelas dificuldades. A forma que encontro de utilizar os debates para ajudar o Partido é de escrever o que penso, sem recelo de não estar certo. As bocas precisam se abrir. A hora é propícia. Que a voz das bases ecoe de baixo para cima, para que os dirigentes de nosso Partido possam errar menos do que têm errado.

Antes de entrar no assunto principal deste artigo, quero manifestar minha desaprobção à atitude de alguns camaradas dirigentes que estão tratando dos problemas em debate sem espírito autocrítico. Parece-me que não estão vendo além de tudo, os interesses do Partido. Estão mais preocupados com sua validade pequeno-burguesa, com seu amor próprio ferido. Verifico pelos seus artigos que reconhecem que a Declaração contém erros sérios, mas se recusam a explicitá-los causas desses erros. Não explicam porque as Teses modificaram corrigiram ou negaram afirmações existentes na Declaração. Isto é indispensável para que os militantes de pouco nível político possam compreender as longas e complicadas «Teses para Discussão». Além do mais, creio que fazer autocrítica, reconhecer os erros, verificar as suas causas, é dever também dos dirigentes do Partido. Não podemos ficar apenas na autocrítica de programa. Esta já vem sendo feita desde as discussões de 1958, e deve continuar. Mas o Partido não parou ali. Desde Março de 1958 estamos sendo orientados pela linha política da Declaração, já há vários meses de dois anos. Quais foram os resultados «ótimos deste período? Aliás, um período igual ao em que esteve em aplicação o Programa de 1954. Ficaremos sempre, se quisermos olhar só para um lado, para o lado do Programa.

Nem isso será um comportamento correto da direção. Porque fugir da autocrítica da Declaração e da sua aplicação? Francamente, não compreendo. Estaremos, assim, tomando a autocrítica como lei do desenvolvimento do Partido? Os dirigentes que têm tal posição frente à autocrítica não estão dando um bom exemplo aos militantes e dirigentes intermediários.

As Teses dizem que a linha política da Declaração foi confirmada em duas partes essenciais. Eu tenho dúvidas sobre isso. Com mais dúvidas fiquei depois que li os artigos dos camaradas Jacob Gorender e Mário Alves, de defesa da Declaração. A pergunta que ficou na minha cabeça, e penso que na de muitas dezenas de companheiros, foi a seguinte: afinal de contas, a Declaração está ou não certa? Aquelas camaradas parece que estão mais preocupadas em defender o amor-próprio, do que ajudar a esclarecer os problemas que não estão claros para o Partido. Eu diria a eles um conselho de companheiro, pedindo-lhes que ponham de lado a validade pequeno-burguesa. O nosso Partido é um Partido proletário e precisa que seus dirigentes vençam os preconceitos da pequena burguesia e adquiram espírito proletário, sem o que não se pode ter espírito de Partido. O que está errado devemos dizer que está errado mesmo. E o que está certo, está certo e devemos dizer por que.

Vou levantar minhas dúvidas. Gostaria que os companheiros mais capazes respondessem a elas. Penso que não só eu seria beneficiado, mas todo o Partido. Essas dúvidas já as vi levantadas por muitos companheiros de base.

A primeira dúvida que tenho refere-se à contradição principal. Os latifundiários e os setores da burguesia que estão associados aos imperialistas norte-americanos são parte da sociedade brasileira e são partes da nação brasileira. Penso que isto é muito claro. Então como podem a Declaração e as Teses dizer que a contradição principal é a que existe entre a nação brasileira e os imperialistas norte-americanos e seus agentes? Então os latifundiários e os setores entreguistas da burguesia estão em contradição com o imperialismo norte-americano, da mesma forma que a classe operária, os camponeses, a intelectualidade e parte da burguesia? Quais são os agentes dos imperialistas? Quais são os agentes internos do imperialismo norte-americano? São alguns indivíduos ou são os latifundiários e os setores entreguistas da burguesia? Isto não está

Estará certa esta afirmação embe-

Tribuna de Debate

MÁRIO RODRIGUES (Santos, S. Paulo)

O Trabalho Juvenil do Partido

Não há negar o papel preponderante que, na conjuntura atual, vem desempenhando a juventude no mundo inteiro. A atitude progressista dessa camada da Humanidade resulta da extrema sensibilidade de sua imensa maioria às idéias novas que iluminam o caminho dos povos. O socialismo, a paz, a independência nacional e a democracia encontram, quer entre a juventude estudantil, quer entre os jovens filhos da classe operária, a melhor compreensão possível e, não raras vezes, são moços os que tomam por tão nobres ideais. Vejamos, por exemplo da juventude soviética, da mocidade chinesa, dos adolescentes dos demais países socialistas na edificação, em suas pátrias, do socialismo do mundo novo. Sintia-se o calor dos jovens do mundo inteiro, confraternizando-se em paz e amizade nos festivais internacionais realizados. Observava-se a luta dos estudantes sob o jugo de ditaduras fascistas, neo-fascistas ou simplesmente a serviço do imperialismo e veja-se quanto amam a liberdade e o que não capazes de dar por ela. Combine-se a tudo isso a luta dos jovens por melhores condições de educação, de vida, de diversão, nos países imperialistas, pela libertação nacional de seus povos, nos países coloniais e dependentes, pela independência econômica, nos países subdesenvolvidos e imagine-se o poderio que pode ter uma ação coordenada de todas essas forças na luta anti-imperialista, em que hoje se concentra toda a Humanidade progressista, particularmente a força moral, pois, com seu arrobo, podem arrastar consigo famílias, cidades e povos inteiros.

Exemplo típico disso deu-se, há alguns anos, no Brasil: encontrou-se a própria classe operária se encontrava distante do maior acontecimento político de nosso país — a transformação do movimento nacionalista brasileiro, de há muito embrionário, em luta aberta contra o imperialismo norte-americano — o movimento estudantil, em todos os escalões, levantava as bandeiras de defesa da Petrobrás, da criação da Eletrobrás, do monopólio estatal dos minérios atômicos, de controle da remessa de lucros e outros problemas relacionados com a luta pela independência econômica. Em todo esse período — enquanto o Partido marxista-leninista não compreendeu a importância desse movimento nacionalista e a necessidade de carrear todos os esforços para o seu fortalecimento, a juventude estudantil foi o verdadeiro baluarte da frente única anti-imperialista que então se formava.

Por tais fatos é que consideramos de grande importância que o Partido da classe operária tenha uma justa política juvenil e desenvolva intenso trabalho entre os jovens. Essa atividade se torna ainda de maior valor em países subdesenvolvidos, como o nosso, onde a média de cada vida não ultrapassa os quarenta anos de idade e, portanto, a grande maioria do povo é constituída de jovens. E os contingentes que à vanguarda do proletariado vêm sendo fornecidos pela mocidade das escolas relevam ainda mais a importância do trabalho juvenil. Assim, consideramos de grande oportunidade aproveitar o debate que ora se trava nas colunas de NOVOS RUMOS para esclarecer alguns pontos ainda controversos e, mesmo, ignorados de nossa atividade entre os jovens.

A UJC como organização de massas

Em 1950, portanto, em face de intenso sectarismo, quando predominava a orientação "esquerdista" e dogmáti-

ca que tantos males causou ao Partido do proletariado, foi reorganizada a União da Juventude Comunista, que se propunha a ser uma organização de massas independente, sem partido, que seguia a orientação do PCB. Entretanto, a "organização de massas independente e sem partido" nunca deixou de ser uma verdadeira tropa de choque do Partido, que, não raro, realizava as mais árduas e difíceis tarefas de agitação. A vida demonstrava, nos anos subsequentes, o quanto de subjetivismo, de idealismo, orientava o Partido ao definir a UJC.

Com efeito, dois erros essenciais minavam a UJC, desde sua definição: em primeiro lugar, considerava uma organização de massas, quando não teve um único minuto de vida legal, é um grosseiro erro, como de há muito nos ensinaram os camaradas chineses. E dizer-se que pretendíamos registrá-la, como entidade de Direito Civil, constitui noutro erro crasso: como, num período de ilegalidade relativamente dura, quando afirmávamos que o "governo de grandes latifundiários e grandes capitalistas dos monopólios norte-americanos" não poderia, por sua própria natureza, dar legalidade ao Partido Comunista, poderíamos pensar em registrar legalmente uma entidade que levava o rótulo de "juventude comunista" sem nos contradizermos?

Por outro lado, como chamar organização de massas uma entidade que, desde que nasce, segue a orientação de determinado Partido, mesmo sem os membros desse Partido terem conhecido os setores em que atuam de que tal orientação é a melhor, a mais acertada, a mais condizente com a realidade? Uma organização desse tipo é, simplesmente, uma entidade partidária. Era inevitável, nessas circunstâncias, que a UJC, no trabalho prático, deixasse de ser aquilo que pretendiam os seus criadores — os quais, acreditamos, pelo próprio estilo mandonista de trabalho que então imperava nas fileiras partidárias, não consultaram os camaradas mais enfiados nessas atividades, os camaradas das bases juvenis do Partido — e se transformasse numa seção de agitação do Partido, pois que esse tipo de trabalho em muito condiz com o hábito aventureiro que domina quase todos os jovens.

Assim, a experiência dos dez anos de existência da UJC, após sua reorganização, demonstraram de sobrejo a inexistência de uma organização juvenil de massas acertada, desde o seu nascimento, a orientação de um Partido. Essa orientação pode ser impressa a uma determinada organização, no seu setor, mas desde que, pelo trabalho constante e paciente e, particularmente, pela atividade prática, os comunistas demonstram que são os melhores e que sua orientação é aquela que pode dar aos associados dessa organização, ou a seus representados, os frutos por eles almejados.

Não adotamos uma atitude negatísta, em absoluto, com relação à experiência da UJC. Inumeráveis vitórias foram conseguidas por ela, particularmente no meio estudantil, em todo o país. Afirmando, apenas, que os êxitos e as derrotas no movimento juvenil foram êxitos e derrotas dos jovens comunistas e não de elementos de massas que seguem a orientação do PCB. Condenamos a UJC como organização de massas, pois tal concepção do trabalho juvenil dos comunistas, segundo entendemos, foi fruto de um período de profundo sectarismo, quando se considerava que, para ser um militante do Partido da classe operária, era preciso ser herói e que, como os jovens, não tinham condições para possuir tal espí-

rito de luta, era preciso arranjar-lhes uma organização de massas, que, à guisa de Partido, os congregasse. Essa concepção do trabalho juvenil dos comunistas é resultado de uma concepção de Partido como entidade política, cujos membros precisam viver como vivem as massas dos setores em que atuam, a fim de poderem ganhá-las para sua orientação.

Ressaltamos o fracasso do trabalho juvenil do Partido através de uma organização de massas porque essa tendência persiste, ainda hoje, apesar de toda a experiência, entre muitos companheiros, que não sabem o que fazer com jovens que sempre marcham conosco, mas não querem organizar-se. Acreditamos que, como tais jovens, existem muitos operários, muitos intelectuais, enfim, muitos setores do povo, que ajudam o Partido do proletariado mas não querem filiar-se a ele. A solução de criar uma organização de nível superior, com caráter marxista, para debater ou qualquer outra atividade, só faria desviar forças que podem e devem ser empregadas nas organizações existentes, criadas pelas próprias massas, e ali ganhá-las para nossa orientação, ganhá-las para a organização partidária, enfim, ali desenvolver o trabalho que interessa à classe operária.

Como organizar os jovens comunistas

A experiência nacional e internacional, entretanto, demonstra que é necessária uma política para os jovens. Essa política deve ser traçada pela direção de nosso Partido e não por qualquer organismo paralelo. Entretanto, para a sua aplicação, consideramos de importância que se obedea à seguinte escala hierárquica: nas cidades em que as bases juvenis — tanto estudantis como operárias — ultrapassarem o número de três, deverá ser constituído um Comitê Juvenil, eleito de baixo para cima, que estudará os problemas específicos de seu setor, dará sua opinião à direção municipal do Partido que trará a política juvenil local a que o Comitê em referência ficará subordinado. Por outro lado, nos Estados, deverão ser formados Comitês Juvenis de âmbito estadual, para coordenar o trabalho de todos os comitês juvenis municipais, quando se apresentarem problemas de âmbito estadual, tais como congressos, conselhos estudantis, etc. O mesmo deverá ser feito nacionalmente, com um Comitê Juvenil Nacional, o qual, como o anterior, será eleito de baixo para cima, partindo dos comitês municipais.

Dessa maneira, embora a política juvenil seja traçada, tanto no município, como nos Estados e em todo o país, pelos órgãos competentes do Partido, teriam eles a assessoria dos comitês juvenis, que, além da opinião coletiva dos jovens, que poderiam apresentar, apesar de não haver o perigo de ocorrer o que se passou na II Conferência Nacional da UJC, devido à subordinação direta ao Partido, seriam meios de coordenação de toda a atividade prática em determinadas circunstâncias.

Não temos a veleidade de, com estas opiniões, encerrar tão complexo problema. Esperamos, contudo, ter dado a nossa opinião, que deverá ser submetida ao julgamento e apreciação daqueles que estão envolvidos no trabalho juvenil e que, esperamos, venham também dar a sua contribuição ao debate, ajudando-nos a resolver problema de tão grande importância.

Monopólios Pré-Capitalistas

Do leitor Oswaldo Alves (Est. da Guanabara) recebemos uma carta solicitando esclarecimentos sobre a expressão «monopólios pré-capitalistas» utilizada no trabalho «A INFLAÇÃO NO BRASIL — suas causas, seus efeitos e meios de combatê-la», elaborado por um grupo de economistas e publicado em suplemento especial de NOVOS RUMOS em março último. Elaborada pelo relator daquele grupo de economistas, damos a seguir a resposta às solicitações do leitor Oswaldo Alves.

«Em sua obra «Mistério da Filosofia», Marx se refere, de passagem, à forma em que o monopólio atinge o estado puro, normal, racional — o monopólio burguês ou capitalista; antes de existir o modo capitalista de produção, como se poderá deduzir, o monopólio feudal era normal, artificial ou irracional.

Quer em sua forma primitiva — o monopólio pré-capitalista, quer em sua forma moderna — o monopólio capitalista — não se altera sua forma principal que consiste em que atua sob condições de domínio do mercado, as quais permitem obter uma taxa de renda ou de lucro mais elevada do que a obtida nas condições de concorrência livre.

Em geral, a gênese do monopólio, tanto na fase anterior ao capitalismo, como depois do advento do capitalismo, encontra a mesma explicação — ele é gerado a um determinado grau de evolução da livre concorrência, à custa da ruína de certo número de competidores, pelo domínio do mais forte sobre os mais fracos.

O Brasil conhece as formas primitivas do monopólio, desde os tempos coloniais, quando aqui foram implantados vários sistemas monopolistas de exploração — o monopólio da terra, o monopólio da usura, o monopólio mercantil de várias mercadorias (estancas), o monopólio da cultura (monocultura) de produtos agrícolas. Não foram raras as estancas da produção e de trocas mercantis em que existiam condições de monopólio.

Atualidade de Lenin

O último número da revista PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO (n.º 4, 1960) é, em sua maior parte, dedicado a Vladimir Ilitch Lenin, cujo 90.º aniversário de nascimento foi festejado no mês de abril. Além do editorial — «O leninismo vive e triunfa» — em que se acentua a extraordinária atualidade dos principais aspectos da doutrina leninista, vários artigos são consagrados à obra do fundador do PCUS e do Estado socialista soviético. Jacques Duclos, Ernest Kolman, N. Pogodin, N. Alexandrov, Palme Dutt e outros destacados marxistas escrevem sobre Lenin. Isso faz do presente número de PROBLEMAS DA PAZ E DO SOCIALISMO uma fonte preciosa de ensinamentos acerca da doutrina leninista, particularmente em relação aos problemas de nossa época.

Outros interessantes trabalhos aparecem ainda neste número, tais como o de O. Kuusinen sobre «As tendências e perspectivas do capitalismo monopolista contemporâneo», Eugene Dennis «Sobre a coexistência pacífica: crítica de um «ponto de vista ocidental» e Luigi Longo — «Pela renovação democrática da Itália e pelo socialismo».

Procure desde já nas bancas e livrarias o número 4 (1960) de

Atualmente não é possível afirmar que ainda existam os monopólios do tipo colonial em sua forma pura. Entretanto, muitas das práticas monopolistas sobrevivem, como restos da fase mercantil do capitalismo e da dependência aos capitais estrangeiros. O monopólio da terra é uma figura típica do feudalismo, é uma forma de monopólio pré-capitalista. As formas de exploração do capital mercantil e do capital usurário, em condições de domínio monopolista, ainda existem em muitas regiões do país. A antiga figura do comprador colonial, simples intermediário ou comissionado entre os produtores e o comércio de exportação não existe mais em sua forma pura, mas ainda se notam vestígios muito fortes do capital comprador, em regiões onde uns poucos comerciantes atacadistas locais (como os chamados aviadores, por exemplo) fornecem artigos de consumo aos produtores, em troca de produtos primários (formas remanescentes do escambo) ou adquirem esses produtos a preços vis e ganham superlucros vendendo-os para os mercados mundiais. São ainda comuns as formas do capital usurário postas em prática por comerciantes compradores de produtos primários, que «financiam» as culturas e compram-nas em folha. Os preços que pagam, abaixo dos níveis do mercado, que sua diferença não fornece apenas lucros capitalistas no sentido rigoroso e moderno do termo, mas superlucros derivados do monopólio da usura ou do domínio de uma certa área do mercado regional, e decorrente das formas pré-capitalistas de atividade mercantil.

O entrelaçamento dessas práticas pré-capitalistas com as relações de produção capitalistas ainda não está suficientemente estudada no Brasil e, por isso, ainda não nos podemos fixar numa terminologia específica, que seja um instrumento de caracterização de todos os fenômenos ligados à nossa época de transição para uma economia de tipo superior.

Ao abordar, no terceiro volume de «O Capital», o problema da formação histórica do capital mercantil (Capítulo XX), Marx escreveu:

«Enquanto o capital mercantil opera a troca de produtos de comunidades não desenvolvidas, o lucro comercial não se apresenta somente como roubo e pilhagem, mas é isso que em grande parte assenta suas origens.

Nesse mesmo capítulo, Marx formula a elei segundo a qual o desenvolvimento autônomo do capital mercantil está na razão inversa do grau de desenvolvimento da produção capitalista e toma, para exemplo, o fato de que «o declínio do monopólio do comércio de comissão (carrying trade)» se acentua à medida que marcha o desenvolvimento econômico dos povos, por ele explorados. E acrescenta Marx: «Na história inglesa moderna a classe dos comerciantes propriamente dita e as classes comerciantes se mostram igualmente reacionárias em política e solidárias com a aristocracia agrária e financeira contra o capital industrial.

Esses ensinamentos de Marx nos são úteis para demonstrar que o capital mercantil, na fase anterior ao pleno desenvolvimento do capitalismo industrial, exerce um papel específico e sua atuação entrelaçada ou coexistente com o monopólio da terra constitui uma esfera particular de domínio econômico e político, com forte influência negativa na vida de uma nação em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

Infelizmente ainda sabemos pouco a respeito dos fenômenos relacionados com esses setores pré-capitalistas de nossa economia e foinpoco avançado se, em vez do tentarmos uma caracterização precisa e peculiar de como eles atuam em nosso país, nos contentarmos com a simples cópia esquemática das situações próprias de outros países.

Os chineses forneceram uma contribuição importante para o estudo da influência do capital mercantil na economia dos países atrasados, ao formularem o problema da burguesia compradora, como uma camada específica, peculiar ao seu país. Entre nós, a figura do capital comprador ainda não recebeu um estudo aprofundado, mas ninguém poderá negar que aqui existe e influi na economia e na política brasileira.

Lenin dedicou várias páginas de seu «Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia» à análise dos aspectos relacionados com a exploração do capital comercial e a faz apolindose nas idéias apresentadas no volume terceiro de «O Capital», remetendo os leitores a quele volume.

Dizia Lenin: «Além das formas primitivas do artesanato, as formas primitivas do capital comercial e usurário são também um anexo impressionável dos pequenos mercados locais. Quanto mais afastada está a aldeia, quanto mais distante se acha da influência do novo regime capitalista, das ferrovias, das grandes fábricas e da grande agricultura capitalista, tanto mais forte é a submissão em que se mantêm os camponeses dos arredores e mais grosseiras são as formas que esta submissão adquire. (...) A dependência em que os camponeses se acham em respeito aos que têm direito a adquirir inutilmente a forma de exploração usurária. (Desarrollo del Capitalismo, pág. 371. Ediciones de Lengua Extranjeras, 1950).

E ainda:

«Aqui nos limitaremos a registrar as formas fundamentais adotadas pelo capital comercial nas pequenas indústrias. A forma primeira e mais simples é a aquisição dos artigos pelo comerciante (ou pelo dono de uma grande oficina) aos pequenos produtores de mercadorias. Com um débil desenvolvimento da compra ou com a abundância de atacadistas competidores, a venda da mercadoria ao comerciante pode não diferir de qualquer outra venda; mas na generalidade dos casos o atacadista local é a única pessoa a quem os camponeses podem vender os seus artigos, e então o atacadista se aproveita desta situação de monopólio para rebajar desmedidamente o preço que paga ao produtor. A segunda forma do capital comercial se baseia em sua união com a usura: os camponeses sempre necessitam de dinheiro; pedem um empréstimo ao atacadista e depois satisfaz a dívida com sua mercadoria. Neste caso (que se acha muito generalizada) a venda da mercadoria se efetua sempre a preços artificialmente reduzidos, que com frequência não deixam aos produtores o que poderia receber um operário assalariado. (Ibid., pág. 355/356).

No Brasil, os problemas do capital comercial e, notadamente, das sobrevivências do capital mercantil não se apresentam com as mesmas características da China de há 20 ou 30 anos nem da Rússia de há 50 ou 60 anos, mas nem por isso têm menor importância. Falta-nos ainda pesquisar, descobrir e analisar suas peculiaridades; falta-nos formular seus traços mais importantes e enquadrá-los dentro de uma terminologia peculiar e específica.

Foram examinados, em um trecho do estudo publicado em suplemento por NOVOS RUMOS, apenas alguns aspectos da atuação dos latifundiários monopolizadores da terra, os quais, unidos por interesses comuns e poderosos comerciantes acambradores das negociações de produtos primários e de exportação, dominam setores importantes de nossa economia e têm grandes responsabilidades nas tensões inflacionárias. Às tais forças, que exercem poderosa influência na economia e na política brasileira, os autores daquele estudo deram a designação de monopólios pré-capitalistas.

O sentido novo dessa designação resulta de terem os autores do mencionado estudo reunido, num só bloco ou agrupamento de forças, os setores de nossa economia que se identificam por suas práticas, processos e características fundamentalmente pré-capitalistas, os quais, por isso mesmo, possuem interesses econômicos e sustentam posições políticas em contrário ao desenvolvimento da economia nacional.

A expressão monopólios pré-capitalistas foi empregada pela primeira vez e não conta com nenhuma tradição de autoridade.

Sua primeira utilidade será a de chamar a atenção para o fato de que, no Brasil, há uma interligação de determinados setores mais atrasados da economia e que eles atuam unidos como uma força de apoio da dominação e da exploração imperialista e contrária ao desenvolvimento industrial, na medida em que seus interesses de grupo se opõem ao progresso e à emancipação do nosso país.

Os traços comuns desses setores são os seguintes:

a) atuam em condições monopolistas monopólio da terra, monopólio de certos mercados regionais, monopólios de compra e exportação de produtos primários;

b) a principal razão de seu domínio e a origem de seus superlucros não se encontra no poder do capital nem nas formas de exploração próprias do capitalismo, mas nos privilégios semi-feudais e semi-feudais e na conexão econômica que esses privilégios lhes asseguram.

Portanto, não parece haver dúvida de que tais setores atrasados de nossa economia são monopólios em sua forma primitiva, não são monopólios capitalistas e sim monopólios pré-capitalistas.

Deputados Foram e Viram o Que é Que há em Moscou

Passaram alguns dias em Moscou, a convite do grupo parlamentar da URSS, o vice-presidente da Câmara dos Deputados do Brasil, Nestor Jost, e José Joffili e Adail Barreto, deputados ao parlamento.

Já ao subir, em Praga, no confortável avião a jato TU-104, os componentes da delegação franqueavam os umbrais da União Soviética. Em menos de duas horas esse gigante do ar os transportava a Moscou.

No dia seguinte os hóspedes visitaram GUM, a maior loja da capital, onde presenciaram o animado comércio, que se intensifica particularmente às vésperas das grandes dias. Os moscovitas adquiriam presentes e se preparavam para aprovisionar a grande mesa de festas.

Na Praça Vermelha

Na manhã de 1.º de Maio os parlamentares brasileiros estiveram na Praça Vermelha, onde, junto com numerosos hóspedes estrangeiros, assistiram da tribuna ao desfile militar e às manifestações dos trabalhadores.

— E todos os países do mundo — declarou o deputado José Joffili, — os desfiles militares se parecem uns aos outros. No entanto, a parada de 1.º de Maio em Moscou é de uma imponência jamais vista por nós. Causou-nos também magnífica impressão a colossal demonstração pacífica dos trabalhadores da capital soviética.

Sem esperar que a manifestação terminasse, os parlamentares brasileiros deixaram a tribuna e se incorporaram à jubilosa multidão do grandioso desfile, podendo comprovar pessoalmente o grande entusiasmo reinante entre os moscovitas.

Fizeram também uma visita à Exposição de Realizações da Economia Nacional da URSS, que ocupa 73 pavilhões e uma superfície de 207 hectares.

Nos pavilhões em que se achavam expostos os sputniks e os feitos da eletrônica havia tanta gente que, para se ver alguns objetos, era necessário alçar-se por cima das cabeças dos que se achavam na frente. Para conseguí-lo, porém, não era preciso ser gigante, já que na frente a maioria era constituída por crianças de 10 a 12 anos, que revelavam um interesse especial, prático por assim dizer, pelos objetos expostos.

TV em côres

Ao lado do estúdio da televisão em côres, os membros da delegação viram a maquete da torre em construção para a nova telecentral de Moscou. Terá 508 metros de altura, e em baixo ficarão os estúdios. Para se observar toda a maquete, cem vezes menor que o tamanho natural, é necessário erguer bem a cabeça.

— Será quase duas vezes mais alta que a Torre Eiffel — observa o Sr. Barreto.

Em seguida os hóspedes se dirigiram ao pavilhão do Usbekistão, uma das repúblicas da Ásia Central, onde, antes da revolução, 98% da população era analfabeta. Hoje não há na República uma só pessoa que não saiba ler e escrever. Os 30 estabelecimentos de ensino superior contam com 145 mil

estudantes; a República produz 68% de todo o algodão que se cultiva na URSS, muita lã e artigos têxteis; há pouco construiu-se ali um reator atômico.

O Sr. Jost disse, ao observar os objetos expostos no referido pavilhão: — Sou do Estado do Rio Grande do Sul. Temos muito de comum com esta República no domínio da agricultura.

— O Estado em que nasci se chama Ceará, e também se parece com esta região — ressaltou o Sr. Barreto. Poderíamos trocar experiências quanto a muitas questões.

— É maravilhoso o progresso que observamos — concluiu o Sr. Joffili.

Estudos Sociais

N.º 7
Já se encontra à venda em todas as bancas do Rio de Janeiro e São Paulo.
Cr\$ 30,00

Problemas da Paz e do Socialismo

Assinatura anual:
UNION SOVIETICA: — mensal-ilustrada. Focaliza os diversos aspectos da vida na URSS Cr\$ 500,00
MUJER SOVIETICA: — mensal. Informa sobre a participação da mulher na vida social do país Cr\$ 400,00
TIEMPOS NUEVOS: — semanal. Revista soviética de política exterior. Cr\$ 400,00
LITERATURA SOVIETICA: — mensal. Órgão da União dos Escritores Cr\$ 400,00
CULTURA Y VIDA: — mensal. Órgão da União de Sociedades Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com os Países Estrangeiros. Cr\$ 300,00

Todas estas revistas são publicadas em espanhol, francês, inglês, alemão e russo.

Fazemos também assinaturas de revistas em russo (sobre Economia, Sociologia, Política, Medicina, História, Transporte, Agricultura, Energia Atômica, Astronomia, Automatização, Educação Física, Esportes, Arte, Arquitetura, Literatura, etc.)

Pedidos e informações para EDITORIAL VITÓRIA LTDA.
Rua Juan Pablo Duarte 50/Sob.
Caixa Postal 165 — Tel. 22-1613
Rio de Janeiro — Estado da Guanabara.

REVISTAS SOVIÉTICAS

Assinatura anual:
UNION SOVIETICA: — mensal-ilustrada. Focaliza os diversos aspectos da vida na URSS Cr\$ 500,00
MUJER SOVIETICA: — mensal. Informa sobre a participação da mulher na vida social do país Cr\$ 400,00
TIEMPOS NUEVOS: — semanal. Revista soviética de política exterior. Cr\$ 400,00
LITERATURA SOVIETICA: — mensal. Órgão da União dos Escritores Cr\$ 400,00
CULTURA Y VIDA: — mensal. Órgão da União de Sociedades Soviéticas de Amizade e Relações Culturais com os Países Estrangeiros. Cr\$ 300,00

Todas estas revistas são publicadas em espanhol, francês, inglês, alemão e russo.

Fazemos também assinaturas de revistas em russo (sobre Economia, Sociologia, Política, Medicina, História, Transporte, Agricultura, Energia Atômica, Astronomia, Automatização, Educação Física, Esportes, Arte, Arquitetura, Literatura, etc.)

Pedidos e informações para EDITORIAL VITÓRIA LTDA.
Rua Juan Pablo Duarte 50/Sob.
Caixa Postal 165 — Tel. 22-1613
Rio de Janeiro — Estado da Guanabara.

Govêrno de Kishi Está Cai Não Cai



Kishi está sozinho

Os 125 deputados socialistas renunciaram ao seu mandato para pressionar o govêrno de Kishi que continua utilizando a policia para se manter e tentar impor ao povo japonês o tratado com os EUA. Também dezenas de professores universitários renunciaram às suas cadeiras, dentro da campanha de milhares de professores contra o tratado.



Todo mundo está contra

As manifestações contra o tratado de segurança com os EUA são dirigidas pelas duas centrais sindicais japonesas, pelas associações de professores e estudantes, por grande número de personalidades e pelos partidos Socialista e Comunista. Sanzo Nozaga, presidente do Partido Comunista Japonês, na foto, fala num comício.

NOVOS RUMOS



Japoneses contra EUA

Trinta milhões de japoneses assinaram memorandos contrários à ratificação do tratado de segurança com os Estados Unidos; seis milhões de operários participaram de movimentos grevistas exigindo a renúncia do govêrno de Kishi, a dissolução da assembleia e a revogação do tratado; milhares de manifestações foram realizadas inclusive diante da embaixada dos EUA em Tóquio.



Policia atacou deputados

Diante da oposição dos deputados socialistas, comunistas e independentes à ratificação do novo tratado de segurança com os EUA, o govêrno de Kishi mandou 500 policiaes invadirem o recinto da Câmara dos deputados e expulsar os congressistas que se tinham sentado no saguão do edifício, como sinal de protesto contra a politica de Kishi.



Kishi só faz fugir

Duzentos mil pessoas cercaram Kishi no edifício do parlamento para protestar contra a tentativa do govêrno de fazer o Congresso aprovar de qualquer maneira, inclusive com o uso da força, o tratado de segurança com os EUA. No dia seguinte, apesar do grande aparelho policial, 20 mil pessoas invadiram a casa de Kishi, que teve que fugir as pressas para não ser castigado.